

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO**

**Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Territorial Sustentável: a  
dinâmica do APL do Turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ**

**Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Territorial Sustentável:  
a dinâmica do APL do Turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos  
Reis/RJ**

**NICHOLAS AUGUSTO MENDES DA ROCHA LIMA**

*Sob a Orientação do Professor*

**Dr. Lamounier Erthal Villela**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ

Maio de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732a Lima, Nicholas Augusto Mendes da Rocha, 1998-  
Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento  
Territorial Sustentável: a dinâmica do APL do Turismo  
(APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ / Nicholas  
Augusto Mendes da Rocha Lima. - Seropédica, 2023.  
148 f.

Orientador: Lamounier Erthal Villela.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2023.

1. Arranjos Produtivos Locais. 2. Desenvolvimento  
Territorial Sustentável. 3. Turismo. 4. Gestão  
Social. I. Erthal Villela, Lamounier , 1964-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Territorial e Políticas Públicas III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS



TERMO N° 643 / 2023 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.035932/2023-09

Seropédica-RJ, 05 de junho de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**NICHOLAS AUGUSTO MENDES DA ROCHA LIMA**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a),  
no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas,  
Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/05/2023**

**LAMOUNIER ERTHAL VILLELA. Dr. UFRRJ  
(Orientador, Presidente da Banca)**

**PATRICK MAURICE MAURY. Dr. IHEAL**

**SONIA BARBOSA DOS SANTOS. Dr.<sup>a</sup> UERJ**

(Assinado digitalmente em 12/06/2023 17:01 )  
LAMOUNIER ERTHAL VILLELA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)  
Matrícula: 1802640

(Assinado digitalmente em 13/06/2023 05:26 )  
SONIA BARBOSA DOS SANTOS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 547.616.897-49

(Assinado digitalmente em 05/06/2023 12:10 )  
PATRICK MAURICE MAURY  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 041.349.152-87

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: 643, ano: 2023, tipo: TERMO, data de emissão: 05/06/2023 e o

código de verificação: 32b745a0e3

*Dedico este trabalho às minhas avós, Anita e Paulira.*

## AGRADECIMENTOS

À minha família: meu pai Evaldo Lima, minha mãe Solange Mendes, minha irmã Mellissa Mendes, minha avó Anita Lima, minha tia Evanita Lima, e demais tios, primos, e outros familiares.

Ao meu orientador Lamounier Erthal Villela e à equipe do Programa de Ensino, Pesquisa e extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT-UFRJ) que me acompanham desde o início da vida acadêmica, estendendo desde a Iniciação Científica, à defesa de Monografia, tantas ações de extensão e momentos de reuniões, e agora à defesa de dissertação.

Aos meus amigos fiéis, que sempre me incentivaram em todos os momentos de crise (e foram muitos), Nathália Fragale, Daniel Falcão, Camile Félix, Diogo Ribeiro, Frederick Muller, Andrey Freitas, Victor Fonseca, Matheus Iarley, Victor Wilson, Eduarda Figueiredo, Fernanda Cunha, Mariana Moura, Jonathan Freire, Tayná Crespo, Letícia Motta, João Sobrinho, Maurício Souza, Sérgio Braga, Juliana Intrieri, Bernardo Nummer e Gabi Duringer.

Aos meus amigos de turma do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, em especial Simone Leal e Thaysa Cunha. À coordenação do Programa e ao corpo docente, em especial à coordenadora e amiga Diná Ramos.

Aos amigos e companheiros do Colegiado BIG e do OT-BIG, em especial à Alexandra Campos, que tanto contribuiu com a identificação temática e com a vivência na Ilha Grande.

À Banca de Qualificação: Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela, Prof. Dr. Patrick Maurice Maury e Profª. Drª Sônia Barbosa dos Santos.

À todos aqueles que fizeram parte da minha formação de alguma forma.

Ao Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em especial ao Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS), e à Equipe Farmacopeia Mariká.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



## RESUMO

LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Territorial Sustentável: a dinâmica do APL do Turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ.** 2023. 146p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ, Seropédica, RJ, 2023.

As aglomerações econômico-produtivas, em destaque os Arranjos Produtivos Locais (APLs), são umas das principais ferramentas de incentivo ao desenvolvimento, com experiências bem-sucedidas em diversos locais do mundo, como a “Terceira Itália” e o “Vale do Silício”, onde políticas públicas de incentivo à criação de APLs proporcionaram grande desenvolvimento local. Porém, essa estratégia de desenvolvimento necessita estar alinhada com as especificidades de cada território, criando uma lógica de gestão social local bem estruturada e alinhada com a multidimensionalidade atual do conceito de desenvolvimento, ou seja, deve respeitar os preceitos democráticos e sociais, e ater-se às questões ambientais, econômicas e sociais, caracterizando-se como Desenvolvimento Territorial Sustentável. Na Ilha Grande-RJ a predisposição natural, cultural e geográfica criou uma configuração territorial propícia ao desenvolvimento de atividades turísticas, que movimenta toda uma cadeia econômica local e regional. Porém há alguns desafios para esta atividade, como a preservação ambiental, territorial, cultural e das comunidades tradicionais que lá habitam. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar o arranjo produtivo local do turismo (APLTur) da Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ a partir da ótica multidimensional do desenvolvimento territorial e do potencial turístico, alinhados à concepção de sustentabilidade ambiental, ou seja, das concepções do desenvolvimento territorial harmônico e sustentável. O objetivo é verificar em que medida e como se dá a influência da atividade do APLTur da Ilha Grande no desenvolvimento territorial sustentável do local, na gestão social da organização local no que concerne ao APL e caracterizar o potencial e os atrativos turísticos existentes na localidade. A metodologia utilizada foi estruturalista, buscando elementar a visualização de uma situação real, e se constituiu a partir da realização de revisão bibliográfica, documental e histórica sobre as principais teorias de desenvolvimento e seus desdobramentos no decorrer do tempo, das teorias e métodos de análise do potencial turístico e, posteriormente, na pesquisa de campo a fim de levantar dados acerca da aglomeração produtiva referida, e do nível de inclusão social existente. Os resultados demonstraram que o APLTur da Ilha Grande tem altíssimo potencial de desenvolvimento, e gera grande montante de renda, mas a baixa presença de políticas públicas, planos e projetos de incentivo à organização social e a proteção ambiental, acabam por excluir parcela da população econômica e socialmente, além de prejudicar a sustentabilidade ambiental.

**Palavras-chave:** Arranjos Produtivos Locais; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Turismo; Gestão Social; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha. **Local Productive Arrangements (APL) and Sustainable Territorial Development: the dynamics of the Tourism APL in Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ.** 2023. 146p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policies). Postgraduate Program in Territorial Development and Public Policies – PPGDT, Federal Rural University of Rio de Janeiro – UFRRJ, Seropédica, RJ, 2023.

The economic-productive agglomerations, in particular the Local Productive Arrangements (APLs), are one of the main tools to encourage development, with successful experiences in several places in the world, such as the “Third Italy” and the “Silicon Valley”, where public policies to encourage the creation of APLs provided great local development. However, this development strategy needs to be aligned with the specificities of each territory, creating a well-structured local social management logic and aligned with the current multidimensionality of the concept of development, that is, it must respect democratic and social precepts, and to environmental, economic and social issues, characterized as Sustainable Territorial Development. In Ilha Grande-RJ, the natural, cultural and geographic predisposition created a territorial configuration conducive to the development of tourist activities, which moves an entire local and regional economic chain. However, there are some challenges for this activity, such as the preservation of the environment, territory, culture and the traditional communities that live there. Therefore, the objective of this work is to analyze the local productive arrangement of tourism (APLTur) of Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ from the multidimensional perspective of territorial development and tourism potential, aligned with the concept of environmental sustainability, that is, the conceptions of harmonious and sustainable territorial development. The objective is to verify to what extent and how the activity of the APLTur of Ilha Grande influences the sustainable territorial development of the place, in the social management of the local organization with regard to the APL and to characterize the potential and the existing tourist attractions in the locality. The methodology used was structuralist, seeking to elementary the visualization of a real situation, and was constituted from the accomplishment of bibliographical, documental and historical review on the main theories of development and its unfolding over time, of the theories and methods of analysis of the tourist potential and, subsequently, in field research in order to collect data about the referred productive agglomeration, and the existing level of social inclusion. The results showed that the Ilha Grande APLTur has a very high potential for development, and generates a large amount of income, but the low presence of public policies, plans and projects to encourage social organization and environmental protection, end up excluding a portion of the population economically and socially, in addition to harming environmental sustainability.

**Keywords:** Local Productive Arrangements; Sustainable Territorial Development; Tourism; Social Management; Public policy.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diagrama sobre o desenho da Política adotada pela SDT/MDA .....	19
Quadro 2: Roteiro analítico de identificação e análise de APLs proposto por COSTA (2010)...	40
Quadro 3 – Principais características dos referenciais teórico-metodológicos identificados.....	43
Quadro 4: Diferentes definições de Atração Turística.....	45
Quadro 5: sugestão de roteiro analítico de diagnóstico de APLs .....	51
Quadro 6: listagem dos atrativos turísticos .....	54
Quadro 7: listagem dos serviços turísticos .....	54
Quadro 8: proposta de avaliação do Potencial Turístico .....	54
Quadro 9: critérios de avaliação do Potencial Turístico.....	55
Quadro 10: núcleos e áreas de influência para a avaliação do Potencial Turístico da Ilha Grande.....	56
Quadro 11: quadro completo de avaliação do Potencial Turístico .....	56
Quadro 12: correspondência das escalas de cor do mapa de avaliação do potencial turístico ....	57
Quadro 13: Grupos, Subgrupos e Itens do DTS.....	58
Quadro 14: Indicadores de Análise para a Avaliação do DTS.....	59
Quadro 15: critérios de análise do DTS .....	63
Quadro 16: proposta de matriz SWOT para análise do APLTur da Ilha Grande.....	64
Quadro 17: uso e ocupação da Ilha Grande.....	73
Quadro 18: relação entre atividades/nichos e serviços do arranjo .....	81
Quadro 19: Mapa dos principais atores sociais atuantes na Ilha Grande-RJ – PARTE 1 .....	86
Quadro 20: Mapa dos principais atores sociais atuantes na Ilha Grande-RJ – PARTE 2 .....	86
Quadro 21: Recursos, Atrativos, Equipamentos, Infraestrutura e Serviços do Turismo presentes na Ilha Grande .....	89
Quadro 22: distribuição das localidades na Ilha Grande por concentração dos atrativos turísticos.....	90
Quadro 23: Avaliação do Potencial Turístico na Vila do Abraão e adjacências .....	91
Quadro 24: Avaliação do Potencial Turístico em Provetá e adjacências.....	92
Quadro 25: Avaliação do Potencial Turístico no Saco do Céu e adjacências.....	93
Quadro 26: Avaliação do Potencial Turístico em Matariz e adjacências.....	94
Quadro 27: Avaliação do Potencial Turístico em Araçatiba e adjacências.....	95
Quadro 28: Avaliação do Potencial Turístico em Japariz e adjacências.....	96
Quadro 29: Avaliação do Potencial Turístico em Palmas e adjacências.....	97
Quadro 30: Avaliação do Potencial Turístico em Dois Rios e adjacências .....	98
Quadro 31: Avaliação do Potencial Turístico no Bananal e adjacências .....	99
Quadro 32: Avaliação do Potencial Turístico no Aventureiro e adjacências .....	100
Quadro 33: Avaliação do Potencial Turístico da Ilha Grande .....	101
Quadro 34: resultado da avaliação do DTS – Parte 1.....	114

Quadro 35: resultado da avaliação do DTS – Parte 2.....	115
Quadro 36: Matriz SWOT do APLTur da Ilha Grande.....	123

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: a Ilha Grande .....	4
Mapa 2: área de atuação do Colegiado BIG .....	5
Mapa 3: Costa Verde nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.....	66
Mapa 4: Bacia Hidrográfica da Ilha Grande.....	66
Mapa 5: Parque Estadual da Ilha Grande .....	68
Mapa 6: Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul .....	68
Mapa 7: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro.....	69
Mapa 8: Área de Proteção Ambiental de Tamoios .....	69
Mapa 9: proteção ambiental na Costa Verde (RJ e SP) .....	70
Mapa 10: Populações Caiçaras e Localidades na Ilha Grande .....	70
Mapa 11: Principais praias da Ilha Grande .....	71
Mapa 12: o Sítio Misto Patrimônio Mundial-Paraty e Ilha Grande .....	72
Mapa 13: Rotas dos principais transportes de acesso à Ilha Grande .....	103
Mapa 14: Rotas dos transportes privados do continente para a Ilha Grande, realizados pela empresa TopTransfer (uma das principais que realizam o serviço).....	104
Mapa 15: resultado da Avaliação do Potencial Turístico a partir dos recursos endógenos da Ilha Grande e suas 10 principais regiões de exploração turística. ....	106
Mapa 16: distribuição dos turistas nacionais por estado da região sudeste:.....	110
Mapa 17: distribuição dos turistas internacionais por país:.....	110

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: resultado da Avaliação do Potencial Turístico a partir dos recursos endógenos da Ilha Grande e suas 10 principais regiões de exploração turística. ....	107
Gráfico 2: Escolaridade dos turistas na Ilha Grande em 2018. ....	108
Gráfico 3: Renda familiar total dos turistas na Ilha Grande em 2018 .....	109
Gráfico 4: Escolha das praias .....	111
Gráfico 5: Tipo de hospedagem.....	112
Gráfico 7: Ideia da visita .....	112
Gráfico 8: aceite da taxa de acesso à Ilha.....	113
Gráfico 9: resultado da avaliação do DTS por grupo .....	116
Gráfico 10: Resultado da avaliação do DTS por subgrupo .....	117

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de construção da Agenda 2030 .....	16
Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....	17
Figura 3: Processos da ação política sobre os territórios.....	20
Figura 4: Ilustração das definições de Potencial Turístico .....	46
Figura 5: Configuração da Metodologia de Análise do Potencial Turístico de Gomes (2019) .....	53
Figura 6: matriz SWOT .....	64
Figura 7: ruínas do Lazareto .....	75
Figura 8: painel sobre a história do IPCM no Museu do Cárcere, ECOMIG.....	76
Figura 9: roupas utilizadas na Colônia Penal em exposição no ECOMIG.....	76
Figura 10: Maquinário antigo utilizado na estrada de Dois Rios pela administração da penitenciária.....	76
Figura 11: Antiga lavanderia da Colônia Penal. ....	77
Figura 12: parte das ruínas restantes da demolição da Colônia Penal.....	77
Figura 13: canoa tradicional caiçara no ECOMIG. ....	78
Figura 14: Painel Regional do Emprego Formal dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no período 2020 até 2023.....	79
Figura 15: Navio de Cruzeiro ancorado na Vila do Abraão, Ilha Grande.....	80
Figura 16: print do site da Ilha Grande.....	83
Figura 17: CEADS/UERJ – Ilha Grande.....	83
Figura 18: Barca Mangaratiba x Ilha Grande no Cais de Mangaratiba .....	102
Figura 19: Flexboat na Ilha Grande .....	104

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>8</b>
<b>3.1</b>	<b>Desenvolvimento: a evolução do conceito e as abordagens territoriais.....</b>	<b>8</b>
3.1.1	Crescimento econômico ou desenvolvimento? O debate teórico.....	11
3.1.2	O incremento de novas óticas: a sustentabilidade e a visão multidimensional .....	14
3.1.3	Desenvolvimento Territorial Sustentável .....	18
3.1.4	Abordagens regionais e territoriais aplicadas: o desenvolvimento endógeno e o surgimento dos Arranjos Produtivos Locais.....	21
3.1.4.1	Breve análise da dinâmica dos territórios rurais e urbanos .....	21
3.1.4.2	O Desenvolvimento Econômico Endógeno .....	26
3.1.4.3	As experiências de industrialização difusa .....	28
3.1.5	Arranjos Produtivos Locais, organização social, governança e gestão social .....	30
3.1.5.1	Ações de incentivo e regulação de Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Territorial.....	36
3.1.5.2	Identificação e diagnóstico de APLs .....	39
3.1.6	Potencial Turístico e critério de análise socioeconômica de atividades turísticas.....	41
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>47</b>
<b>4.1</b>	<b>Tipologia Da Pesquisa .....</b>	<b>47</b>
<b>4.2</b>	<b>Identificação Temática e o Papel do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande.....</b>	<b>48</b>
<b>4.3</b>	<b>Meios De Realização e Instrumentos de Análise.....</b>	<b>50</b>
4.3.1	Primeiro momento: identificação, caracterização e diagnóstico do APL, Potencial Turístico e Perfil do Turista .....	51
4.3.1.1	Identificação e diagnóstico do APL.....	51
4.3.1.2	Potencial Turístico: Atividades, Serviços, Equipamentos, Infraestrutura , Atrativos Turísticos e Perfil do Turista .....	53
4.3.2	Segundo momento: análise dos indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável e proposições a partir da matriz SWOT .....	58
4.3.2.1	Indicadores do DTS.....	58
4.3.2.2	Proposições a partir de uma matriz SWOT e Classificação do APL .....	64
<b>5.</b>	<b>ANÁLISE E RESULTADOS .....</b>	<b>65</b>
<b>5.1</b>	<b>Primeiro momento: identificação, caracterização e diagnóstico do APL, Potencial Turístico e Perfil do turista.....</b>	<b>65</b>
5.1.1	Identificação, caracterização e diagnóstico do APL .....	65
5.1.1.1	Nome do Aglomerado .....	65
5.1.1.2	Localização geográfica e caracterização do socioeconômica e do território: .....	65

5.1.1.3 Breve caracterização histórica.....	73
5.1.1.4 Caracterização socioeconômica do aglomerado.....	78
5.1.1.5 Caracterização econômica da região .....	79
5.1.1.6 Caracterização econômica do aglomerado .....	80
5.1.1.6.1 Descrição da atividade principal .....	80
5.1.1.6.2 Extensão do aglomerado e ligação com a região.....	80
5.1.1.6.3 Principais atividades, produtos e serviços .....	81
5.1.1.6.4 Principais mercados atendidos .....	82
5.1.1.6.5 Grau de inovação incorporado, informações identitárias incorporadas ao produto e/ou processo, grau de ligação entre o produto e a região e possíveis fontes de vantagens comparativas.....	82
5.1.1.6.6 Instituições de ensino e pesquisa ligadas (ou potenciais) ao aglomerado e Presença de instituições públicas e privadas na formação, operação e desenvolvimento do aglomerado .....	83
5.1.1.6.7 Presença de organizações sociais ligadas ao arranjo e governança.....	85
5.1.1.6.8 Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento por parte do setor público e privado.....	87
5.1.1.6.9 Existência de linhas específicas de crédito ou política tributária .....	88
5.1.2 Potencial Turístico.....	88
5.2.2.1 Vila do Abraão (Abraãozinho, Júlia, Crena, Bica, Prête, Galego).....	91
5.2.2.2 Provetá.....	92
5.2.2.3 Saco do Céu (Feiticeira, Iguaçu, Camiranga, Perequê, Fora, Rapozinho, Praia do Amor, Jacinto) .....	93
5.2.2.4 Matariz (Aripeba, Maguaraquissaba, Tapera, Sítio Forte, Ubatuba).....	94
5.2.2.5 Araçatiba (Araçatibinha, Praia Longa, Praia Vermelha, Praia da Cachoeira, Ponta do Acaíá, Gruta do Acaíá) .....	95
5.2.2.6 Japariz (Freguesia de Santana; Lagoa Azul; Ilha dos Macacos) .....	96
5.2.2.7 Palmas (Lopes Mendes, Praia do Mangue, Praia do Pouso, Praia da Aroeira, Arrecifes, Castelhanos) .....	97
5.2.2.8 Dois Rios.....	98
5.2.2.9 Bananal (Bananal Pequeno, Praia da Baleia) .....	99
5.2.2.10 Aventureiro (Parnaioca).....	100
5.2.2.11 Ilha Grande (total) .....	101
5.1.3 Perfil do Turista.....	108
<b>5.2 Segundo momento: análise dos indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável e proposições a partir de uma matriz SWOT.....</b>	<b>114</b>
5.2.1 Indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável.....	114
5.2.1.1 da coesão territorial e social .....	118
5.2.1.2 da governabilidade .....	119

5.2.1.3 da sustentabilidade .....	120
5.2.1.4 da viabilidade e inclusão econômica .....	120
5.2.1.5 do bem-estar .....	121
5.2.2 Proposições a partir de uma matriz SWOT e classificação do APL.....	122
5.2.2.1 Matriz SWOT .....	122
5.2.2.2 Classificação do APL .....	123
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>127</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

O tema do Desenvolvimento foi revestido de diferentes significados ao longo da história tanto brasileira quanto mundial. Analisar o desenvolvimento é analisar os rumos das sociedades, seu contexto histórico e suas peculiaridades. Esta temática esteve presente, direta ou indiretamente na Filosofia, Sociologia, Economia (aqui não dividida entre economia de mercado e economia política), Antropologia, História, dentre outras ciências que buscam analisar os rumos das sociedades humanas.

No dicionário, a palavra desenvolvimento significa ato ou efeito de desenvolver, desenvolução, e ainda, progresso, crescimento e/ou adiantamento. É certo que o desenvolvimento atualmente não se limita a estas definições, sendo cada vez mais um “conceito guarda-chuva” capaz de abrigar uma gama de significados. Porém, é importante reconhecer sua origem e se ater para seu significado, para não mascarar outros conceitos e temáticas no desenvolvimento.

Nas obras tidas como “maternas” da economia, o desenvolvimento já era pauta, mesmo que indiretamente, como observado em Adam Smith (1776), Karl Marx (1867), David Ricardo (1817), Thomas Malthuz (1798), dentre outros. (LIMA, 2020).

No Brasil, o desenvolvimento, principalmente com recortes regionais, vem sendo pauta das políticas públicas desde meados da década de 1950, com experiências de diversos planos e políticas de incentivo ao desenvolvimento regional, como a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), em 1974, os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, respectivamente em 1972 e 1975, as articulações realizadas pelos Ministérios da Integração Nacional (1999 até 2019), pelo Ministério do Turismo, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (1999 até 2016), bem como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi institucionalizada em 2007 e, mesmo com diversas alterações, vigora até os dias atuais sendo uma das maiores estratégias de desenvolvimento brasileiro ainda em curso.

No decorrer destas ações, a dinâmica econômica global, a preocupação com a escassez de recursos e de insumos, fez com que diferentes roupagens fossem dadas ao desenvolvimento, tornando-o cada vez mais um conceito multidimensional. Mais precisamente quatro visões principais serão incorporadas a esta dissertação, sendo: i) o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; ii) o desenvolvimento a partir da ótica ecodesenvolvimentista; iii)

o desenvolvimento pela visão multidimensional; iv) e o desenvolvimento aplicado à ótica territorial, chegando ao Desenvolvimento Territorial Sustentável. É correto afirmar que estas quatro visões são indissociáveis e complementares, talvez até sobrepostas em determinados pontos, porém seguem uma linha de evolução conceitual, caracterizando o desenvolvimento não como uma matéria definida, mas sim como um processo que atualmente é entendido como multidimensional.

Essa visão “contínua” traça a evolução das teorias de desenvolvimento ao longo do tempo, e portanto, foram utilizadas nesta dissertação para auxiliar na visualização dessa dinâmica, principalmente na questão do desenvolvimento a partir da ótica territorial, ponto chave neste trabalho, pois a partir desta visão, começa-se a estudar o impacto das políticas, planos e projetos de incentivo direto ao desenvolvimento, regionais ou locais, aplicadas às especificidades do território (sejam naturais, sociais, geográficas, dentre outras). Ou seja, é a partir da ótica territorial que o “espaço” passa a ter um papel crucial no desenvolvimento das atividades econômicas, não só por questões logísticas, mas sim por questões intrínsecas ao próprio desenvolvimento das atividades. Surgem os estudos sobre as aglomerações econômico-produtivas, os *clusters*, os polos de desenvolvimento, e os Arranjos e Sistemas Produtivos Locais.

A discussão sobre esta temática vem sendo intensificada principalmente a partir do início da década de 1990, com experiências nacionais e internacionais, relacionadas principalmente a América do Norte, Europa e Ásia. No Brasil, foram incentivadas a partir de ações públicas de regularização e formatação destas atividades ao fim da década de 1990, sendo enquadradas posteriormente, durante os anos 2000, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e nas políticas e ações estruturadas principalmente pelos Ministérios: da Integração Nacional (MI); do Turismo (MinTur); e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A partir desta visão, clareia-se a ideia das aglomerações econômico-produtivas, mais precisamente dos Arranjos Produtivos Locais, como uma possível estratégia de desenvolvimento capaz de unir o território a uma abordagem regional, obtendo significativos ganhos econômicos e sociais. As teorias e estudos acerca da aglomeração de atividades produtivas, são entendidas como grandes aliadas para a promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local (COSTA, 2010; VILLELA *et al*, 2018; CASSIOLATO *et al*, 2008).

Quanto aos instrumentos de aplicação da política, Villela (2013) destaca a importância da gestão social das políticas públicas buscando uma maior aproximação com os atores locais

na construção de um instrumento de governança participativa local. Ou seja, é necessário que haja participação dos atores locais nas estratégias de desenvolvimento territorial, tanto na definição das ações quanto na gestão local, caracterizando uma dinâmica de governança a partir da gestão social. Essa relação de aproximação é caracterizada como de suma importância para o sucesso da política pública por Cassiolato (*et al*, 2008).

A Gestão Social pode ser compreendida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na dialogicidade e na transparência (CANÇADO *et al*, 2013), torna-se então importante instrumento de relacionamento entre a teoria e a prática da construção de um aparato de análise do desenvolvimento, fazendo-se fundamental estudar as especificidades do território para entender o método de aplicação.

Portanto, o estudo do desenvolvimento territorial a partir das aglomerações econômico-produtivas, no Brasil, está intrinsecamente ligado à três pontos complementares entre si: i) a ligação direta com as teorias do desenvolvimento e com as políticas de incentivo ao desenvolvimento; ii) a identificação das potencialidades econômico-produtivas, logísticas, naturais e/ou socioculturais em determinado território; iii) a existência de instrumentos de aplicação da política e participação social em âmbitos e escalas nacionais, regionais e locais.

No caso da Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ, as condições geográficas, climáticas, sociais, culturais e históricas interferem diretamente no desenvolvimento da localidade. A configuração existente é extremamente facilitadora de uma atividade econômica principal: o turismo. Deste, se desenlaçam outras atividades subsequentes, porém diretamente interligadas, como o comércio, os serviços de hospedagem e hotelaria, os transportes, a atividade imobiliária, dentre outras, que se desenham numa espécie de “rede”, que caracteriza o desenvolvimento econômico e territorial, e por consequência, impactam em toda a região.

Para analisar o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo (APLTur) da Ilha Grande, objetivo principal desta dissertação, faz-se necessário analisar as características do local, bem como as dimensões das atividades turísticas, principalmente a partir do potencial turístico da região.

A Ilha Grande é a maior Ilha do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial, e a 6<sup>a</sup> maior do Brasil, com uma área de mais de 193km<sup>2</sup>, e uma população de 5.000 habitantes (IBGE, 2010), podendo ser estimada em aproximadamente 7.000 em 2023. Está compreendida nos limites territoriais do município de Angra dos Reis, que por sua vez, localiza-se no sul fluminense, na região conhecida como “Costa Verde”. A Ilha Grande, ao norte, limita uma Baía homônima (Baía da Ilha Grande), e ao sul, vira-se ao mar aberto.

Mapa 1: a Ilha Grande



Fonte: Por Rosso Robot - Own work by uploader<sup>1</sup>

Possuindo considerável valor histórico, a Ilha Grande era habitada pelos índios Tamoios, que a chamavam de *Ippaun Wasu* “Ilha Grande” (STADEN, 2010), e foi avistada pelo navegador português Gonçalo Coelho em 6 de janeiro de 1502, dia de Reis. A partir daí, diversos marcos históricos estiveram diretamente relacionados com a Ilha, como as visitas do Imperador D. Pedro II, inclusive adquirindo boa parte da Ilha com a aquisição da Fazenda do Holandês (atual Vila do Abraão), a construção do Lazareto, a construção do Aqueduto, a Colônia Correcional de Dois Rios, e posteriormente do Instituto Penal Cândido Mendes.

Esse local foi parte, a partir dos anos 2010, de uma estratégia de desenvolvimento brasileiro, vinculada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conhecida como “Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial”, os NEDETS, que tinham como base a estratégia de formação de Colegiados Territoriais Rurais. Assim, formou-se o NEDET-BIG e o Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG).

---

<sup>1</sup> Using: Relief: <http://www.maps-for-free.com/> <http://www.jornadasub.com.br/Figuras/mapa%20Ilha%20Grande.jpg>, [http://www.angra-dos-reis.com/mapas/mapa\\_ilha\\_grande2.jpg](http://www.angra-dos-reis.com/mapas/mapa_ilha_grande2.jpg) and <http://ilhagrande.org/vr/im/127/mapa-ilha-grande.jpg> Lighthouse map symbol: File:Japanese Map symbol (Lighthouse).svg by Monaneko, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=7208084>

A área de atuação desta ação era a Baía da Ilha Grande (aqui entendida como o complexo Baía de Ilha Grande e Baía de Sepetiba), englobando os municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, ou seja, toda a área costeira e marginal.

Mapa 2: área de atuação do Colegiado BIG



Fonte: Santos *et al.*, 2018<sup>2</sup>.

Os principais objetivos dessa ação/política eram relacionados ao incentivo à extensão voltada para a capacitação de atores locais em agricultura familiar, o turismo de base comunitária, a agroecologia, dentre outros, buscando resguardar as populações tradicionais - visto que neste território temos pelo menos cinco grupos principais: i) populações indígenas; ii) populações caiçaras; iii) comunidades remanescentes de quilombos; iv) pescadores artesanais; v) agricultores familiares. Em alguns casos, alguns atores se enquadram em mais de uma dessas classificações simultaneamente.

Além dessa gama de comunidades tradicionais, essa região tem uma riqueza ambiental gigantesca, tendo duas baías, trechos de Mata Atlântica preservados, diversas Unidades de Conservação Ambiental, pelo menos três Universidades Públicas de grande porte, e uma intensa atividade imobiliária e industrial.

Retomando o território da Ilha Grande-RJ<sup>3</sup>, podemos caracterizá-lo principalmente pela existência de: i) considerável beleza natural; ii) alta exploração de atividades turísticas e

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.baiasdobrasil.coppe.ufrj.br/assets/relatorios/rel\\_ilhagrande\\_sepetiba.html](http://www.baiasdobrasil.coppe.ufrj.br/assets/relatorios/rel_ilhagrande_sepetiba.html).

<sup>3</sup> Não confundir o território da Baía da Ilha Grande (que engloba seis municípios) com o território da Ilha Grande, foco principal desta pesquisa (que é um distrito do município de Angra dos Reis).

relacionadas; iii) existência de populações caiçaras; iv) da proximidade com grandes centros urbanos (principalmente com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro mas também com a Região Metropolitana de São Paulo); v) existência de áreas de preservação ambiental vi) baixo povoamento, ou seja, relação entre hab/m<sup>2</sup>; vii) de duas baías limítrofes (Baía da Ilha Grande, a qual o território está inserido, e Baía de Sepetiba, extremamente próxima); viii) alta exploração imobiliária. Há outros fatores relacionados que serão tratados no decorrer do trabalho.

A importância desta região é tal que foi denominada “Sítio Misto Patrimônio Mundial - Paraty e Ilha Grande: cultura e biodiversidade”, título concedido pela UNESCO por compreender a importância do local como patrimônio natural e cultural, trazendo ainda mais reconhecimento internacional e atraindo um maior número de visitantes.

Essa configuração territorial fez com que, nos últimos anos houvesse um aumento gradual na atividade econômica, mais precisamente relacionada aos âmbitos do turismo natural e sociocultural, que desencadeou em uma estrutura local ambígua: por um lado geradora de significativos ganhos econômicos; por outro lado, geradora de concentração de renda e degradação ambiental. Neste panorama está situado o APLTur da Ilha Grande-RJ, objeto principal desta pesquisa.

Portanto, como problema de pesquisa desta dissertação, consideramos analisar a dinâmica do Arranjo Produtivo Local do turismo na Ilha Grande como possível estratégia de desenvolvimento do local. O objetivo é verificar em que medida a atividade do APL, os atrativos turísticos, o potencial turístico e a organização local têm influência no desenvolvimento territorial em seus diversos âmbitos, e então verificar se este desenvolvimento se enquadra como sustentável. Além disso, a pesquisa propõe-se a fazer uma avaliação do potencial turístico existente, a dar possíveis apontamentos relacionados às forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, ou seja, um possível diagnóstico que sirva para um melhor desenvolvimento da atividade.

As bases para o estudo foram pautadas de maneira estruturalista, caracterizando-se como uma análise qualquantitativa. Foi realizada uma revisão das principais teorias de desenvolvimento, do potencial turístico e dos atrativos turísticos, dos Arranjos Produtivos Locais e das principais bases de dados econômicos, das principais políticas, dentre outros. Além da revisão bibliográfica e documental, o estudo foi pautado na estruturação analítico-descritiva do local, com o objetivo de aproximar teoria e prática. Utilizou-se instrumentos de coleta de dados e caracterização local, análises estatísticas e tratamento de dados nos moldes de gráficos

e mapas para proporcionar uma melhor visualização da concentração das atividades turísticas e do nível dos indicadores do desenvolvimento.

Para tal, se estabeleceu-se algumas questões-problema: i) como se dá a aglomeração econômico-produtiva na localidade referida?; ii) há políticas, planos, projetos e/ou ações que embasam a organização destas atividades?; iii) há uma estrutura de governança e gestão local do APL?; iv) em que medida a população local é inserida no processo de geração de renda e beneficiamento social? v) a estrutura de governança e gestão é suficiente para caracterizar a aglomeração como um Arranjo Produtivo Local?; vi) quais são as medidas dos atrativos turísticos e do potencial turístico no local?; vii) a estruturação da atividade turística é adequada à reprodução da atividade e às especificidades do território? viii) esta atividade é geradora de desenvolvimento regional/local? ix) qual é o impacto socioeconômico desta atividade?

## 2. OBJETIVOS

O objetivo desta dissertação foi analisar a dinâmica do Arranjo Produtivo Local de Turismo (APLTur) da Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ, para verificar em que medida o Potencial Turístico e a organização local têm influência no desenvolvimento territorial em seus diversos âmbitos, e então verificar se este desenvolvimento se enquadra como sustentável. Para tal, utilizou-se alguns objetivos intermediários:

- Revisão das principais teorias de desenvolvimento para conceituar o Desenvolvimento Territorial Sustentável e seus indicadores, bem como dos Arranjos Produtivos Locais, sua metodologia e aplicação no Brasil;
- Estruturação de uma metodologia e instrumentos de análise que atendam as demandas da pesquisa, e que possibilitem um estudo qualquantitativo, aproximando teoria e prática, bem como a consecução dos resultados;
- Identificação, Análise e Caracterização socioeconômica e histórica do local, do Arranjo Produtivo Local e de suas dinâmicas internas, e também do potencial turístico, dos atrativos turísticos e demais dinâmicas concernentes;
- Identificação das estruturas e mecanismos do Desenvolvimento Territorial Sustentável e sua ligação com o desenvolvimento do APLTur da Ilha Grande, e proposição de uma avaliação de influência.
- Discussão acerca de diagnóstico e proposições para o APL a partir de uma análise SWOT considerando suas forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, e classificação do APL.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### **3.1 Desenvolvimento: a evolução do conceito e as abordagens territoriais**

O tema do Desenvolvimento foi revestido de diferentes significados ao longo da história tanto brasileira quanto mundial. Analisar o desenvolvimento é analisar os rumos das sociedades, seu contexto histórico, peculiaridades, dentre outros. Esta temática sempre esteve presente, direta ou indiretamente na Filosofia, Sociologia, Economia (aqui não dividida entre economia empresarial e economia política), Antropologia, História, Biologia, dentre outras ciências que buscam analisar os rumos das sociedades humanas.

No dicionário, a palavra desenvolvimento significa ato ou efeito de desenvolver, desenvolução, e ainda, progresso, crescimento e/ou adiantamento. É certo que o desenvolvimento atualmente não se limita a estas definições, sendo cada vez mais um “conceito guarda-chuva” capaz de abrigar uma gama de significados.

Destes significados, nesta dissertação nos ateremos mais especificamente aos relacionados às ciências econômicas, onde nas obras tidas como “maternas” da economia, o desenvolvimento já era pauta, mesmo que indiretamente, como observado em Adam Smith (1776), Karl Marx (1867), David Ricardo (1817), Thomas Malthuz (1798), dentre outros (LIMA, 2020).

No Brasil, a temática do desenvolvimento vem sendo pauta das políticas de estado (públicas) principalmente a partir de meados da década de 1950, com experiências de diversos planos e políticas de incentivo ao desenvolvimento regional, como a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), em 1974, os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, respectivamente em 1972 e 1975, as articulações realizadas pelos Ministérios da Integração Nacional (1999 até 2019), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (1999 até 2016), bem como a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi institucionalizada em 2007, e vigora, apesar de diversas modificações, até os dias atuais.

No decorrer dos anos, a dinâmica econômica global, a preocupação com a escassez de recursos naturais e de insumos, fez com que diferentes roupagens fossem dadas ao desenvolvimento, tornando-o cada vez mais uma matéria multidimensional. Mais precisamente três visões principais são incorporadas à esta dissertação, sendo: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento territorial. É correto afirmar que estas três

visões são indissociáveis e complementares, talvez até sobrepostas em determinados pontos. Neste trabalho analisamos estas visões como complementares, componentes do desenvolvimento territorial sustentável e harmônico.

Este desenvolvimento harmônico deve considerar não somente o âmbito econômico, mas também o social e o ambiental. A ideia que se defende é que não há desenvolvimento que não seja composto por estes três âmbitos, ou seja, deve ser sustentável.

Sustentabilidade, no dicionário, significa “característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência / passível de sustentação”. Ou seja, é a ideia de que a atividade atual não pode prejudicar (ou deve prejudicar minimamente) sua execução futura e/ou de demais atividades relacionadas. Porém, este é um termo que vem sendo utilizado de maneira desenfreada, deturpada e cada vez mais banalizada, muitas das vezes por medidas que são completamente contrárias à sua conceituação.

Logo, o desenvolvimento harmônico, aqui, pode ser entendido como sinônimo ao desenvolvimento territorial sustentável. É a tentativa de harmonizar os âmbitos social, ambiental e econômico na promoção do desenvolvimento aplicado à ótica territorial.

A partir desta visão, clareia-se a ideia das aglomerações produtivas como uma possível estratégia de desenvolvimento, pois estas podem ser capazes de unir o território e suas especificidades (naturais, logísticas) à uma abordagem de gestão social mais justa, obtendo significativos ganhos econômicos. Ou seja, as teorias e estudos acerca da aglomeração de atividades produtivas, são entendidas como grandes aliadas para a promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local (COSTA, 2010; VILLELA *et al*, 2018; CASSIOLATO *et al*, 2008).

A discussão sobre esta temática vem sendo intensificada desde o início da década de 1990, com experiências nacionais e internacionais, relacionadas principalmente a América do Norte, Europa e Ásia. No Brasil, foram incentivadas a partir de ações públicas de regularização e formatação destas atividades ao fim da década de 1990, sendo enquadradas posteriormente, durante os anos 2000, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A PNDR teve sua proposta inicial lançada em 2004, devidamente institucionalizada em 2007, a partir do Decreto nº 6.047/2007 (RESENDE *et al*, 2015), sob responsabilidade da Secretaria de Políticas e Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Nacional (MI). Os principais objetivos desta política eram diminuir as desigualdades regionais e incentivar as potencialidades de desenvolvimento brasileiro (BRASIL, 2007), e é justamente

a partir daí que o campo dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e das aglomerações produtivas ficam, de fato, reconhecidos como parte de uma pauta de âmbito nacional.

Há uma gama de nomenclaturas para caracterizar essas aglomerações, vindo desde o conceito de clusters até o entendimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que “são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 13 *apud* VILLELA *et al*, 2018).

Portanto, o estudo das aglomerações no Brasil está intrinsecamente ligado à três pontos complementares entre si: i) a existência de uma política nacional, que define a estrutura de governança e aplicabilidade; ii) a identificação das potencialidades econômico-produtivas, logísticas, naturais e/ou socioculturais em determinado território; iii) a existência de instrumentos de aplicação da política e participação social em âmbitos e escalas nacionais, regionais e locais.

Quanto aos instrumentos de aplicação da política, Villela (2013) destaca a importância da gestão social das políticas públicas buscando uma maior aproximação com os atores locais na construção de um instrumento de governança participativa local. Essa relação de aproximação é caracterizada como de suma importância para o sucesso da política pública por Cassiolato *et al*, 2008.

A Gestão Social pode ser compreendida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na dialogicidade e na transparência (CANÇADO *et al*, 2013), portanto, torna-se importante instrumento de relacionamento entre a teoria e a prática da construção de um aparato político, fazendo-se fundamental estudar as especificidades do território para entender o método de aplicação.

Logo, o desenho do desenvolvimento harmônico/sustentável é caracterizado brevemente por três âmbitos e seus respectivos instrumentos principais:

- i.Social: necessidade de inclusão social no processo de gestão e de tomada de decisão, emancipação popular, diálogo etc.;
- ii.Ambiental: preservação ambiental, medidas de resolução de problemáticas, sustentabilidade ambiental;
- iii.Econômico: geração de renda, melhoria de condições de vida, distribuição de renda, inclusão econômica;

Estes âmbitos podem ser destrinchados em diversas subclassificações para enriquecer a análise. Estes passos serão feitos a seguir.

Num primeiro momento, buscou-se caracterizar as teorias de desenvolvimento de maneira histórico-descritiva, visando traçar uma breve “linha do tempo” a partir de pequenas subdivisões. Esta temática pode ser concebida a partir de quatro momentos distintos: o primeiro é o do desenvolvimento como progresso, sendo sinônimo de crescimento, em seu surgimento conceitual na ciência econômica; o segundo pode ser a “virada de chave” do conceito, quando as preocupações ambientais alarmaram para o crescimento desenfreado dos países; o terceiro é a da incorporação de múltiplas dimensões ao conceito, e ao traço de estratégias de desenvolvimento multidimensionais; e o quarto é a aplicação da ótica territorial, bem como das possíveis estratégias de desenvolvimento, como as aglomerações produtivas, mais precisamente os arranjos produtivos locais.

### 3.1.1 Crescimento econômico ou desenvolvimento? O debate teórico

O incentivo ao desenvolvimento é uma questão intrínseca à maioria dos países, visto que pode ser dado em diferentes âmbitos e relacionado a diferentes recortes temporais.

Estratégias de ampliação e crescimento estão registradas desde as primeiras organizações sociais humanas, perpassando às épocas dos grandes impérios, das grandes navegações, com o metalismo e a acumulação de riqueza, e chegando aos dias atuais. É verdade que as motivações para tal foram alteradas ao longo do tempo, sendo desde a dominação por conquista territorial e expansão geográfica, até a dominação econômica, das relações de trocas da sociedade capitalista.

A partir do final dos anos 1700, se inicia a discussão no entorno do estudo do crescimento, onde está o cerne dos estudos da economia clássica, inaugurados pelas obras de Karl Marx, Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, em que há grande busca pelo estudo das relações entre crescimento, desenvolvimento, riqueza e propriedade, na tentativa de entender as relações econômicas e explicá-las de maneira mais sintética (LIMA, 2020).

Neste primeiro momento, os países entendiam seu desenvolvimento simplesmente a partir da expansão de suas fronteiras territoriais e econômicas, muito mais relacionado à uma ideia de progresso. Portanto, a acumulação de riquezas era o ponto chave para o crescimento econômico à época.

Ao longo da evolução da ciência econômica, diferentes pesos foram dados a estes fatores, e criaram-se alguns dilemas e relações, como emprego e inflação, gasto e poupança, crescimento e desenvolvimento, dentre outros. Este último se faz ligeiramente importante para compreendermos os rumos da formulação de políticas e integração dos territórios de cada estado-nação, bem como sua própria soberania, qualidade de vida etc.

A discussão acerca da existência de diferenças entre o crescimento econômico e o desenvolvimento é grande ponto no estudo das ciências econômicas para analisar a dinâmica capitalista.

Bresser-Pereira (2006) caracteriza que o crescimento e o desenvolvimento, na sociedade e no Estado capitalistas estão intrinsecamente ligados ao nível de acumulação de capitais e a incorporação de progresso técnico ao trabalho, relacionando-se com a produtividade, a renda e consequentemente com a “qualidade de vida” da sociedade. Essa relação é válida a partir dos preceitos capitalistas de autorregulação, num ambiente de iguais chances de acesso dos países aos recursos e à tecnologia.

Entretanto, na sociedade capitalista atual, é errôneo trazer esta relação a um nível básico de discussão, visto que as relações econômico-comerciais são extremamente desiguais de um país para outro.

Bresser-Pereira (2008, p. 01) caracteriza que a métrica mais comum utilizada para medir os níveis comparativos do desenvolvimento econômico é o “PPP (*purchasing power parity*) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal”. Porém, destaca que há casos em que a renda per capita não reflete em absoluto o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico, principalmente nos países produtores de petróleo, como o Brasil. Podemos estender essa citação de Bresser-Pereira, observando que essa regra se estende a maioria dos países que tem sua matriz produtiva voltada predominantemente para a produção de commodities.

Ainda em Bresser-Pereira (2008), o autor traz a alternativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do PNUD, porém reitera que ele não substitui as duas rendas por habitante citadas anteriormente, mas sim as complementa. Portanto, o desenvolvimento econômico:

(...) supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um estado-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 01).

E ainda que:

Como se trata de um processo histórico, o desenvolvimento econômico precisa ser estudado empiricamente como fizeram os grandes economistas clássicos, e não hipotético-dedutivamente, como fez Ricardo e fazem os economistas neoclássicos. O desenvolvimento econômico visa atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente. Por isso, é importante não confundi-lo com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 02).

Aqui o autor demonstra uma diferença clara entre desenvolvimento econômico (aquele que visa diretamente atender às questões do bem-estar) e o desenvolvimento total da sociedade (que visa o bem-estar, a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente). Guardemos esta concepção, que, no próximo tópico, será destrinchada pelas contribuições de Ignacy Sachs, Rafael Perico, dentre outros.

Bresser-Pereira (2008, p.02) utiliza Schumpeter (1911) como o primeiro economista a demonstrar o fato de que o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico não são exatamente sinônimos, onde “o desenvolvimento econômico implica em mudanças estruturais no sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura”. Porém, Bresser-Pereira diz que essa diferenciação não é aplicável historicamente, e sim de maneira teórica, onde:

Não vejo, entretanto, razão para identificar aumento da renda per capita sem aumento da produtividade como sendo ‘crescimento econômico’. Verificando o uso corrente, observo que desenvolvimento e crescimento econômico são expressões geralmente utilizadas como sinônimas; por outro lado, a medida usual do desenvolvimento econômico continua sendo o aumento da renda per capita. Quando há aumento da renda per capita, mas a economia não se transforma porque não aumenta a produtividade de toda ela mas apenas de um enclave geralmente de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento econômico. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 02).

Porém, há exceções nesta visão, relacionadas aos países vítimas da doença holandesa<sup>1</sup>, onde o Brasil já se localizou em alguns momentos da história (vide os grandes ciclos coloniais, e pós-coloniais de produção).

Nos países vítimas da doença holandesa, pode ocorrer um aumento limitado da renda per capita, mas não acontecem as transformações estruturais, culturais e institucionais que são inerentes ao processo de desenvolvimento ou crescimento econômico, nem existe o aumento dos padrões de vida da população, que é parte essencial desse processo, porque a taxa de câmbio é definida pelo recurso que envolve rendas ricardianas em um nível tal que todos os demais setores comercializáveis com maior valor adicionado per capita se tornam inviáveis economicamente. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 03).

Entretanto, o autor ratifica que essa condição é de exceção porque,

A regra, o que ocorre historicamente na maioria das vezes, é o crescimento da renda per capita implicar mudanças estruturais na economia e na sociedade. Distinguir crescimento de desenvolvimento econômico no plano histórico só faz sentido a partir de uma perspectiva teórica que supõe possível e frequente aumento da renda per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 04).

Bresser-Pereira (2008) traz ainda um ponto extremamente importante para nossa análise: a distinção entre “desenvolvimento econômico como fenômeno histórico e

desenvolvimento enquanto algo que aspiramos”. Logo, o “Desenvolvimento sem adjetivos ou desenvolvimento humano seria o gênero que incluiria as espécies: econômico, social, político e ambiental. E seria também o desenvolvimento entendido normativamente” (Bresser-Pereira, 2008, p. 05).

Portanto, pode se estabelecer alguns pontos a partir das análises acima:

- i) o desenvolvimento econômico e o crescimento econômico são conceitos diferentes, mas praticamente sinônimos historicamente, pois nos estados-nação em que há expansão do crescimento econômico há aumento da renda e da produtividade observada, exceto em condições especiais, como por exemplo a da “doença holandesa”;
- ii) há uma diferença significativa entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico, sendo este último uma parte das várias que compõem o desenvolvimento: econômico, social, político e ambiental;
- iii) se é necessário atender estes diversos âmbitos, deve-se harmonizar as relações entre áreas rurais e urbanas na busca de uma maior sustentabilidade dos territórios.

Logo, este “desenvolvimento sem adjetivos” é justamente o que se diferencia do crescimento econômico: ele assume várias dimensões, inclusive a própria econômica, mas não somente ela. Faz-se necessário abordar o surgimento da visão multidimensional do desenvolvimento.

### 3.1.2 O incremento de novas óticas: a sustentabilidade e a visão multidimensional

Como observado no tópico anterior, o desenvolvimento desprende-se, ao longo do tempo, de sua sinonímia em relação ao crescimento. Principalmente a partir de meados da década de 1960 e início da década de 1970, uma série de ações foram realizadas na tentativa de demonstrar que o crescimento desenfreado que as economias mundiais centrais vinham experimentando, através da supereexploração dos recursos naturais (principalmente obtidos através dos países periféricos), chegaria a um limiar próximo.

Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo, importante encontro para a evolução do conceito de Desenvolvimento, pois nela, diversos líderes mundiais se reuniram para discutir sobre a elaboração de metas para a questão ambiental (LIMA, 2020), configurando-se como a primeira grande conferência deste tema a ser realizada a nível global.

Ainda em 1972, durante a reunião do Clube de Roma, Dennis Meadows, Donella Meadows, Jorgen Randers e William Behrens III apresentaram o relatório *The limits to growth* (Limites do crescimento), que basicamente apresentava a visão de que havia limites para o

crescimento econômico, relacionando-o com a poluição, o crescimento populacional, a tecnologia e a escassez de recursos. Sendo até hoje reconhecido como o trabalho responsável pela “virada de chave” da questão ambiental a nível mundial, o relatório, apesar de ter sido o mais importante e significativo, não foi pioneiro na discussão da problemática ambiental, sendo precedido de vários como *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk, *Blueprint for Survival* (publicado em janeiro de 1972 pela revista inglesa *The Ecologist*), e ainda os ensaios e livros de Garrett Hardin, como *Exploring New Ethics for Survival* (1962) e *The Tragedy of Commons* (1968). (LAGO, 2007 p. 28-30 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 74).

#### Sobre “Limites do crescimento”:

As teses e conclusões básicas do grupo de pesquisadores coordenado por Dennis Meadows (1972:20) são: 1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial; 2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado

de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual; 3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, Meadows *et al.* Propõem o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. (BRUSEKE, 1995, p. 29).

A partir da visão trazida por estes trabalhos e estas conferências, aprofunda-se a discussão no entorno de que não só o âmbito econômico importa ao desenvolvimento, mas uma visão que engloba principalmente o ambiental. Esta visão ficou conhecida como Ecodesenvolvimento. Durante os anos subsequentes, ocorreu um amadurecimento deste ideário, com a realização de demais conferências e trabalhos, tendo destaque para três importantes marcos temporais: a Eco-92, em 1992; a Cúpula do Milênio, em 2000; e a 70<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, em 2015.

No Ecodesenvolvimento, inicia-se a conexão do processo de desenvolvimento com os âmbitos territoriais, visto que a preocupação com os recursos está diretamente interligada à uma abordagem física do território.

No ano de 1992, realizou-se o evento conhecido como “Eco-92”, no Rio de Janeiro, ‘onde reuniram-se mais de 35 mil pessoas de mais de 178 países, com o objetivo de diminuir a degradação ambiental e social causada pela atividade econômica, e buscar novos horizontes para a produção à nível mundial’ (LIMA, 2020, p. 24). O marco da Eco-92 foi a formulação da “Agenda 21”, que é:

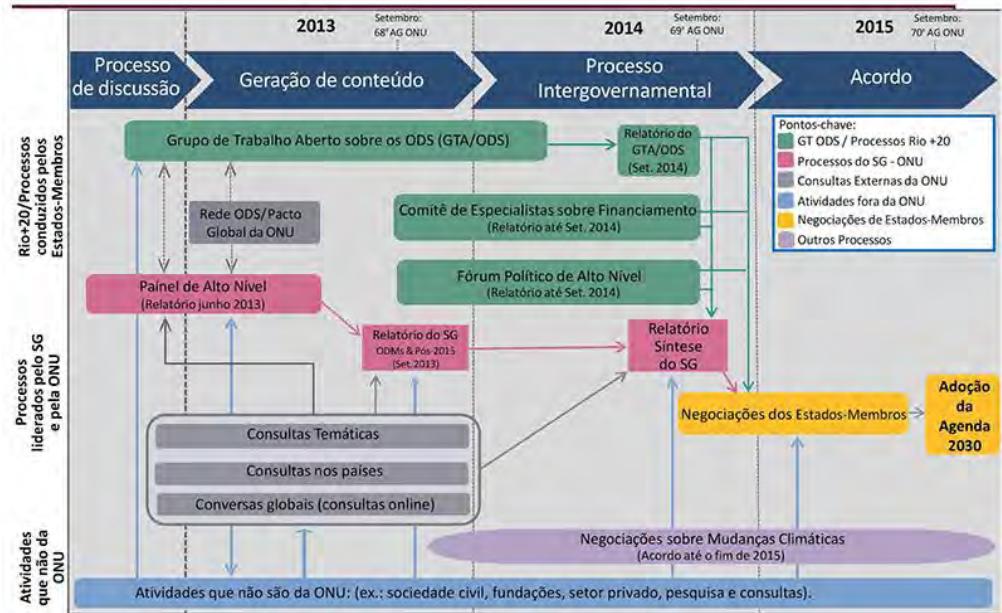
um documento de 40 capítulos que foi assinado pelas lideranças mundiais afim de estabelecer ações sobre diversos temas, como: dimensão social e econômica; pobreza; consumo; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; saúde; meio ambiente; atmosfera; ecossistema; desertificação e seca; agricultura e agricultores; desenvolvimento rural; diversidade biológica; biotecnologia; recursos vivos; mares e oceanos; aproveitamento; gestão ecológica; mulher; infância e juventude; populações tradicionais; ONG’s; trabalhadores e sindicatos; comércio; indústria; comunidade científica e tecnológica; financiamento; tecnologia ecológica sustentável; educação; conscientização; cooperação; acordos internacionais; dentre outros, envolvendo assim diferentes dimensões da vida humana. (LIMA, 2020, p. 24).

No ano de 2000, realizou-se a Cúpula do Milênio, promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova York, com a presença de líderes de 189 países, onde firmou-se um acordo intitulado “Declaração do Milênio”. Neste acordo, constam 8 objetivos intitulados “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), 21 metas e 60 indicadores, que almejavam o combate “à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável” (LIMA, 2020, p. 25), com horizonte até o ano de 2015.

Observou-se algum progresso, porém as metas não foram alcançadas no horizonte desejado, e, portanto, em setembro de 2015, ocorreu a 70ª Assembleia Geral da ONU, também em Nova York, reunindo representantes de 193 Estados-Membros com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado nos ODM, porém buscando corrigir as falhas e adotar metas mais abrangentes. Surge então a “Agenda 2030”, onde constam 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas distribuídas entre estes objetivos.

O processo de construção da Agenda 2030 bem como os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável seguem abaixo:

Figura 1: Processo de construção da Agenda 2030



Fonte: Plataforma Agenda 2030<sup>4</sup>

Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Site do PPGCS/FURG<sup>5</sup>.

Outras contribuições reafirmam a condição multidimensional do desenvolvimento, como a do economista polonês-francês Ignacy Sachs, que dedicou boa parte da sua carreira ao estudo do processo de desenvolvimento. Sachs desenvolveu uma série de trabalhos que contribuíram para alguns questionamentos importantes em relação ao desenvolvimento. Lima (2020) traz alguns dos questionamentos de Sachs, como: Será que é possível pensar em

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/> Acesso em: 02/2023.

<sup>5</sup> Disponível em <<https://ppgcs.furg.br/agenda-2030>> Acesso em 02/2023.

sustentabilidade na vigência de um sistema capitalista de mercado? Nessa perspectiva de sustentabilidade sem uma mudança estrutural, os grupos menos favorecidos que praticam a conservação e utilizam os recursos naturais para seu sustento estarão na mesma posição, comparado a outros grupos sociais que não praticam estes atos sustentáveis no seu dia a dia?

Em sua obra mais conhecida, intitulada “Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado” (2004), Sachs revisa o conceito de desenvolvimento humano a partir do cenário conturbado entre a queda do neoliberalismo, os contornos do Consenso de Washington e o fim do socialismo real, trazendo o cenário da globalização do século XXI, e caracteriza o desenvolvimento expondo que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, mas que o crescimento é parte do processo de desenvolvimento. Na visão de Sachs, o conceito de desenvolvimento humano é caracterizado a partir de três aspectos: social, ambiental e econômico, e que devem ser respectivamente includente, sustentável e sustentado.

Portanto, Sachs traça três vieses principais caracterizantes de desenvolvimento, e que se esmiuçam e decompõem em diversos âmbitos menores. Mesmo sendo anterior à formatação dos ODS, a visão de Sachs de fato foi incorporada nessa metodologia, de modo que a visualização dos três âmbitos pode ser espelhada nos próprios ODS.

O processo de criação e formatação dos 17 ODS afirmam a condição multidimensional adquirida pelo conceito de desenvolvimento no decorrer dos anos, vindo desde a concepção ambiental, e atualmente englobando enfoques condizentes com a ótica territorial. O território deixa de ser simples espaço de utilização para o crescimento econômico, e passa a ser o foco principal e o ponto-motor do processo de desenvolvimento. Para compreender melhor essa relação, buscou-se trazer, no próximo tópico, a contribuição de Rafael Echeverri Perico, em sua obra intitulada “Identidade e Território no Brasil”, de 2009, produzida a partir da pesquisa realizada pelo Instituto Interamericano de Agricultura (IICA), com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

### 3.1.3 Desenvolvimento Territorial Sustentável

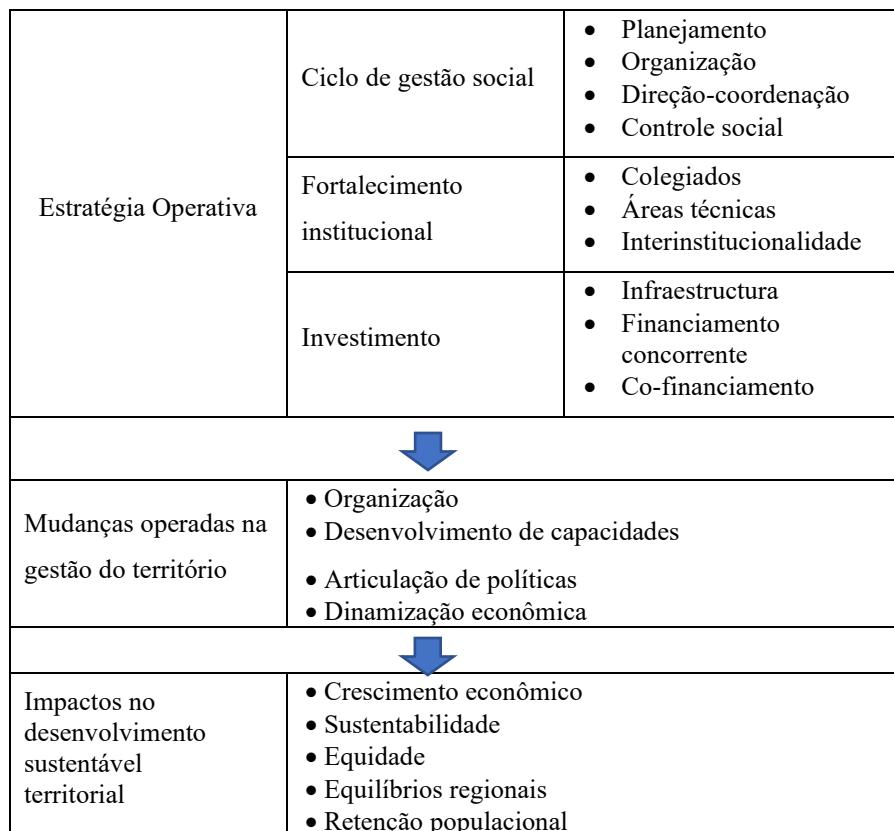
O foco principal da obra supracitada era relacionado com: i) a análise do modelo de desenvolvimento rural brasileiro; ii) os avanços para a geração de novas políticas; iii) os enfoques e fundamentos conceituais da estratégia dos territórios de identidade; iv) o marco institucional para a gestão territorial; v) a estratégia de gestão social dos territórios da identidade; vi) o processo de conformação dos territórios de identidade, e; vii) a diversidade, diferenciação e tipologia territorial.

Desta obra, trazemos alguns conceitos importantes destacados pelo autor, como o de território e identidade, que são:

a dimensão política do espaço – quando este é referido reconhecido e identificado – enquanto unidade da gestão política que o distingue e o atribui existência, de certa forma institucionalizada. Nem sempre o território constitui-se numa entidade territorial, a exemplo de município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir enquanto a institucionalidade que expressa – pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. Dessa forma, o território pode, inclusive, chegar a constituir-se num espaço descontínuo. O elemento central da reflexão que nos ocupa é o fato de a identidade – como expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço – converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de descrever e caracterizar o território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento ao definir e dar suporte ao caráter das forças motoras que possibilitam avançar na conquista do bem-estar. A identidade, quando associada ao território no contexto político institucional, expressa-se como territorialidade que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos – nacionalista, patriótico, regionalista, amor pela terra e diversas manifestações da força social objetiva. E o reconhecimento e compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento. (PERICO, 2009, p. 10).

Além da conceituação, Perico (2009) faz uma profunda revisão da estratégia de desenvolvimento adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, de forma a analisar o desenho da política e a diferenciação das estratégias de gestão adotadas pela SDT.

Quadro 1: Diagrama sobre o desenho da Política adotada pela SDT/MDA



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governabilidade</li> </ul>
--	---

Fonte: Perico (2009, p. 58-59).

Figura 3: Processos da ação política sobre os territórios



Fonte: Perico (2009, p. 59).

Desta ação, o fator mais importante para essa dissertação é a definição, obtida de uma política de âmbito nacional reconhecida e aplicada, do entendimento conceitual do Desenvolvimento Territorial Sustentável a partir dos impactos da própria política, de forma que:

(...) a gestão da política e das áreas de resultado esperados ocorram em conformidade com a cultura da gestão do território. Os processos de caráter operativo da política e dos resultados estratégicos só fazem sentido à proporção que consigam impactos territoriais que conduzam ao desenvolvimento territorial sustentável. Esses impactos implicam o sentido da missão de toda a política. (PERICO, 2009, p. 69).

Assim, o corpo da política define e espera que os impactos se reflitam em seis dimensões distintas, essas caracterizantes do próprio Desenvolvimento Territorial Sustentável, sendo: “coesão social, coesão territorial, governabilidade, sustentabilidade, inclusão econômica e bem-estar” (PERICO, 2009, p. 69). Além disso, conceitua cada uma das seis dimensões como:

- **Coesão social:** A coesão social consiste no alcance da equidade entre os grupos sociais que compõem o território. Em termos do desenvolvimento democrático, implica a garantia e o respeito aos direitos dos cidadãos, expressos nos processos de participação, diversidade, identidade, auto-estima, inclusão e eqüidade.
- **Coesão territorial:** A coesão territorial se refere ao equilíbrio e à unidade nacional que favorecem aos territórios encontrar possibilidades de implementar seus próprios modelos de desenvolvimento territorial sustentável. Os componentes básicos da coesão territorial surgem do desenvolvimento endógeno pautado nas capacidades e recursos de cada território – utilizados nos modelos de desenvolvimento que potencializam todos os recursos territoriais na produção de bens sob arranjos econômicos e produtivos eficientes em termos econômico e social, e que reduzem as desigualdades territoriais e regionais expressas no desequilíbrio do modelo de desenvolvimento do Brasil. Para essa razão, a política procura criar condições de maior igualdade entre as regiões diferentes.
- **Governabilidade:** A governabilidade explicita a capacidade da sociedade para implementar processos de longo prazo, tendo em vista alcançar as metas e propósitos do desenvolvimento. A consecução plena da governabilidade implica a necessária

presença de instituições territoriais fortalecidas, a descentralização, negociações territoriais, um exercício cidadão, confiança e solidariedade.

- **Sustentabilidade:** A sustentabilidade consiste na viabilidade dos modelos de desenvolvimento em longo prazo, sob o princípio de que o modelo deve garantir que as oportunidades de bem-estar e crescimento ocorrem de forma eqüitativa e intergeracional. Significa que o desenvolvimento atual não ponha em risco as possibilidades de desenvolvimento das gerações futuras. Demanda simultaneamente a equidade intrageracional, implicando que as oportunidades de bem-estar de alguns membros da sociedade não inviabilizem as possibilidades de outros. Essa sustentabilidade norteia ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ambientais.

- **Inclusão econômica:** O objetivo final da dinamização econômica não se restringe ao crescimento, à competitividade das empresas e ao aumento das rendas individuais. É por isso que a política de desenvolvimento territorial do Brasil tem dado ênfase à criação de um modelo que possibilite a inclusão exitosa de todos os atores econômicos, especialmente os menores e excluídos que são historicamente marginalizados das dinâmicas da economia. Essa inclusão deve se refletir nos modelos com rentabilidade social, participação dos pequenos produtores, produtividade e potencialização das economias locais.

- **Bem-estar:** O alvo último do desenvolvimento territorial sustentável é o bem-estar e a felicidade das populações pertencentes aos territórios. Esse bem-estar é relativo aos diferentes tipos de modelos e projetos territoriais, mas tem de se refletir no desenvolvimento humano e na qualidade de vida. (PERICO, 2009, p. 69-70).

A “dimensionalização” realizada pelo MDA foi adotada nessa dissertação para definir os possíveis indicadores do DTS na análise de campo, como consta na metodologia, mais precisamente no item 4.3.2. Decerto é que a partir deste trabalho realizado pelo MDA, temos o reconhecimento do Desenvolvimento Territorial Sustentável como estratégia política de organização do território.

Entretanto, para a plena compreensão dos conceitos estruturados por Perico, deve-se compreender como foi dada tanto a construção dos territórios urbanos e rurais no Brasil, quanto traçar uma noção da temática do desenvolvimento endógeno e as primeiras experiências de desenvolvimento realizadas a partir da ótica dos territórios. Portanto, os próximos tópicos buscam elementar essas questões.

### 3.1.4 Abordagens regionais e territoriais aplicadas: o desenvolvimento endógeno e o surgimento dos Arranjos Produtivos Locais

#### 3.1.4.1 Breve análise da dinâmica dos territórios rurais e urbanos

O Desenvolvimento brasileiro está intimamente ligado à dinâmica entre territórios rurais e territórios urbanos, ou melhor, ao avanço da linha da urbanização, ora forçada, com certo nível de planejamento, ora “espontânea”, onde pessoas excluídas dos centros (porém com meio de vida ligado a ele) buscavam regiões periféricas das cidades para se abrigar. Para essa abordagem, utilizaremos principalmente as bases da obra Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil, realizado pelo IICA em 2010, com maior destaque para o capítulo

1, de autoria de Arilson Favareto, intitulado Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas Sobre o Desenvolvimento Territorial, além de algumas obras do autor José Eli VEIGA e demais autores relacionados.

José Eli VEIGA (2001) indica que boa parte desse problema se deve à definição vigente de cidade, que transformou qualquer aglomerado territorial com mais de 20.000 habitantes em cidade, desconsiderando suas características territoriais e morfológicas.

A vigente definição de “cidade” é obra do Estado Novo. Foi o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais. Não somente as dos períodos pós-1946, pós-1964 e pós-1988, mas também as que estão sendo introduzidas pelo novíssimo Estatuto da Cidade. Por exemplo, ao dispensar da exigência de Plano Diretor quase todas as “cidades” com menos de 20 mil habitantes. Será razoável que no início do século 21 se considere “cidade” um aglomerado de menos de 20 mil pessoas? (VEIGA, 2001, p. 01).

O autor explicita que essa divisão exagerada acaba por dificultar a organização do próprio município, ou seja, locais que antes não tinham características de cidade tem de se adequar a uma nova regulamentação, novas representações, novas funções, novo território passível de urbanização.

Foi nesse contexto que o Decreto-Lei 311/38 fez com que todas as sedes municipais existentes virassem cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou funcionais. Foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados. Para futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que àquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas. (VEIGA, 2001, p. 02).

O contexto explicitado é relativo ao período 1937 a 1942, onde mudava-se a estrutura do Estado Nacional Brasileiro, numa pegada muito mais intervencionista, onde o esforço de centralização político-administrativa manifestou-se mediante a montagem de um complexo quadro jurídico-institucional que estabeleceu novos padrões de governo: ampliação dos poderes do chefe do Executivo Federal, regulamentação das relações entre o governo central e os Estados, restrição da autonomia dos Executivos Estaduais, novos instrumentos de intervenção

na economia, novos meios de controle da vida política, estrutura corporativa dos mecanismos de inserção dos diferentes grupos sociais, e assim por diante (Diniz, 1983; Gomes, 1997 *apud* Veiga, 2001).

A urbanização forçada criou a ideia de exclusão do papel central dos territórios rurais, delegados à marginalização de sua importância.

Os estudos sobre a dinâmica rural x urbano não se restringiram a territórios brasileiros. Favareto (2010, p.15), relata que “a publicação do estudo seminal de Arnaldo Bagnasco, de 1977, sobre a problemática territorial do desenvolvimento italiano, obra que representa um marco na associação da ideia de território à ideia de desenvolvimento na literatura científica”.

Além dessa obra, Favareto destaca várias outras como:

Brusco (1996), Becatini & Rulani (1995); numa vertente francófona com os trabalhos de Pecqueur (2000), Benko & Lipietz (1992; 2000); e num viés um pouco diferente, mas também influente, numa vertente anglo-americana, com os vários trabalhos sobre clusters e sistemas produtivos locais. Nas vertentes latino-americana e hispânica, vários trabalhos também se constituíram em referências importantes como aqueles publicados por Berdegué & Schejtman (2003), Veiga (2001), Correa & Sumpsi (2001), Yruela (2000), Abramovay (2003). (FAVARETO, 2010, p. 15).

A origem da relação rural x urbano no desenvolvimento dá-se na década de 1970, onde há estagnação da urbanização nos países capitalistas, e começa-se a discutir a urbanização dos territórios rurais, ocasionando uma diminuição da "distância" entre esses. Favareto (2010) traz os questionamentos de Paul Bairoch (1992) como guias para este debate: trata-se de uma nova etapa? Isto é, fenômenos antes concernentes à urbanização atingem um outro universo sem, no entanto, fagocitá-lo? Ou esse processo sinaliza uma homogeneização entre os dois polos forte o suficiente para apagar suas distinções substantivas?

Como respostas a essas questões, Favareto (2010) traz as contribuições de *Études Rurales: L'urbanisation des campagnes*, de Georges Duby, onde vários textos discutiam a temática, dando destaque a Julliard (1973) que:

(...) já apresentava uma tipologia mais complexa, com uma abertura para diferentes composições entre cidades e campos: cidades rentistas do solo numa relação de parasitagem com o meio rural; cidades que cresceram sem laços orgânicos com o meio rural, envolvendo-o, mas esterilizando-o em vez de fecundá-lo; cidades que associaram sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento. O que é quase consensual desde então é que as transformações econômicas, o processo de modernização da produção e a crescente integração dos mercados levaram ao fim de um tipo específico de ruralidade, aquela que já foi chamada por Mendras de “sociedades camponesas”. (FAVARETO, 2010, p. 17).

Além disso, o autor traz três pontos de importância para a situação, sendo: i) o compromisso institucional da paridade econômica e social entre agricultura e outros setores; ii) o padrão de crescimento demográfico apontava para a atração da população aos campos, tanto

pelo avanço da renda quanto pelo avanço da infraestrutura; iii) a descentralização político-econômica, que proporcionou novas oportunidades de trabalho e viabilização de equipamentos sociais (FAVARETO, 2010).

Como resposta aos questionamentos de Bairoch (1992), Favareto (2010) aponta que os tempos atuais representam uma nova etapa, onde há maior diversificação das atividades rurais, principalmente relacionado ao aumento do setor de serviços. Novos fatores passam a ser considerados na valoração dos territórios rurais, como “a localização, fertilidade, e o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem.” “(...) a composição do perfil populacional e as tendências demográficas típicas do período anterior são substituídas por um forte arrefecimento, ou mesmo uma inversão, nos fluxos demográficos.” (FAVARETO, 2010, p. 17-18).

Veiga (2004 *apud* FAVARETO, 2010, p. 19) trazem algumas observações para sintetizar alguns pontos deste debate:

- a. As zonas rurais, que englobam os locais de residência de um quarto da população europeia e de mais de um quinto da americana, além de mais de 80% dos dois territórios, caracterizam-se por tecidos culturais, econômicos e sociais singulares: um extraordinário mosaico de atividades e uma grande variedade de paisagens (florestas e terras agrícolas, sítios naturais incólumes, aldeias e pequenas cidades, centros regionais, pequenas indústrias, etc.);
- b. As zonas rurais, bem como seus habitantes, constituem uma riqueza autêntica para suas regiões e países e podem ser bem competitivas;
- c. As maiores partes dos espaços rurais europeus e norte-americanos são constituídas por terras agrícolas e florestas que influenciam fortemente o caráter das paisagens;
- d. Dado que a agricultura certamente permanecerá como importantíssima interface entre sociedade e ambiente, os agricultores deverão cada vez mais desempenhar funções de gestores de muitos dos recursos atuais dos territórios rurais;
- e. Mas a agricultura e as florestas deixaram de desempenhar papel predominante nas economias nacionais. Com o declínio de seus pesos econômicos relativos, o desenvolvimento rural mais do que nunca deve envolver todos os setores socioeconômicos das zonas rurais;
- f. Como os cidadãos europeus e norte-americanos dão cada vez mais importância à qualidade de vida em geral, e em particular a questões relativas à saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer, as regiões rurais ocuparão posições privilegiadas para satisfazer tais interesses e oferecer amplas possibilidades dum desenvolvimento moderno e de qualidade;
- g. As políticas agrícolas deverão se adaptar às novas realidades e desafios colocados, tanto pelos desejos e preferências dos consumidores quanto pela evolução do comércio internacional; em especial uma adaptação que

- impulsione a transição de um regime de sustentação de preços para um de apoios diretos;
- h. Os subsídios estabelecidos pelas respectivas políticas agrícolas serão crescentemente contestados. Já é ampla a aceitação de que apoios financeiros públicos devam ser cada vez mais condicionados a uma adequação na gestão dos recursos naturais e à manutenção e reforço da biodiversidade e das paisagens culturais;
  - i. As reformas das políticas agrícolas da primeira metade da década de 1990 conservaram inconsistências, duplicações e alta complexidade jurídica, apesar de inegáveis avanços em termos de transparência e eficácia;
  - j. Torna-se absolutamente necessário promover a capacidade local de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e, nomeadamente, iniciativas privadas e comunitárias bem integradas a mercados globais.

Esse debate gerado passa a guiar a formulação de políticas ao redor do mundo, no sentido de não restringir o desenvolvimento às áreas centrais das cidades, estendendo os campos de estudo para as áreas periféricas e rurais. O debate entre o rural e o urbano no desenvolvimento torna-se de extrema importância por aprofundar a ideia das especificidades do território como passíveis de apropriação e utilização para incremento do processo de desenvolvimento.

Ou seja, o espaço territorial deixa de ser visto apenas como reprodução da organização econômica, onde são desconsideradas suas especificidades e *modus operandi*. Passa a ser o lócus, a partir do aproveitamento das características do território, com o objetivo de proporcionar um desenvolvimento a partir de fatores endógenos do território.

Assim, foram realizados diversos programas e planos, tendo destaque para:

- O programa Leader - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais;
- *The DORA Project: Dynamics of Rural Areas*;
- Projeto Ruremplo;
- As experiências de industrialização difusa.

Todas as experiências acima citadas são importantes para a noção de desenvolvimento territorial rural. Porém esta discussão estende-se a uma condição de novo marco teórico nas ciências econômicas, não restringindo-se apenas aos territórios rurais e periféricos. A Teoria do Desenvolvimento Econômico Endógeno surge como pauta da discussão.

### *3.1.4.2 O Desenvolvimento Econômico Endógeno*

Contrariando a esquematização das ações públicas originalizadas no ideário do regime fordista de acumulação (baseadas em incentivos à construção de grandes complexos industriais), a dificuldade dos países subdesenvolvidos de replicar esta condição, fez com que o processo de desenvolvimento destes não obtivesse tanto êxito. Aliado a isso, as mudanças nos sistemas econômicos e incorporação de tecnologia, principalmente a partir da década de 1970 corroboraram para uma reestruturação na formulação das políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico. Fato é que é a partir deste panorama que se iniciam as formulações de uma ótica mais regionalizada para o desenvolvimento.

COSTA (2010) traz as contribuições de David Harvey, em sua obra “Condição Pós-Moderna”, de 1989, que argumenta que a sociedade mundial passou a ter uma nova noção do espaço-tempo, que tem influência direta nas políticas e práticas socioeconômicas.

De certa forma, a diminuição das barreiras de acessibilidade com o advento da inovação tecnológica em seus diversos âmbitos, mas principalmente relacionados a comunicabilidade instantânea, não acarretaram numa padronização dos territórios, muito pelo contrário: ocasionaram numa busca, por parte do capital e dos agentes econômicos, por maior diferenciação territorial, construção de simbologias e espaços singulares para serem explorados pelo próprio capital, ou seja: na lógica da diferenciação do produto aplicada aos territórios e às experiências adquiridas através dele, sociais, culturais, naturais, dentre outras.

Harvey percebe com sagacidade que a acumulação flexível é capaz de explorar com grande maestria uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstruindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente. Resulta daí uma cadeia lógica que passa a dar aos agentes locais de uma dada comunidade a impressão de que o desenvolvimento de sua localidade é um atributo inherentemente de competência local. Se os capitalistas tornam-se cada vez mais sensíveis às diferenças qualitativas dos espaços locais, os agentes locais podem de alguma forma tornar o seu local mais atrativo ao capital forâneo. Assim, as qualidades locais passam a ser cada vez mais destacadas e trabalhadas, tornando isto um trunfo na competição entre lugares, o que tem gerado, conforme o autor, um efeito contraditório e ao mesmo tempo irônico de crescente padronização dos espaços no mundo a partir do momento em que cada localidade busca tornar-se única. (COSTA, 2010, p. 104).

Harvey considerou este processo como o “paradoxo central”, sendo: ‘quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneira atrativa ao capital’. (HARVEY, 1989, p. 267). Trazendo o destaque à Henri Lefebvre (1974), que já afirmara que “o capitalismo tem sobrevivido única e exclusivamente por um meio:

ocupando espaços e produzindo espaços”, COSTA (2010) considera que, ao contrário do que muitos corpos da teoria pensavam, este espaço não é homogêneo.

COSTA traz também as contribuições de Kenichi Ohmae e Manuel Castells com destaque na formatação atual do pensamento no entorno do desenvolvimento moderno.

Ohmae afirma que estaríamos presenciando “o ocaso do Estado-Nação como ator importante no cenário econômico mundial” (COSTA, 2010, P. 105), e que as relações estariam sendo remoldadas no entorno de um “Estado-Região”, e que estes vêm:

(...) remodelando a geografia mundial fundamentada em Estados-nacionais; para ele unidades políticas relevantes, porém que não mais representam a territorialidade da geografia econômica contemporânea. Assim, a “velha cartografia” torna-se uma ilusão e um guia inadequado para o planejamento estratégico de empresas e até mesmo para o desenho de políticas públicas. (COSTA, 2010, p. 104).

Por outro lado:

uma nova escala denominada de Estado-região estaria ascendendo no cenário mundial justamente por possuir as amarras necessárias para induzir o processo de desenvolvimento via conexão direta com a economia global. Podendo residir totalmente dentro das fronteiras de um Estado-nação ou transcendê-las, o Estado-região seria uma “zona econômica natural” caracterizada pelo fato de ter: um mercado atraente com uma população entre 5 e 25 milhões de habitantes; uma lógica global; condições autônomas de construir as conexões vitais para a inclusão nesta economia; e, tamanho e escala correta para se constituir como uma unidade de negócios da economia atual – suficientemente pequeno para que seus cidadãos compartilhem interesses comuns, mas de tamanho suficiente para justificar economias não de escala, mas de serviços (infraestrutura de comunicações, de transporte e de serviços profissionais essenciais). (COSTA, 2010, p. 105).

Manuel Castells também compartilha a visão de Ohmae no que diz respeito à defasagem do estado central de escala nacional (COSTA, 2010), e constrói seu pensamento no pressuposto de que as economias organizam-se em redes:

Este novo “modo de desenvolvimento” possui uma conformação estrutural expressa numa forma de rede, onde o local se materializa numa espécie de nó. Assim, é formada uma nova divisão internacional do trabalho que não ocorre mais entre países, porém entre agentes econômicos localizados ao longo de uma estrutura global de redes e fluxos que interpenetram todos os países e dão compleição a um mundo binário, abarcando regiões conectadas e excluídas. Essa dinâmica, através da telemática e dos sistemas de transporte, estaria gerando “efeitos de túnel” por zonas atravessadas e não conectadas, desenhando uma faixa territorial descontínua (discreto) e fraturada, onde se observam afastamentos cada vez maiores, em todas as escalas, entre zonas integradas e zonas periféricas e abandonadas, ou seja, territórios não pertinentes. (COSTA, 2010, p. 106).

Essa visão em redes, que se sedimenta na conexão a partir de características próximas traz alta significância para as questões sociais e culturais, proporcionando a conexão direta no motor das aglomerações e dos nós para a geração do desenvolvimento.

Portanto, a política pública orientada pela escala local deve atender as questões inerentes ao território, mas não o sufocar ou o isolar, muito pelo contrário. Tem de ser elaborada para construir um ambiente adequado de convívio e reprodução das atividades econômicas, sociais e culturais independentes, transformando-os em uma experiência única.

(...) deve contemplar ao menos quatro questões: a introdução de mecanismos facilitadores da difusão das inovações, sejam estas radicais ou mesmo incrementais, nos métodos e nas organizações; o apoio a organização de sistemas produtivos flexíveis e competitivos, com atenção especial para a construção de um ambiente adequado a boa relação entre empresas, fornecedores e clientes; a visão da cidade como um ambiente em constante transformação e como base para a ação competitiva das empresas, sendo o espaço por excelência do desenvolvimento endógeno na medida em que é o território onde se criam e desenvolvem os novos espaços industriais e de serviços, devido às potencialidades de desenvolvimento e à capacidade de gerar externalidades; a percepção de que o processo de desenvolvimento não se dá no espaço abstrato, mas é condicionado por questões de ordem cultural, institucional e política. (COSTA, 2010, p. 115).

Dentro dessa ótica do Desenvolvimento Econômico Endógeno, destaca-se quatro visões principais, segundo COSTA (2010): a da Teoria Neo-Schumpeteriana; a dos Distritos Industriais Italianos (industrialização difusa); a da Nova Geografia Econômica (principalmente relacionada a Paul Krugmann); e a da Escola de Harvard (com as considerações de Michael Porter). Trazemos destaque especial a experiência da industrialização difusa.

#### *3.1.4.3 As experiências de industrialização difusa*

As experiências de industrialização difusa estão ligadas a descentralização industrial nos territórios, possibilitando a dispersão (daí o nome difuso) da malha produtiva em polos.

Como ratificado por Favareto (2010), o marco do estudo desta temática é o estudo do sociólogo italiano Arnaldo Bagnasco, em 1977, intitulado *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*, onde explica o motivo das regiões italianas menos “ricas” historicamente estarem com indícios significativos de dinamismo industrial, superando a Itália rica.

Nessa obra, o autor traz a visão que o desenvolvimento da Terceira Itália tinha pontos divergentes do desenvolvimento experimentado em outros lugares do planeta, principalmente relacionado a aproveitar “as características morfológicas de determinados territórios e sua importância no estabelecimento da dinâmica econômica local” (FAVARETO, 2010, p. 20). Além disso, relacionava-se em aproveitar as empresas de bases familiares locais para geração de um complexo industrial, sendo o foco principal ou servindo de base para outras empresas (como produzindo peças e/ou insumos para empresas maiores).

O fato é que esse modelo de apropriação industrial diminuiu a lacuna existente entre o campo e a cidade (aqui vista como centro urbano), no sentido que gerava renda sem concentrá-

la em uma única empresa, mas sim em um complexo industrial de base familiar ou “cooperativada”.

O centro do argumento está em que, no caso italiano, constatou-se uma forte relação entre a distribuição espacial da chamada “economia difusa”, marcadamente um grande número de pequenas e médias empresas, associadas com a existência de uma forte base familiar entre as unidades de produção agrícola, com um determinado padrão de urbanização que evitava uma fratura cidade-campo.

A esse argumento se seguiram vários outros, de sociólogos, economistas e geógrafos, que analisam a formação dos chamados distritos industriais. Brusco (1996), particularmente, enfatiza como essas condições estruturais se transformam num ambiente que associa competição à colaboração, conflito à participação e conhecimento local e prático ao conhecimento científico. (FAVARETO, 2010, p. 21).

O autor, porém, traz como problema o observado nas tentativas de reprodução do modelo da Terceira Itália em outros locais, visto que as características encontradas lá são extremamente peculiares e de difícil reprodução para vencer a estagnação econômica de outros locais. Entretanto, as bases de um desenvolvimento endógeno que é gerado a partir da reprodução e principalmente organização da gestão local na geração de renda e melhores qualidades de vida são muito significativas. Ou seja, as condições da Terceira Itália são muito peculiares e pouco reprodutíveis, porém os ideais podem ser adequados a outros territórios, e serviram de base para o que compreendemos hoje como desenvolvimento territorial.

Observando o trecho final destacado por Favareto (2010, p. 21), temos:

Apesar dos impasses e das nuances, nas diferentes vertentes que estudam esse fenômeno há duas ideias principais: uma enfatiza os efeitos de proximidade e o que eles trazem em termos de cooperação e aprendizagem, condições para gerar uma base endógena capaz de resultar em inovação e coesão entre agente; a outra foca a diversificação e desconcentração do tecido social local e as interdependências entre características das estruturas sociais e o tipo de interações nelas existentes.

Algumas palavras-chave podem ser destacadas desse trecho, como cooperação, aprendizagem, base endógena, inovação, coesão, diversificação, desconcentração. Estas são as bases do entendimento atual sobre desenvolvimento territorial. Porém, como solucionar o problema de reproduzibilidade desse modelo italiano em adequação a outros locais?

Essa questão norteou os demais estudos acerca das aglomerações produtivas, dos clusters, dos arranjos produtivos locais, dos sistemas inovativos etc.

Nessa dissertação, observamos respostas possíveis: a chave está na existência de políticas nacionais (relacionadas à governança), regionais e locais (relacionadas à gestão), na

inclusão da sociedade num modelo de gestão social, e na própria absorção dos conhecimentos e peculiaridades locais, ou seja, a questão não é reproduzir o modelo da Terceira Itália, mas sim buscar um modelo que seja semelhante nas bases teóricas, porém adequado às realidades locais e alinhado a uma (ou mais) estratégias em diferentes níveis organizacionais, que definirão as diretrizes principais a serem adequadas em cada local.

### 3.1.5 Arranjos Produtivos Locais, organização social, governança e gestão social

Há diversas formas de aglomeração produtiva, como *clusters*, Arranjos Produtivos Locais (APL), Sistemas Produtivos Inovativos Locais (SPIL), dentre outros. Nos ateremos especificamente a conceituação de Arranjos Produtivos Locais, por ser essa a definição comumente explicitada nas políticas brasileiras, e por conter grande número de estudos e experiências adotadas relacionadas com o objeto desta pesquisa.

Qual é, então, é o ponto-chave para classificar a aglomeração como um APL? O requisito básico para a existência de um APL é a existência de uma aglomeração. Portanto, todo APL é uma aglomeração, mas nem toda aglomeração é um APL. Para tornar-se APL, a aglomeração necessita, além de que os empreendimentos estejam organizados no entorno de uma atividade central (e daí se criam empresas do ramo principal, empresas secundárias, empresas correlatas, e outras indiretamente ligadas), principalmente de uma estrutura de governança local baseada na participação social e na gestão social, ou seja, deve haver uma organização dos atores locais no entorno do pensamento conjunto do APL, de maneira a compor uma governança em “rede”.

Simonetti e Kamimura (2017) nos trazem, em seu artigo intitulado “As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais”, parte do livro ‘Arranjos produtivos locais e desenvolvimento’, do IPEA, importante contribuição para a formação de um ideário sobre os APLs, compilando informações e definições de diferentes fontes, muitas as quais foram utilizadas neste trabalho.

Segundo a Redesist (2004 *apud* Simonetti e Kamimura, 2017, p. 21) os Arranjos Produtivos Locais são “como um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais localizados no mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem”.

Desta citação pode-se retirar algumas palavras que são chave para o entendimento do conceito. Destaco: agentes; território; vínculos; cooperação e aprendizagem. Estas palavras

trazem o protagonismo do que é o APL: um conjunto de agentes que praticam determinada atividade de forma organizada, cooperativa (ou incipiente) em determinado território.

Cassiolato e Lastres (2003) *apud* Simonetti e Kamimura (2017, p. 21) destacam alguns atores que se destacam nos APLs, sendo:

i) atores econômicos (clientes, parceiros e competidores; fornecedores de insumos, componentes, ou equipamentos; fornecedores de serviços técnicos); ii) atores do conhecimento (consultores, universidades e institutos de pesquisa); iii) atores de regulação (órgão gestor do APL, governos em seus vários níveis); e iv) atores sociais (sindicatos, associações empresariais, organizações de suporte e organizações do chamado terceiro setor, entre outros).

Destacam ainda que é necessário haver sinergia do conhecimento, da regulação, das relações criadas, amparo por parte dos sistemas institucionais e articulação entre as empresas e os agentes.

Castro (2009 *apud* Simonetti e Kamimura, 2017, p. 22) traz algumas características que são consideradas relacionadas aos APLs, sendo: território, especialização produtiva aprendizagem, inovação, cooperação e atores locais.

- 1) Território: o APL comprehende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, um conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, entre outros) e é possível de uma integração econômica e social no âmbito local;
- 2) Especialização Produtiva: além da produção, esta característica leva em consideração o conhecimento que pessoas e empresas têm sobre a atividade econômica principal;
- 3) Aprendizagem e Inovação: acontece quando há um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas. Interação com outras empresas, por meio de cursos, feiras.
- 4) Cooperação: há cooperação produtiva, que visa a economia de escala e a cooperação inovativa, que diminui riscos, custos e tempo, dinamizando o potencial inovativo dos APLs;
- 5) Atores locais: são instituições de promoção de financiamento e crédito; instituições de ensino e pesquisa; centros tecnológicos; associações empresariais; prestadores de serviços; organizações do terceiro setor; e governos em todos os âmbitos.

As autoras também trazem a relação realizada por Cassiolato e Lastres (2003 *apud* Simonetti e Kamimura, 2017, p. 22-23), no que diz respeito às características dos APLs a partir de seis:

- 1) Dimensão territorial: constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço em que processos produtivos, inovativos e cooperativos acontecem, tais como município ou áreas de um município, conjunto de municípios, microrregião, conjunto de microrregiões, entre outros. A proximidade ou a concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões;
- 2) Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais: envolve a participação e a interação não apenas de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outras – e suas variadas formas de representação e associação, mas também de diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos; a pesquisa, o desenvolvimento e a engenharia; a política, a promoção e o financiamento. Incluem-se neste item, portanto, universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas;
- 3) Conhecimento tácito: verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, organizações e indivíduos, particularmente de conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores externos a tais contextos, tornando-se, portanto, elemento de vantagem competitiva para quem o detém;
- 4) Inovação e aprendizado interativos: este item constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente;
- 5) Governança: refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada, mais ou menos formalizada);
- 6) Grau de enraizamento: envolve geralmente as articulações e os diferentes agentes dos APLs com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como com outras organizações locais e seu mercado consumidor. Elementos determinantes do grau de enraizamento, geralmente incluem: o nível de agregação de valor; a origem e o controle das organizações; e o destino da produção (nacional ou estrangeiro).

Além disso, Castro (2009 *apud* Simonetti e Kamimura, 2017, p. 25-26) classifica os Arranjos Produtivos Locais em três categorias: incipientes; em desenvolvimento e; desenvolvidos, sendo:

- 1) Incipientes: quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, ocasionando assim uma integração de interesses, e a base produtiva é bem rudimentar, há uma carência no âmbito financeiro também. São os arranjos desarticulados, carentes de lideranças legitimadas. Falta integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada e uma visão mais ampla para o empresariado. Não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para elaborar/implementar novos processos produtivos;
- 2) Arranjos em desenvolvimento: a sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. São organizados em classes, com o foco sempre no regional

e não no individual. Seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial. Novas atividades econômicas relacionadas com o arranjo produtivo começam a surgir e há uma demanda por maior competitividade ao longo da cadeia produtiva e também por serviços (*idem, ibidem*).

3) Arranjos desenvolvidos: há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade. Os arranjos classificados como de terceiro nível apresentam-se mais bem articulados, de importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, fornecedores, prestadores de serviços, banco etc. Suas lideranças atuam, principalmente, em entidades de classe, com relacionamentos formais (*idem, ibidem*).

O Arranjo Produtivo Local é uma estratégia de desenvolvimento territorial que aproveita as predisposições do território, aliadas a um conjunto de fatores sociais, culturais, naturais, econômicos e políticos. Por ter seu foco voltado à uma ótica local, é imprescindível que haja uma boa relação entre os atores locais na organização e na gestão do arranjo, uma vez que “a institucionalização de aparelhos de apoio entre os poderes públicos, o mercado e a sociedade civil contribuem para o desenvolvimento tanto das aglomerações empresariais como dos locais onde as mesmas serão inseridas” (VILLELA, 2013, p. 102).

Portanto, é de suma importância que haja participação social na construção de uma gestão social local, que irá auxiliar na estratégia de governança do arranjo, proporcionando melhor organização das atividades.

Villela (2013, p. 102), afirma que a gestão social demonstra “como as relações dialógicas favorecem o entendimento entre os atores envolvidos na resolução de uma situação coletiva”, e que para desenvolver um APL “os atores locais devem dialogar sobre seus objetivos, construir processos participativos, fortalecer laços de confiança e construir a gestão social onde o bem comum é a tônica das ações da sociedade civil, dos poderes públicos, dos atores privados e das instituições de apoio”.

Chega-se então, a conceituação de APL sendo:

(...) um espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica sócio-econômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sócio-cultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade (COSTA, 2010, p.126-127).

Portanto, há uma relação direta entre o APL, o território no qual está inserido, a comunidade local e o modo de gestão empregado. Para que um APL seja bem-sucedido, deve

haver uma rede forte entre os atores locais, pautados na participação social no entorno do processo de tomada de decisão, necessitando do preceito da cooperação e do sentimento de pertencimento à rede, organizados a partir da gestão social do arranjo.

Logo, a dinâmica relaciona “toda a produtividade gerada e sua concorrência sendo feita em escala global de interação entre redes” (CASTELLS, 2007, p. 119). Além disso, “as redes podem ser consideradas ilimitadas, integrando novos participantes, desde que interajam dentro da própria rede e estabeleçam a mesma forma de comunicação” (VILLELA *et al*, 2018, p. 04).

A consolidação dessa ligação entre os APLs e a dinâmica dos atores locais, por meio da formação de redes, é importante ponto para a geração de um processo de desenvolvimento regional pautado nas potencialidades locais, como observa-se em Villela (2013):

Estudar os Arranjos Produtivos Locais, ou seja, as aglomerações empresariais especializadas pela ótica da participação dos atores locais, “abre um espectro de lógicas subjacentes como a construção de redes de relacionamentos, de novas estruturas organizacionais e institucionais, de questões sobre o desenvolvimento local e territorial” (VILLELA, 2013, p. 101).

Além da escala local, são necessários o apoio e o relacionamento direto com os entes governamentais e as instituições de ensino, pesquisa e extensão, visando a geração de um desenvolvimento pautado na melhoria ambiental, social e econômica. O aparato estatal de organização é extremamente crucial, como caracterizado por Simonetti *et al* (2015), no Brasil, os APLs não são capazes de se consolidar sem a presença de uma política pública estruturada, sendo a intervenção do Estado extremamente necessária. “Este salto somente pode ser concebível com a intervenção do Estado, ao planejar o desenvolvimento destas localidades e regiões, coordenar as ações dos agentes, coagir e constranger os interesses deletérios.” (SIMONETTI *et al*, 2015, p. 27).

O foco nessa tripla eficiência dos processos de desenvolvimento – econômica, social e ambiental – juntamente com o avanço das abordagens territoriais e a materialização da participação popular na definição de políticas públicas pela Constituição Federal de 1988 resultou, nas últimas duas décadas, no realinhamento dos instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, caracterizado, entre outros fatores, pela incorporação da dimensão institucional como forma de promover um maior envolvimento dos agentes regionais na elaboração de políticas públicas, e um maior aproveitamento de elementos endógenos dos territórios como pivôs de processos sustentáveis de desenvolvimento. (GALVANESE, FAVARETO, 2014, p. 2).

Essa estruturação se dá em diferentes níveis, perpassando pelo federal, estadual, municipal (e em alguns casos, mais localizados), na busca de um desenvolvimento local não momentâneo, e sim em forma de processo, continuado, sendo:

Tais políticas federais e estaduais permitem sinalizações estratégicas para a atuação dos atores locais. É importante que essas sinalizações se façam claras, tanto por meio de um projeto de desenvolvimento nacional e estadual que abranja o conjunto da sociedade como por meio de políticas setoriais articuladas entre si. A incorporação dessa abordagem em estratégias nacionais e estaduais de longo prazo é também primordial como forma de evitar descontinuidades, que levam à desmobilização dos agentes locais e à desestruturação das iniciativas desenvolvidas localmente (SIMONETTI *et al*, 2015, p. 27).

Retomando a ótica local, papel de extrema importância é o desempenhado pelos Conselhos Municipais de política pública, que tem por premissa “ter um papel central como instrumento de controle social, analisando desde a elaboração até a execução das políticas públicas, perpassando por todas as entrelinhas da discussão acerca do processo de desenvolvimento e como este desenvolvimento impactará na realidade local” (LIMA, 2021, p. 35). Portanto, entender os Conselhos Municipais como um ponto importante para o desenvolvimento local, é fundamental.

Os Conselhos são o principal instrumento garantidor de participação social nas políticas públicas. Este é um instrumento institucionalizado e reconhecido, e que deve ser paritário, ou seja, contar com representação igualitária entre Estado e Sociedade Civil, para o atendimento de demandas de forma conjunta.

Ou seja, o Desenvolvimento Harmônico/Sustentável local está intimamente ligado à capacidade de articulação local, tanto por meio de sua produção quanto por meio dos agentes que estão inseridos no processo. Portanto é necessário entender a formação do local e da população que ali reside para verificar as possibilidades de ampliação da atividade aglomerada em questão e sua ligação com o desenvolvimento.

Para isso, é necessário criar as condições para que estes aglomerados edifiquem forças centrípetas benéficas ao desenvolvimento do capital social local, da capacidade de governança local e do próprio desenvolvimento econômico local, além de arbitrar a constituição de acordos territoriais, corroborando projetos que melhor acolham os interesses da coletividade. Tais forças centrífugas também devem ser capazes de dinamizar, a partir deste polo, toda a economia regional (COSTA, 2010, p.190 *apud* SIMONETTI *et al*, 2015, p. 27).

Reitera-se que os arranjos produtivos locais podem ser a chave para o desenvolvimento harmônico/sustentável, desde que atendam determinados preceitos, ou seja, desde que estejam diretamente alinhados aos indicadores do desenvolvimento e sua multidimensionalidade.

### *3.1.5.1 Ações de incentivo e regulação de Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Territorial*

No Brasil, as primeiras definições acerca das aglomerações e das políticas em seu entorno surgem ao fim da década de 1990, sendo capazes “(...) de abrigar uma ampla diversidade do fenômeno, porém com um elemento de coesão, algo presente em todos os conceitos e análises, com intuito de se constituir como um promissor instrumento de política econômica” (COSTA, 2010, p. 126), e tiveram a importância de seu estudo ratificada por Bacelar (1999), como destacado por Resende *et al* (2015, p. 29) “iniciou a discussão sobre a necessidade, a possibilidade e a pertinência de se implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil já na década de 1990”.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional só foi, de fato institucionalizada na década de 2000, sendo pensada em conjunto com as diretrizes da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), organizada a partir de 2003 e vigorada a partir do decreto nº 6.047/2007 (BRASIL, 2007), vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MI). Esta política foi de extrema importância para o crescimento econômico observado no Brasil nos anos que se sucederam, pois nela estão incluídos importantes eixos de articulação do desenvolvimento, como a criação das Agências Regionais de Desenvolvimento e os planos de desenvolvimento regional.

Sobre a PNDR, o trecho destacado pelo então Ministro da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes, no Sumário Executivo da política:

(...) tem por objetivo apresentar a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Formulada como política de governo, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, a ela se juntam as propostas de criação das novas Agências Regionais de Desenvolvimento (Sudam, Sudene e Sudeco), a reorientação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE), os planos e programas de desenvolvimento regional e demais instrumentos e mecanismos de apoio à sua implementação (BRASIL, 2007, p. 07).

Segundo Resende *et al* (2015), a PNDR teve dois objetivos principais: i) reduzir as desigualdades regionais; e ii) ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. Para além, ainda no Sumário Executivo da PNDR, há destaque para a discrepância de renda existente entre o PIB per capita da unidade mais rica (Distrito federal) e mais pobre (Maranhão) da federação em 2000, sendo respectivamente de R\$ 577,33 e R\$ 117,35, ou seja, 5 vezes maior. Também destaca-se que “a desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condene outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos” (BRASIL, 2007, p. 12), e que o principal objeto da PNDR seria “contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por

meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos” (BRASIL, 2007, p. 12).

Além da relação intrinsecamente econômica, “soma-se a desigualdade de acesso a serviços públicos de qualidade, o que reforça as iniquidades e reduz as perspectivas de desenvolvimento dos territórios com frágil base econômica” (BRASIL, 2007, p.12).

Portanto, os meios de valorização socioculturais e as potencialidades territoriais (naturais, logísticas etc.) ficam reconhecidos como ponto de partida para a formatação de ações de desenvolvimento, aliadas à melhoria na qualidade dos serviços públicos essenciais, abrindo caminhos para embasar a criação de Arranjos Produtivos Locais como ponto de partida e instrumento-chave para atingir os objetivos da PNDR.

A PNDR foi atualizada em 2012, conferindo a nomenclatura de PNDR II a partir da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (RESENDE *et al*, 2015), e posteriormente em 2019, já sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Estas atualizações incorporaram várias ações no corpo da política, porém uma série de condições relacionadas à instabilidade política e econômica instaurada no país principalmente a partir de 2016, prejudicaram e/ou descontinuaram algumas linhas de ação relacionadas ao desenvolvimento.

Sobre o exposto, traz-se o prefácio da obra “Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” escrita por Eduardo José Monteiro COSTA, em 2010, a pedido da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional em parceria com o Governo do Estado do Pará e do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP):

A publicação desta obra é, portanto, uma contribuição do Ministério, em parceria com o Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP, para ampliar a compreensão do papel dos APLs como instrumentos catalisadores de políticas públicas em geral. A obra oferece discussão absolutamente atual e importante para a construção de referenciais teórico-práticos em processos de criação de modelos para o desenvolvimento regional.

Levantar os limites e as possibilidades de intervenção do setor público nas aglomerações produtivas industriais brasileiras, visando estabelecer uma agenda de ação para o desenvolvimento nacional por meio de arranjos produtivos locais consolidados, é fundamental para o trabalho que nos move, especialmente em um momento em que o Estado brasileiro se volta para a consolidação de agendas de desenvolvimento regional e local.

O autor ordena de forma precisa conceitos fundamentais para a compreensão do tema, da primeira ruptura industrial e o surgimento do sistema industrial moderno ao regime macro institucional da chamada “era de ouro”. Aborda com profundidade a era da flexibilidade e os novos espaços produtivos a partir da ascensão das atividades produtivas aglomeradas de pequenas e médias empresas e o nascimento de um novo paradigma, com novos espaços produtivos e regime macro institucional da chamada “era flexível”. Mergulha na teoria contemporânea do desenvolvimento: cultura, instituições, governança, território e aglomerações de empresas e os primórdios do

debate desenvolvimento e espaço. Discute a teoria do desenvolvimento econômico endógeno, tão em voga na estratégia das nossas políticas regionais, amplamente referida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a partir das teorias contemporâneas das aglomerações de empresas.

Tão importante quanto toda a obra, mas particularmente atraente à missão que move o Ministério da Integração Nacional, o livro apresenta ainda, uma análise dos fundamentos da teoria de arranjos produtivos locais e a sua operacionalização no âmbito da elaboração de políticas públicas, fazendo amplo aprofundamento sobre a definição operacional. A radiografia sobre a geografia dos APLs no Brasil a partir de um exercício analítico, tendo como base levantamento efetuado junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como uma introspecção sobre os arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional no Brasil, também é muito cara à discussão sobre o tema. (FERREIRA, H. 2010, Prefácio).

Além da PNDR, outras iniciativas são importantes para a configuração dos APLs no Brasil, destacando-se as articulações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, principalmente a dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETS), que criaram bases para a organização regional dos territórios rurais, a partir da instrumentação de Colegiados Territoriais Rurais participativos, inclusive um deles (Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande) tendo o próprio território da Ilha Grande, objeto desta pesquisa, incluído. Essa contribuição do MDA também se destaca, como já relacionado no tópico 3.1.3, na dimensionalização do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

A política dos NEDETS visava o incentivo à fortificação dos territórios rurais a partir do fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia, das práticas sustentáveis de turismo, dentre outras.

Também considera-se o aparato realizado pelo Ministério do Turismo, mais precisamente com a Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, a qual “estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo e define atribuições do governo federal, no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor” (ARAUJO, 2012, p. 146), e que tem impacto direto sobre a estruturação do processo de desenvolvimento pois regula as atividades turísticas nos mais diversos territórios, impactando diretamente o APL objeto de estudo desse trabalho.

Também se destacam as contribuições do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério das Cidades, e demais órgãos e ministérios. Importante relação do Marco institucional para a gestão territorial encontra-se na obra de Rafael Echeverri Perico (2009)<sup>6</sup>.

Não é o objetivo desta dissertação aprofundar-se nas questões de formatação da política, mas fez-se necessário expor estas três principais estratégias que se relacionam diretamente com

---

<sup>6</sup> Ver “Identidade e Território no Brasil”, de Rafael Echeverri Perico (2009).

o objeto principal do trabalho: a organização do APL do Turismo na Ilha Grande. Portanto, demonstrar que este território já esteve, e de certa forma ainda está inserido no lócus de pelo menos três estratégias nacionais que se relacionam com o desenvolvimento local.

### *3.1.5.2 Identificação e diagnóstico de APLs*

Para a formulação de políticas de estado voltadas para o desenvolvimento, baseadas nas estruturas de Arranjos Produtivos Locais, deve-se primeiramente identificar as atividades aglomeradas no território objeto da intervenção. COSTA (2010) explica que existem dois principais tipos de metodologias de identificação no Brasil: as qualitativas e as quantitativas.

Sobre a metodologia quantitativa, temos que:

As análises quantitativas, como o levantamento do Ipea, atualmente muito utilizadas no Brasil, geralmente são desenvolvidas a partir de dois enfoques distintos: o primeiro baseado na similaridade das atividades desenvolvidas, que permite identificar aglomerações horizontais, e o segundo na interdependência ou complementaridade produtiva, facultando a identificação de aglomerações verticalizadas.

Do ponto de vista metodológico-operacional, essas análises utilizam medidas de localização e especialização<sup>12</sup> como o Quociente Locacional de Especialização (QL), o Coeficiente de Localização das Atividades Industriais e de Serviços (CL), e o Coeficiente de Gini Locacional (GL) – todas consagradas em estudos na área da Economia Regional e Urbana para a identificação de aglomerações econômicas. (COSTA, 2010, p. 192).

Porém, COSTA (2010, p. 194-195-196-197) traz consideráveis problemáticas a partir deste tipo de análise, resumidas em:

- i) Essa metodologia apresenta caráter eminentemente descritivo, tendo escopo analítico bastante limitado, portanto sendo suficiente apenas para pesquisas de natureza eminentemente exploratória;
- ii) Especificamente sobre o cálculo do QL:  
Foi visto que em localidades onde o QL é maior que a unidade a caracteriza como de natural tendência à exportação. Todavia, os padrões de consumo de famílias com características socioeconômicas semelhantes podem diferir entre regiões; os níveis de renda das famílias diferem entre as regiões; as técnicas de produção (inclusive a produtividade da mão de obra) diferem entre as regiões; e a composição das atividades varia consideravelmente entre as regiões. Nesse sentido pode ocorrer que uma região com quociente locacional superior a unidade para determinado bem possa ter, ainda, que proceder a importações para suprir a demanda, ou, de forma oposta, uma região com índice inferior a unidade possa ser exportadora daquele produto, uma vez que sua população não demanda tais produtos por questão de preferência, poder aquisitivo etc.
- iii) Outro problema é que, em pequenos municípios, com estruturas econômicas atrofiadas, o QL tende a ser elevado, mesmo em atividades pouco expressivas. De forma inversa, em localidades com economia mais diversificada, o QL pode ser baixo, todavia apresentando significativas aglomerações;
- iv) O cálculo destes índices não permite comparações entre os aglomerados, já que a relação estabelecida é entre o local-regional e não entre os aglomerados. Ou seja, um quociente de um setor superior em um município em relação a outro não significa necessariamente uma maior especialização;
- v) A Rais pode subestimar setores de alta informalidade e superestimar setores de baixa informalidade, por indicar somente relações contratuais;

- vi) Forma de preenchimento de informações baseada na autoclassificação, sem qualquer verificação de consistência, podendo gerar significativas distorções na adequação com informações oriundas de outras fontes, como secretarias da fazenda ou IBGE;
- vii) Por fim, contudo não menos importante, a identificação e a descrição de APL em uma economia periférica através de métodos quantitativos defronta-se com o problema da ausência de bases de dados bem estruturadas e confiáveis. Em diversos estados não existe a preocupação por um levantamento mais detalhado ou desagregado da economia. Isto acaba por impedir a construção da fonte primária do planejamento do desenvolvimento: a informação. Assim, se o objeto alvo da intervenção não é bem estudado, certamente haverá sérias limitações na proposição de ações públicas efetivas de apoio ao seu desenvolvimento.

As análises mais qualitativas, em regiões periféricas e com elevado índice de informalidade, podem ter maior êxito que as quantitativas (mesmo essas sendo indispensáveis para a complementação da visualização), “buscando identificar alguma estrutura visualizável que permita de alguma forma caracterizar o objeto, partindo de um conhecimento mais aprimorado da estrutura econômica do espaço analisado, um conhecimento empírico (tácito)” (COSTA, 2010, p. 197).

Entretanto, o autor propõe que o mais aplicável, na tentativa de realizar uma análise mais representativa da realidade, seja a utilização de uma metodologia de tramas, de forma qualiquantitativa, “que procura levantar diversas intersecções existentes dentro do aglomerado entre várias variáveis consideradas determinantes para um processo de desenvolvimento sustentado” (COSTA, 2010, p. 197). Logo, sugere um roteiro analítico para ser utilizado na construção de um diagnóstico como guia para o levantamento de informações de possíveis APLs em regiões periféricas, seguindo a seguinte organização:

Quadro 2: Roteiro analítico de identificação e análise de APLs proposto por COSTA (2010)

a) Roteiro analítico sugerido
1. Nome do aglomerado
2. Localização geográfica
3. Breve caracterização histórica
4. Caracterização sócio-econômica do aglomerado
4.1. Caracterização econômica da região
4.2. Caracterização econômica do aglomerado
4.3. Descrição da cadeia produtiva principal
4.3.1. Número de empresas
4.3.2. Principais produtos
4.3.3. Tamanho e importância do aglomerado para a economia local e Regional
4.3.4. Principais mercados (potenciais e atendidos)
4.3.5. Grau de tecnologia incorporada (produto e processo)

4.3.6. Informações sobre a qualidade e a imagem do produto
4.3.7. Denominação de origem e associação entre o produto e a região
4.3.8. Conformação estrutural (vertical ou horizontal)
4.3.9. Caracterização a montante e a jusante da cadeia produtiva principal
4.3.10. Descrição da Infraestrutura econômica
4.3.11. Descrição da Infraestrutura social
4.3.12. Instituições de ensino e pesquisa ligadas ao aglomerado
4.3.13. Presença e forma de operação de sindicatos de produtores e de trabalhadores
4.3.14. Descrição do capital social, do grau de institucionalidade e da capacidade de governança do aglomerado
4.3.15. Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento por parte do setor público
4.3.16. Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento do aglomerado por parte do setor privado
4.3.17. Fontes de vantagens competitivas
4.3.18. Existência de linhas específicas de crédito ou política tributária
4.3.19. Presença de instituições públicas e privadas na formação, operação e desenvolvimento do aglomerado
4.3.20. Principais oportunidades, ameaças e desafios que se colocam para a consolidação do aglomerado enquanto um APL consolidado.

Fonte: COSTA (2010, p.198-199).

Esse roteiro foi adaptado e utilizado nesta dissertação como principal instrumento metodológico para a caracterização do Arranjo Produtivo Local do Turismo na Ilha Grande, objeto principal deste trabalho. A descrição está apresentada no item 4.3.

### 3.1.6 Potencial Turístico e critério de análise socioeconômica de atividades turísticas

O desenvolvimento de uma localidade está diretamente ligado às condições predispostas e à organização e ordenamento territorial. Além disso, deve estar harmonizado com as estruturas externas a ele, de modo a organizar as diferentes escalas (nacional, regional, local) para o desenvolvimento local.

O território da Ilha Grande e seu entorno apresentam condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística, e como aglomerado econômico, esta atividade se multiplica, desencadeando toda uma rede de organização econômica local.

Segundo Lustosa e Lages (2008, p. 267), “o turismo é uma atividade de grande potencial para o desenvolvimento local, pois gera empregos diretos e envolve diversos setores de atividades como alimentação, comércio turístico, eventos, prestação de serviços, entre

outros, além de ser fonte de recursos tributários”. Porém, como medir o impacto das atividades turísticas no desenvolvimento? Este é um debate que não é novo, e que tem tomado protagonismo nas discussões temáticas principalmente no Brasil.

Neste trabalho, adotaremos a mesma definição de turismo utilizada por Lustosa e Lages (2008), de autoria de McIntosh e Goeldner (*apud* ARAÚJO, 2006, p. 8), sendo “definido como a soma dos fenômenos e relações que surgem da interação entre turistas, fornecedores, governo e as comunidades receptoras como resultado para se atrair turistas e outros visitantes”.

Outro fator importante ressaltado pelos autores é que o turismo, por estar relacionado principalmente à oferta de bens intangíveis, difere da lógica de produção material convencional, pois o consumidor vai até o produto, alterando a lógica de escoamento da produção (LUSTOSA e LAGES, 2008).

Faz-se necessário um estudo relacionado às especificidades de cada território para defini-lo turisticamente, pois esta “cesta de bens e serviços” pode variar consideravelmente de acordo com a ‘especialidade’ territorial e do tipo de turismo empregado. Já definiu-se a tipologia de turismo empregada nesta análise, porém cabe elementar a cesta de bens e serviços, que no caso do turismo, é reconhecida pela relação do Potencial Turístico.

Almeida (2009), em seu artigo intitulado “*Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras*” afirma que a expressão “potencial turístico” sofreu uma vulgarização tanto no discurso político quanto publicitário, e chama atenção para o fato de que a propagação do conceito se deve a não existência de uma limitação mais precisa de seu significado.

Mas o que se deve entender, exatamente, por potencial turístico, vocação turística ou potencialidade turística? Acredita-se, pois, que a vulgarização de tais expressões se origina da ausência de uma definição mais precisa destes termos e da remota possibilidade de se avaliar de forma concreta este potencial nas localidades que se supõem turísticas com os métodos e instrumentos até agora criados para tal finalidade, como é o caso da metodologia proposta pela Empresa Brasileira de Turismo2 – EMBRATUR para hierarquização dos atrativos turísticos. (ALMEIDA, 2009, p.542).

Almeida (2009) traz ainda outra problemática, afirmando que a apreensão inadequada do termo pode levar os responsáveis pelo turismo, ou até mesmo os atores locais, de dada região, a acreditarem na fala “demagógica” daqueles que tem interesses econômico-financeiros no local, ou então à tomada de decisões incorretas baseadas em expectativas turísticas que não têm embasamento real.

Além dos riscos decorrentes da ausência ou inadequada percepção deste potencial, pode-se supor que muitas vezes os responsáveis pelo turismo no âmbito governamental acreditam,

ingenuamente, na fala demagógica daqueles que têm interesses econômico-financeiros nestes municípios (consultores, por exemplo) ou realmente creem, com base na oferta turística dessas localidades, que o turismo pode desenvolver-se, o que acaba levando estes municípios, muitas vezes, ao desperdício de recursos com a elaboração de planos, programas e projetos destinados ao fracasso – pois que desvinculados de uma real avaliação de sua necessidade – e a uma inútil mobilização de esforços das comunidades que, ao final do processo, sentem-se enganadas e/ou desiludidas com as expectativas criadas em torno do tão esperado desenvolvimento turístico. (ALMEIDA, 2009, p.542).

Ainda em Almeida (2009), o autor nos traz o fato de que embora a necessidade de estudos sobre potencial turístico seja uma demanda real, poucos autores avançaram na construção de referenciais de análise. Traz a contribuição de Smith (1992) para afirmar que “o problema de nomear, descrever e classificar os recursos recreativos e sua exploração é complexo e de múltiplas facetas” e que “embora os pesquisadores concordem com tal afirmação, todos eles estão de acordo também com tal necessidade, porém não coincidem quanto à utilização de um sistema único de classificação” (SMITH, 1992, p. 19 *apud* Almeida, 2009, p. 543).

Traz também um quadro de referência das principais análises e características teórico-metodológicas deste tema, o qual é demonstrado a seguir:

Quadro 3 – Principais características dos referenciais teórico-metodológicos identificados

Referenciais Teórico-Metodológicos	Principais Características
Grau de Atração Turística de Pinzan (2003)	Área de estudo: Região Metropolitana da Baixada Santista/SP/Brasil Uso de fórmulas matemáticas Análise baseada em um tipo específico de atrativo turístico (praia) e na estrutura de hospedagem
Matriz de Avaliação do Projeto Polos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil (MAGALHÃES, 2001)	Simulação de aplicação da matriz a um polo formado por quatro municípios (não definidos) Fácil aplicação, dispensando-se formação técnica especializada Atribuição de notas a diversos elementos de avaliação, com suas respectivas justificativas, complementada por um quadro de valoração turística
Classificação e Avaliação dos Municípios Turísticos de Boullón (1995)	Uso de diversos critérios para a obtenção de diferentes classificações: a partir da demanda, em relação ao funcionamento das áreas e à oferta de equipamentos Estabelecimento de pontuações para os equipamentos e para os tipos de mercados atendidos
Índice de Atratividade Turística de Gearing, Swart e Var ou Tourist Attraction Index (TAI) (Fagliari et almeida, 2004)	Método indireto de preferência dos usuários (a partir de pesquisa com especialistas, que devem ser cuidadosamente escolhidos) Foco nos atrativos turísticos Utilização de pesos e escalas numéricas para as avaliações Aparente simplicidade e maleabilidade quanto ao uso
Análise dos Fatores de Produtividade para a Localização de Projetos Turísticos de Cárdenas Tabares (1994)	Foco no estudo do mercado e da localização de projetos turísticos Análise de fatores decisivos, importantes e desejáveis Utilização de pesos para cada conjunto de fatores e atribuição de pontuações para a avaliação Apóia-se na teoria do espaço turístico de Boullón e na avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) da Organização dos Estados Americanos (OEA)
Matriz de Avaliação de Atrações Turísticas de Inskeep (1991)	Deve considerar a experiência e o julgamento da equipe de planejamento Aspectos considerados: características naturais dos atrativos turísticos, características culturais e características especiais (podem variar de acordo

	com a área a ser avaliada) Fatores de avaliação: acessibilidade, factibilidade econômica do desenvolvimento, impactos ambientais e socioculturais do desenvolvimento, e importância nacional, regional e internacional das atrações Utilização de escala numérica para avaliação
Abordagem da Avaliação Regional do Potencial de Desenvolvimento Turístico de Gunn (1980 e 1988)	Área de estudo: 20 condados da região centro-sul do Texas/EUA Determinação de zonas geográficas em função da força de fatores localizacionais e organizacionais Consideração de fatores físicos e programáticos Diferenciação entre o turismo de vista panorâmica (turismo de contemplação) e o turismo de destinação Incluiu a produção de mapas e a utilização de recursos computacionais Utilização de índices e escalas numéricos
Índice de Potencial Turístico de Ferrario (1979 apud PEARCE, 1991)	Áreas de estudo: África do Sul, Lesoto e Suazilândia Combinação de várias metodologias Ampla inventariação da oferta turística a partir de guias turísticos, com base em dois critérios: atração e disponibilidade Uso de fórmulas matemáticas Inclui pesquisa de demanda turística
Avaliação do Potencial das Áreas de Desenvolvimento Turístico do Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico Tailândia (PEARCE, 1991)	Área de estudo: Tailândia Estudo empreendido por uma empresa de assessoria estrangeira e por uma empresa tailandesa (descrito por Pearce, 1991) Inventariação e mapeamento dos atrativos turísticos Estabelecimento de áreas turísticas e ponderação destas áreas mediante atribuição de pontos Considera as pressões da recreação urbana e do turismo sobre as áreas Principal diferencial desta proposta: inserção de uma pontuação negativa
Ferramenta para Determinação do Potencial Turístico de Casal (2002)	Utilizada para o planejamento do turismo alternativo (foco da obra de Casal), mais especificamente para o planejamento e desenho de serviços alternativos Inicia-se a partir do inventário da oferta turística Aparentemente não mostra nenhuma preocupação com o sistema de pontuação ou com qualquer outro indicador de avaliação, além de apresentar aspectos questionáveis do ponto de vista da subjetividade em sua lista de considerações sobre os atrativos
Adaptação da Metodologia de Hierarquização de Recursos Turísticos da OEA para Aplicação na Comunidade Autônoma de La Rioja por Alvarez Cuervo e Leno Cerro (LENO CERRO, 1993)	Área de estudo: Comunidade Autônoma de La Rioja/Espanha Uso de fórmulas matemáticas Introdução de um fator de ponderação relativo à zona que se localiza o recurso (que corrige a hierarquia inicial outorgada ao na Comunidade Autônoma de La Rioja por Alvarez Cuervo e Leno Cerro) e de três elementos considerados importantes pelos autores: a conectividade (acessibilidade física), a concentração de recursos e a oferta de alojamento e restauração
Avaliação dos Recursos Turísticos da OMT (LENO CERRO, 1993)	Estabelecimento de duas grandes categorias: fatores internos (grau de utilização do recurso: urbanização, infra-estrutura e equipamentos e serviços turísticos; e características intrínsecas) e fatores externos (acessibilidade, proximidade a centros emissores, especificidade do recurso e importância do recurso) Uso de fórmulas matemáticas Objetivo principal: determinar o valor de diversas zonas com o fim de estabelecer uma ordem de prioridade nos trabalhos de planejamento e desenvolvimento do turismo
Medida da Atração Turística de Var, Beck e Loftus (LENO CERRO, 1993)	Área de estudo: Columbia Britânica (Canadá) Uso de fórmulas matemáticas Seleção de critérios para a valoração da atração turística da zona a ser avaliada Atribuição de pesos específicos para cada um dos critérios em função de sua própria capacidade de atração turística Participação de 60 especialistas na atribuição de uma pontuação para cada um dos critérios e de uma amostra adicional composta por estudantes de graduação de Economia Regional, os quais foram submetidos à mesma entrevista Realização de testes dos resultados (coeficientes de correlação)

Fonte: Almeida (2009, p. 544-548).

Almeida (2009), ao verificar as literaturas, constata que a maioria dos autores considera o potencial turístico a partir dos atrativos turísticos (e em grande parte dos casos, somente eles), mas reitera que, apesar da enorme importância dos atrativos turísticos, que se deve atentar para outros fatores de avaliação.

Quanto aos atrativos turísticos, Jufeng & Xinhui (2014) *apud* GOMES (2019) trazem uma tabela de referência:

Quadro 4: Diferentes definições de Atração Turística

Autor	Definição	Fonte
Swarbrooke (2003)	A atração do visitante deve ser uma unidade independente, um lugar especial ou uma área com um limite claro e um pequeno alcance. O transporte pode atrair um grande número de turistas para vir aqui para uma visita curta.	The Development and Management of Visitor Attractions
Gunn (1988)	As atrações são aquelas que foram desenvolvidas e gerenciadas para os interesses, atividades e diversão dos turistas.	Tourism Planning : basics, concepts, cases
Middleton (2001)	Um local gerenciado por uma pessoa dedicada para oferecer aos viajantes oportunidades de diversão, recreação, entretenimento e educação.	Marketing in Travel & Tourism
British Tourist Authority (1997)	A atração é um destino de longo prazo que é aberto ao público e atende às necessidades de entretenimento, interesses e educação do participante, não apenas para compras, esportes, filmes e performances.	Citado de: Zhang Lingyun "Gestão de Pontos Turísticos Turísticos"
Lew (1987)	As atrações turísticas são essencialmente constituídas por todos os elementos que são suficientes para atrair cada turista de casa. Esses elementos são geralmente incluídos vidas do cenário, atividades que podem ser assistidas e memórias que podem ser recuperadas.	A Framework of Tourist Attractions Research
Cooper (2003)	A atração não é necessariamente um lugar com um limite geográfico claro. Praias, praias, abrigos, vegetação, vida selvagem e festivais podem ser atrações turísticas.	Citado de: Zhang Lingyun, "Sightseeing Scenic Spots Management"
Holloway (1997)	O conceito de atração é muito amplo, incluindo muitos locais de visão e lugares diferentes. A maneira mais fácil de fazer isso é admitir que qualquer lugar que seja atrativo o suficiente para que eles possam visitá-lo pode ser considerado uma "atração para visitantes".	The Business of Tourism
MacCannell (1976)	Defino a atração turística como a relação entre o turista e a paisagem e as informações sobre o passeio, e fornecer informações para a paisagem.	Leiper.Tourism Management
Leiper (1990)	O sistema de atração turística consiste em três componentes, os elementos do turista ou pessoa, as principais atrações ou elementos centrais e os elementos que identificam ou fornecem informações. Quando essas três qualidades são combinadas, as atrações turísticas começam a existir.	Tourism Management

Fonte: Jufeng & Xinhui (2014) *apud* GOMES (2019).

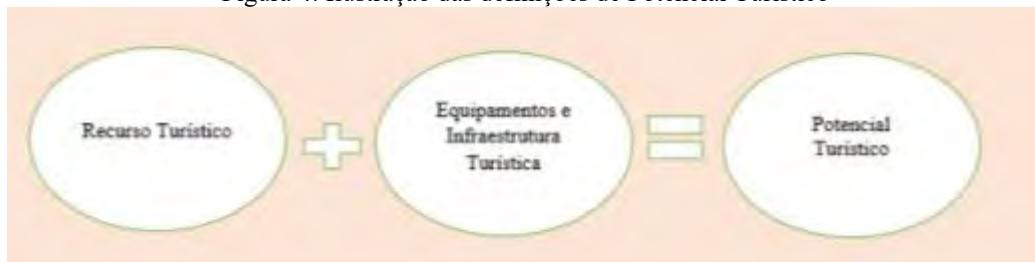
E a partir deste quadro, GOMES (2019) faz um resumo das considerações de Jufeng & Xinhui (2014):

1. Atrações turísticas são criações inglesas usadas para se referir a elementos naturais e antrópicos que atraem turistas, fazendo com que os visitem. Algumas dessas atrações têm fronteiras espaciais, outras têm limites de tempo, e outras não têm fronteiras;
2. Atrações que podem ser gerenciadas, em que a maioria são atrações antrópicas com limites espaciais que formam o que chamamos de pontos cênicos;
3. Atração turística também é usada como sinônimo de destino no ocidente;

4. Atração turística apenas enfatiza objetos que atraem os turistas e não vinculam recursos e outras características, de modo que a categoria de atrações pode incluir parques temáticos artificiais;
  5. Pode-se julgar, pelo exposto, que o significado das atrações turísticas é, de fato, aproximadamente equivalente ao conceito de recursos turísticos na China (isto é, recursos naturais + atrações artificiais). Em alguns casos, também é considerada como uma atração turística gerenciável;
  6. Os tipos e características das atrações são muito complicadas. Atrativos estatais e privados apresentam diferentes missões e objetivos, portanto, os métodos de gerenciamento, desenvolvimento e marketing orientados para o mercado não se aplicam a todas as atrações.
- Assim, Jufeng & Xinhui (2014) acreditam que, a partir da precisão do significado das palavras, o termo deve ser traduzido como “primers turísticos” ou “atração turística”. (GOMES, 2019, p. 42).

A partir do exposto, pode se entender que os atrativos turísticos (ou recursos turísticos) são o conjunto de atrações naturais e/ou artificiais que compreendem uma “paisagem” do território de destino, porém não englobam as estruturas e equipamentos de gestão, administração, políticas, dentre outros. Daí surge o ponto de diferenciação principal entre este conceito e o de potencial turístico. Portanto, o atrativo turístico faz parte do potencial turístico, mas não é sua totalidade. Observemos a ilustração de Gomes (2019):

Figura 4: Ilustração das definições de Potencial Turístico



Fonte: Gomes (2019, p. 46).

Gomes (2019) também reitera que existem diferentes versões sobre a temática do potencial turístico, fato que facilita a banalização do tema, mas que estes significados podem ser resumidos em três grupos: potencial como sinônimo de atrativo; potencial como sinônimo de oferta; potencial enquanto “qualidade” do território.

Ao analisar alguns conceitos sobre potencial turístico (Leno Cerro 1993; Glăvan 1996; Muntele e Iațu 2003; Glăvan 2006; Delgado 2007; Cocean e Dezsi 2009; Ielenicz & Comănescu 2009; Araújo 2010; Gutiérrez & Várquez 2014), identificaram-se três significados distintos em relação ao termo: potencial como sinônimo de atrativo, potencial como sinônimo de oferta e potencial enquanto uma qualidade do território. (GOMES, 2019, P. 46).

Conclui que o “potencial turístico está relacionado aos atributos endógenos de um lugar, podendo ser dimensionado a partir da identificação e da valoração dos recursos naturais e culturais que condicionam este potencial”, e que “potencial precede o atrativo e é definido pelas

características endógenas de um lugar ainda não preparado para o consumo turístico, cujo recurso é a base para o potencial turístico” (GOMES, 2019, p.46).

Gomes (2019, p. 122) propõe ainda uma divisão do Potencial Turístico a partir de 2 classificações principais e suas subclassificações, sendo:

- Potencial Endógeno:
  - Recurso Natural:
    - Recurso Hídrico
    - Biodiversidade
    - Geodiversidade
    - Clima
  - Recurso Cultural:
    - Patrimônio Material
    - Patrimônio Imaterial
- Potencial Endógeno:
  - Motivadores:
    - Grau de novidade;
    - Experiência;
  - Influenciadores:
    - Tempo de deslocamento;
    - Custo;
    - Segurança.

Nesta dissertação, adotaremos o conceito de potencial turístico delimitado por Gomes (2019), principalmente relacionado ao potencial endógeno, para basear o instrumento de avaliação como ponto referencial de análise do potencial turístico na Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ, conforme descrito abaixo na metodologia.

#### **4. METODOLOGIA**

##### **Tipologia Da Pesquisa**

Esta dissertação caracteriza-se como um estudo de caso, pois buscou analisar a dinâmica ocorrente em um local específico. Para além, foi realizada a revisão bibliográfica acerca das temáticas tratadas, buscando formar um plano teórico que embasou a análise, caracterizando-a também como uma revisão bibliográfica, documental e teórica. O método de análise de dados foi qualquantitativo, no sentido de unir variáveis qualitativas a dados quantitativos, buscando o melhor entendimento das diferentes variáveis-chave atreladas à temática, no sentido de facilitar a visualização.

A abordagem inicial da pesquisa foi construtivista, que segundo Wacheux (1996 p. 28) “é um processo de estudo para alcançar a representação de uma situação. O conhecimento dos fenômenos que condicionam as práticas humanas”.

A análise da pesquisa pode também ser considerada como estruturalista (THIRY-CHERQUES, 2005 p. 29) “A trajetória metodológica do estruturalismo é de fácil esquematização. Partindo do referencial empírico ou, simplesmente, do raciocínio lógico, construímos um modelo que contém as relações possíveis entre os elementos de um objeto determinado.” Ainda do mesmo autor, (THIRY-CHERQUES, *op cit* p. 30) “Uma estrutura é um conjunto de relações. Não tem o atributo da funcionalidade. Um sistema funciona. Uma estrutura é. As relações estruturais podem ser abstratas, se e quando puramente lógicas, ou podem ser relações concretas, se e quando incorporadas a um sistema”.

Logo, a utilização do construtivismo e estruturalismo como bases metodológicas contribuem para a visualização do conjunto de relações estruturais (principalmente sociais, econômicas e ambientais) que compõem o Arranjo Produtivo Local do Turismo na Ilha Grande.

O APL é o espaço de sistematização das estruturas sociais locais, uma vez que é um recorte do próprio território, torna-se o espaço de vivência e organização das relações econômicas, sociais e culturais e da reprodução das mesmas, aludindo ao espaço de reprodução das relações, ou seja, torna-se a própria estrutura. O estudo desta estrutura e principalmente de sua forma de organização, atividades, forças, oportunidades, ameaças, e fraquezas espelhará o próprio processo de desenvolvimento territorial local, que a partir das proposições, pode tornar-se cada vez mais sustentável e humano.

#### Identificação Temática e o Papel do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande

A partir de 2015, com uma política instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), o território da Baía da Ilha Grande (Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty) passa a formar uma unidade de gestão territorial de desenvolvimento: o Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG).

Os principais objetivos dessa ação eram relacionados ao incentivo à extensão voltada para a agricultura familiar, o turismo de base comunitária, a agroecologia, a capacitação de atores locais, dentre outros, buscando resguardar as populações tradicionais - visto que neste território temos pelo menos cinco grupos principais: i) populações indígenas; ii) populações caiçaras; iii) comunidades remanescentes de quilombos; iv) pescadores artesanais; v)

agricultores familiares. Em alguns casos, alguns atores se enquadram em mais de uma dessas classificações simultaneamente.

A partir de 2016, com o fim do MDA, na tentativa de não findar a articulação formada no território, o Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT/UFRRJ/CNPq) absorve as atividades do Colegiado. Assim, é criado o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT/UFRRJ), que a partir de então passa a organizar as atividades do Colegiado.

Desde então, o PEPEDT/UFRRJ e o Colegiado BIG desenvolveram uma série de atividades, cursos, pesquisas, imersões, eventos etc., como por exemplo as “Reuniões do Colegiado BIG”, o projeto “Bate-papo com o Colegiado BIG”, e o “1º Fórum de Políticas Compensatórias Socioambientais das Baías de Sepetiba e Ilha Grande”. Estas últimas realizadas a partir do período da pandemia do coronavírus. A partir destas articulações e do contato com os atores locais, surge a demanda de construção coletiva de um Observatório Territorial, e então, constrói-se o Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG), como uma instância compreendida no Colegiado BIG.

Dentro das atividades na construção do OT-BIG, foram realizadas as “Oficinas de Construção Coletiva do OT-BIG”, que desencadearam em capacitações com lideranças locais, identificação de microbacias hidrográficas (unidade de gestão territorial) e na geração de mapas de vulnerabilidade socioambiental das microbacias (LIMA *et al.*, 2022).

Nessas oficinas, a proximidade do referido autor com algumas lideranças locais (principalmente da Ilha Grande) proporcionou dimensionamento de uma série de problemáticas. Além disso, foram realizadas algumas visitas de campo na Ilha Grande, dentro do âmbito do OT-BIG, onde também se reiterou o interesse em investigar a dinâmica que ocorre na Ilha, visto que essa engloba fatores muito peculiares, e que são geradores de grande atividade econômica, principalmente relacionada ao turismo sociocultural-ambiental, o que gera uma série de atividades complementares que necessitam ser dimensionadas.

Como a questão do turismo sustentável esteve presente na organização do Colegiado BIG desde seu surgimento, analisar o APL do Turismo da Ilha Grande se faz extremamente necessário, uma vez que dentro deste território que comprehende seis municípios, a Ilha Grande, 3º distrito do município de Angra dos Reis, é o maior foco turístico.

Tendo em vista o interesse do autor por tal temática, surgem algumas questões como: de onde surge essa aglomeração econômico-produtiva?; quais as motivações que levam a isso na Ilha Grande?; como a população reage a esse processo de crescimento acelerado?; há

desenvolvimento advindo desse processo?; onde as populações tradicionais estão inseridas neste processo?; como é a relação dessa aglomeração com as Unidades de Conservação Ambiental?; como é a gestão deste APL, ela inclui a população local? Para tal, buscou-se elementar esta pesquisa embasada em pontos que respondessem a tais questionamentos primordiais.

#### Meios De Realização e Instrumentos de Análise

O estudo buscou meios, primeiramente, numa pesquisa documental e teórica, visando elementar: diretamente, as bases da análise histórico-econômico-social da Ilha Grande, das principais teorias de Desenvolvimento Econômico, Regional e Territorial, atreladas à questão da sustentabilidade, das Aglomerações Produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais, dos conceitos e teorias relacionados ao Turismo, ou seja, dos atrativos turísticos, do potencial turístico e do Ecoturismo; e indiretamente, a Gestão Social, a teoria das Sociedades em Rede, e a Teoria dos Polos de Desenvolvimento e Inovação.

Para a construção dos instrumentos de análise, utilizou-se: referencial acerca da análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável, desenvolvido por Perico (2009) e trabalhado em Lima (2020); do método de identificação e diagnóstico de APLs, desenvolvido por COSTA (2010), e também a análise de APLs de Villela (2013); das metodologias de análise de potencial turístico e atrativos turísticos de Gomes (2019), Ignarra (2003), Lustosa e Lages (2008); da análise SWOT para condicionar um quadro de análise e projeção para o APL; e também de análises estatísticas simples para condicionar a visualização do peso e significância das variáveis.

Nesta dissertação, a análise do Arranjo Produtivo Local do Turismo na Ilha Grande se fez em 2 momentos distintos:

- o primeiro, subdividiu-se em duas partes, sendo: i) identificação e diagnóstico do APL; ii) do Potencial Turístico, das atividades e serviços do APL relacionados à sua atividade principal e atividades secundárias, bem como de seus Equipamentos, Infraestrutura e Serviços Turísticos. Com este primeiro momento, buscou-se analisar a dinâmica intrínseca ao arranjo.
- o segundo, também subdividido em duas partes, buscou: i) analisar o território em que o APL está inserido, no contexto do Desenvolvimento Territorial Sustentável, seguindo as bases de análise territorial proposta por Perico (2009) para analisar suas características sociais, econômicas, ambientais, culturais, dentre outros; ii) montar um quadro que busca elementar o cenário de relações entre o APL e o território a partir de

uma matriz SWOT, para verificar as principais proposições e auxiliar na elaboração de possíveis políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local.

A ideia é que com esses dois passos, possamos entender a dinâmica socioeconômica e territorial do APLTur de forma complexa, ou seja, analisar tanto as características intrínsecas ao arranjo, quanto as características “externas” do território, que atuam em confluência na geração do desenvolvimento local, para assim cumprir com os objetivos da pesquisa.

Além disso, a visualização destes tópicos pode contribuir para a classificação do Arranjo Produtivo Local citado a partir das classificações propostas por Castro (2009), entre: incipiente; em desenvolvimento; ou desenvolvido.

Portanto, ao fim da análise proposta, teremos: i) identificação do APL e principais estruturas; ii) identificação das principais atividades e do potencial turístico da Ilha; iii) ligação entre as dimensões do Desenvolvimento territorial Sustentável e o desenvolvimento do APL; iv) proposições de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do arranjo; v) classificação do APL em incipiente, em desenvolvimento ou desenvolvido.

Neste tópico será demonstrada apenas a instrumentalização da análise, que foi completamente embasada na revisão teórica realizada no capítulo anterior. A análise e os resultados constam no próximo capítulo.

4.3.1 Primeiro momento: identificação, caracterização e diagnóstico do APL, Potencial Turístico e Perfil do Turista

#### *4.3.1.1 Identificação e diagnóstico do APL*

Partindo do referencial de Eduardo José Monteiro COSTA (2010), no capítulo VI (Políticas Públicas e o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em regiões periféricas: construindo uma agenda propositiva) do livro “Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, temos o roteiro analítico de diagnóstico das aglomerações partindo de alguns pontos, sendo:

Quadro 5: sugestão de roteiro analítico de diagnóstico de APLs

1. Nome do aglomerado
2. Localização geográfica
3. Breve caracterização histórica
4. Caracterização socioeconômica do aglomerado
4.1. Caracterização econômica da região
4.2. Caracterização econômica do aglomerado
4.3. Descrição da cadeia produtiva principal
4.3.1. Número de empresas

4.3.2. Principais produtos
4.3.3. Tamanho e importância do aglomerado para a economia local e regional
4.3.4. Principais mercados (potenciais e atendidos)
4.3.5. Grau de tecnologia incorporada (produto e processo)
4.3.6. Informações sobre a qualidade e a imagem do produto
4.3.7. Denominação de origem e associação entre o produto e a região
4.3.8. Conformação estrutural (vertical ou horizontal)
4.3.9. Caracterização a montante e a jusante da cadeia produtiva principal
4.3.10. Descrição da Infraestrutura econômica
4.3.11. Descrição da Infraestrutura social
4.3.12. Instituições de ensino e pesquisa ligadas ao aglomerado
4.3.13. Presença e forma de operação de sindicatos de produtores e de trabalhadores
4.3.14. Descrição do capital social, do grau de institucionalidade e da capacidade de governança do aglomerado
4.3.15. Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento por parte do setor público
4.3.16. Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento do aglomerado por parte do setor privado
4.3.17. Fontes de vantagens competitivas
4.3.18. Existência de linhas específicas de crédito ou política tributária
4.3.19. Presença de instituições públicas e privadas na formação, operação e desenvolvimento do aglomerado
4.3.20. Principais oportunidades, ameaças e desafios que se colocam para a consolidação do aglomerado enquanto um APL consolidado.

Fonte: COSTA (2010, p. 198-199).

Este roteiro foi o guia para a caracterização do APLTur da Ilha Grande realizada nesta dissertação, porém, como já direcionado anteriormente seguindo a orientação de Lustosa e Lages (2008), o caso de uma aglomeração de turismo difere da lógica de produção convencional, por ter sua estrutura principal pautada principalmente na prestação de serviços, e pela lógica de consumo ser local. Para tal, algumas adequações foram realizadas no quadro proposto por COSTA (2010) visando atender os objetivos propostos por este trabalho. Sendo assim, obteve-se o seguinte roteiro, baseado em COSTA (2010):

- Nome do Aglomerado:
- Localização geográfica e caracterização socioeconômica do território
- Breve caracterização histórica
- Caracterização socioeconômica do aglomerado
- Caracterização econômica da região
- Caracterização econômica do aglomerado
  - Descrição da atividade principal
  - Extensão do aglomerado e ligação com a região
  - Principais atividades, produtos e serviços
  - Principais mercados atendidos

- Grau de inovação incorporado, informações identitárias incorporadas ao produto e/ou processo, grau de ligação entre o produto e a região e possíveis fontes de vantagens comparativas
- Instituições de ensino e pesquisa ligadas (ou potenciais) ao aglomerado e Presença de Instituições Públicas e privadas na formação, operação e desenvolvimento do aglomerado
- Presença de organizações sociais ligadas ao arranjo e governança
- Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento por parte do setor público e privado
- Existência de linhas específicas de crédito ou política tributária

Além disso, para responder alguns dos passos deste roteiro, fez-se necessário aprofundar a análise a partir de alguns conceitos relacionados ao âmbito econômico do turismo, mais precisamente os relacionados ao Potencial Turístico.

#### 4.3.1.2 Potencial Turístico: Atividades, Serviços, Equipamentos, Infraestrutura , Atrativos Turísticos e Perfil do Turista

Gomes (2019), traz o Potencial Turístico como resultado da soma dos recursos turísticos, dos equipamentos e infraestrutura turística, sendo:

$$\text{Potencial Turístico} = \text{Recursos Turísticos} + \text{Equipamentos e Infraestrutura Turística}$$

Traz também uma metodologia de análise do potencial turístico subdividindo-o em Recursos Endógenos (Naturais e Culturais) e Potencial Endógeno (Motivadores e Influenciadores), sendo:

Figura 5: Configuração da Metodologia de Análise do Potencial Turístico de Gomes (2019)

		RECURSO ENDÓGENO									
		Inexistente	Exiguo	3	4	Relevante	6	Diferenciado	9	Exclusivo	
RECURSO NATURAL	Recurso Hídrico										
	Biodiversidade										
	Geodiversidade										
	Clima										
RECURSO CULTURAL	Patrimônio Material										
	Patrimônio Imaterial										
POTENCIAL ENDOGENO											
MOTIVADORES	Insignificante	Pouco significante	3	4	5	Moderado	6	7	8	9	Muito significativo
	0										
	Grau de novidade										
INFLUENCIADORES	Experiência										
	Tempo de deslocamento										
	Custo										
	Segurança										

Fonte:

Gomes (2019, p. 122).

A metodologia traçada por Gomes foi utilizada como o principal instrumento de classificação e avaliação do potencial turístico do APLTur da Ilha Grande na análise desta dissertação. Entretanto, dada a proposição deste trabalho, relacionou-se a utilização principalmente dos recursos endógenos como principal categoria de análise, e para o potencial endógeno, realizou-se algumas adequações, principalmente incrementando a classificação de atrativos turísticos de Ignarra (2003), a partir do trabalho de Lustosa e Lages (2008), presentes no Volume 1 da obra “Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento”, organizada por Cassiolato, Matos e Lastres (2008), patrocinada pelo BNDES.

Então, buscou-se realizar, a partir da pesquisa de campo e da vivência de pesquisa, uma lista com as principais atividades, serviços, equipamentos, infraestrutura relacionados ao turismo na Ilha Grande. Posteriormente, elencou-se os atrativos turísticos entre naturais e culturais, a partir de seu tipo, subtipo e atividades complementares. A mesma lógica foi aplicada aos serviços turísticos, elencando-os a partir do subsistema, do tipo e do subtipo.

Quadro 6: listagem dos atrativos turísticos

Atrativos Turísticos		
Atrativos Naturais		
Tipo	Subtipo	Atividades complementares
Atrativos Culturais		
Tipo	Subtipo	Atividades complementares

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ignarra (2003) *apud* Lustosa e Lages (2008).

Quadro 7: listagem dos serviços turísticos

Serviços Turísticos		
Subsistema	Tipo de Serviço	Subtipo de Serviço

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ignarra (2003) *apud* Lustosa e Lages (2008).

Após essa classificação, aplicou-se a distribuição desses itens de acordo com a relação inspirada em Gomes (2019), obtendo-se:

Quadro 8: proposta de avaliação do Potencial Turístico

Local Principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo
Local X (área Y, Z)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras) Mergulho com vida marinha

			Avistamento de animais nativos
			Trilhas, escalada e montanhismo
Culturais, Históricos	Transportes	Museus e espaços de memória	
		Monumentos históricos	
		Unidades de Conservação	
		Ideário populacional tradicional	
		Serviço de transporte público (barcas)	
Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Flexboat	
		Escunas e demais embarcações	
		Outros	
		Segurança	
	Saúde	Delegacias	
		Farmácias e postos de saúde	
Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara	
		Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa	
		Bares	
		Sorveterias, doceterias, padarias	
	Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas	
		Alugueis por temporada	
		Airbnb e campings	
	Diversos	Mercados, mercearias, etc	

Fonte: elaborado pelo autor.

Dadas as dimensões territoriais da Ilha Grande e a baixa disponibilidade de transportes e meios de deslocamento, buscou-se dividir a Ilha Grande em 10 principais localizações, compostas de um núcleo e suas áreas de influência. Estas 10 localidades são as mais significativas turisticamente, porém não foram organizadas em ordem de importância devido a deficiência de dados exatos acerca de sua exploração.

Para cada um dos setores foi realizada uma avaliação de potencial turístico, partindo do quadro de avaliação proposto, e o somatório das 10 avaliações ocasionou a avaliação da Ilha Grande como um todo.

Após a divisão em setores, foi estabelecido um horizonte de análise baseado em uma escala de Likert, variando de 0 a 5, onde as notas variam de acordo com a disponibilidade e/ou qualidade da oferta da atividade relacionada, obedecendo os critérios propostos por Gomes (2019) entre “Inexistente”, “Exíguo”, “Pouco relevante”, “Relevante”, “Diferenciado”, “Exclusivo”, sendo:

Quadro 9: critérios de avaliação do Potencial Turístico

Critério	Intervalo
----------	-----------

Inexistente	=0
Exíguo	$0 > x \leq 1$
Pouco Relevante	$1 > x \leq 2$
Relevante	$2 > x \leq 3$
Diferenciado	$3 > x \leq 4$
Exclusivo	$4 > x \leq 5$

Fonte: elaborado pelo autor.

A estrutura de locais obedeceu a seguinte organização:

Quadro 10: núcleos e áreas de influência para a avaliação do Potencial Turístico da Ilha Grande

Local		
Número	Núcleo	Área direta de influência
1	Vila do Abraão	Abraãozinho; Júlia; Crena; Bica; Prêta; Galego
2	Provetá	Provetá
3	Saco do Céu	Feiticeira; Iguaçu; Camiranga; Perequê; Fora; Rapozinho; Praia do Amor; Jacinto
4	Matariz	Aripeba; Maguaraquissaba; Tapera; Sítio Forte; Ubatuba
5	Araçatiba	Araçatibinha; Praia Longa; Praia Vermelha; Praia da Cachoeira; Ponta do Acaíá e Gruta do Acaíá
6	Japariz	Freguesia de Santana; Lagoa Azul; Ilha dos Macacos
7	Palmas	Lopes Mendes; Praia do Mangue; Praia do Pouso; Praia da Aroeira; Arrecifes; Castelhanos
8	Dois Rios	Dois Rios
9	Bananal	Bananal Pequeno; Praia da Baleia
10	Aventureiro	Parnaioca
Total	Ilha Grande	Todos

Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, o quadro final de avaliação, empregado tanto para as 10 sublocalidades quanto para a Ilha Grande (geral), foi o seguinte:

Quadro 11: quadro completo de avaliação do Potencial Turístico

Local Principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificação	Avaliação do Potencial Turístico por Local	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevante (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)						
Vila do Abraão (Abraãozinho; Júlia; Crena; Bica; Prête; Galego)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários							0	Inexistente	0	Inexistente	0,0	Inexistente
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)												
			Mergulho com vida marinha												
			Avistamento de animais nativos												
		Culturais, Históricos	Trilhas, escalada e montanhismo							0	Inexistente	0,0	Inexistente	0,0	Inexistente
			Museus e espaços de memória												
			Monumentos históricos												
			Unidades de Conservação												
		Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Idéario populacional tradicional												
			Transportes	Serviço de transporte público (barcas)						0,0	Inexistente	0,0	Inexistente	0,0	Inexistente
			Flexboat												
			Escunas e demais embarcações												
			Outros												
			Segurança	Delegacias						0	Inexistente	0,0	Inexistente	0,0	Inexistente
			Saúde	Farmácias e postos de saúde											
			Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caíara						0	Inexistente	0,0	Inexistente	0,0	Inexistente
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa												
			Bares												
			Sorveterias, docerias, padarias												
			Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas						0	Inexistente	0,0	Inexistente	0,0	Inexistente
			Alugueis por temporada												
			Airbnb e campings												
			Diversos	Mercados, mercearias, etc						0	Inexistente	0,0	Inexistente	0,0	Inexistente

Fonte: elaborado pelo autor.

Após este passo, obteve-se uma lista com a avaliação individual de cada uma das 10 localidades e da Ilha Grande. Logo, buscou-se construir um gráfico e um mapa para elementar a visualização dos dados. O gráfico do tipo “barras” corresponderá a numeração de cada uma das avaliações realizadas. Já o mapa, utilizará uma classificação em escala de cores para a visualização das notas obtidas, respeitando a seguinte escala:

Quadro 12: correspondência das escalas de cor do mapa de avaliação do potencial turístico

Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevante (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)

Fonte: elaborado pelo autor.

Estes instrumentos caracterizam a avaliação do Potencial Turístico empregada neste trabalho.

Fez-se necessário também, para complementar a visualização do turismo na Ilha Grande, traçar um perfil do turista. Utilizou-se como principal fonte de trabalho para tal a publicação realizada, na Revista Brasileira de Ecoturismo, por Lopes Junior (*et al*, 2020) que fez uma profunda análise do perfil do turista e suas preferências durante o verão de 2018. Este trabalho destaca-se por ser uma publicação recente e de vasta quantidade e qualidade de dados.

#### 4.3.2 Segundo momento: análise dos indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável e proposições a partir da matriz SWOT

##### 4.3.2.1 Indicadores do DTS

A partir das dimensões caracterizadas por Perico (2009) relacionadas ao Desenvolvimento Territorial Sustentável, que são:

- Coesão Social: fortalecimento dos laços interpessoais a fim de favorecer e capacitar o potencial de equidade dos direitos e obrigações cidadãs;
- Coesão Territorial: refere-se a capacidade da população de um território ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas, suas estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais.
- Sustentabilidade: as atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas futuras.
- Governabilidade: refere-se à capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos de desenvolvimento local.
- Inclusão Econômica: é a capacidade pelo qual o desenvolvimento local inclui a população economicamente ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente.
- Bem-estar: o desenvolvimento do local melhora as condições de vida da população agregando infraestrutura, saneamento, instituições de saúde e de educação. (PERICO, 2009 *apud* LIMA, 2020).

A partir destas definições e do proposto por Villela (2013) no capítulo “Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado do Rio de Janeiro”, no que concerne a estrutura organizacional dos APLs, buscou-se elaborar um quadro de análise conjunta dos indicadores trazidos por Perico e Villela, chegando no quadro de análise do Desenvolvimento Territorial:

Quadro 13: Grupos, Subgrupos e Itens do DTS

Grupo	Subgrupo	Item
1.1. Coesão Social e Territorial dos Agentes envolvidos	1.1.1. Inclusão	1.1.1.1. Participação Social
		1.1.1.2. Aceitação social, cultural, política e técnica
	1.1.2. Autonomia	1.1.2.1. Alçada dos atores e perfil de liderança
	1.1.3. Pluralismo	1.1.3.1. Avaliação participativa
	1.1.4. Bem-comum	1.1.4.1. Visão Comunitária
	1.1.5. Identidade	1.1.5.1. Recursos históricos e culturais
1.2. Governabilidade	1.2.1. Incentivo ao desenvolvimento	1.2.1.1. Ações de educação
		1.2.1.2. Ações de saúde
		1.2.1.3. Ações de segurança pública

		1.2.1.4. Ações de saneamento e preservação ambiental
		1.2.1.5. Garantia da justiça
	1.2.2. Ordenamento do Território	1.2.2.1. Organização territorial
1.3. Sustentabilidade	1.3.1. Políticas, planos, projetos e iniciativas de incentivo à sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas naturais e das populações tradicionais	1.3.1.1. Unidades de Conservação, Áreas de Proteção, etc. 1.3.1.2. Saneamento e coleta adequados 1.3.1.3. Proteção das águas e mananciais 1.3.1.4. Proteção das comunidades tradicionais 1.3.1.5. Proteção da fauna e flora
1.4. Viabilidade e Inclusão Econômica do APL	1.4.1. Viabilidade Econômica	1.4.1.1. Geração de receita 1.4.1.2. Investimento 1.4.1.3. Complexidade do consumo de produtos e serviços 1.4.1.4. Complexidade da oferta de produtos e serviços
	1.4.2. Inclusão Econômica	1.4.2.1. Geração e distribuição de empregos 1.4.2.2. Geração e distribuição de renda 1.4.2.3. Absorção de atividades culturais 1.4.2.4. Absorção da população local/tradicional na PEA do APL
1.5. Bem-estar	1.5.1. Melhoria na vivência	1.5.1.1. Moradia e habitação 1.5.1.2. Cultura e Lazer 1.5.1.3. Desporto 1.5.1.4. Transportes 1.5.1.5. Segurança 1.5.1.6. Educação e saúde 1.5.1.7. Serviços 1.5.1.8. Infraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir disso, foram traçados critérios de análise, itens e indicadores que fazem relação com a prática do local, completando este quadro com pontos possíveis de avaliação:

Quadro 14: Indicadores de Análise para a Avaliação do DTS

Grupo	Subgrupo	Item	Critério de Análise	Itens de Análise
1.1. Coesão Social e Territorial dos Agentes envolvidos	1.1.1. Inclusão	1.1.1.1. Participação Social	Existência de redes e espaços de discussão reconhecidos formal ou informalmente para tratativas de resolução de problemas conjuntos do território e do aglomerado	Organizações sociais (públicas e/ou privadas, instituídas por lei ou não) que visam o bem-comum

			Participação dos agentes nos espaços de discussão e tomada de decisão	Participação e representação de atores locais nos espaços de decisão municipais;
				Existência de sinergia de trabalho destas lideranças em uma espécie de rede de governança
		1.1.1.2. Aceitação social, cultural, política e técnica	Relação intrapessoal de pertencimento e comunidade que perpassa divergências de classes sociais, políticas e técnicas	Sensação de unidade da comunidade e dos atores locais
	1.1.2. Autonomia	1.1.2.1. Alçada dos atores e perfil de liderança	Reconhecimento de determinados atores como lideranças representativas das demandas sociais do local e do próprio APL	Associações e/ou coletivos de assuntos ligados ao APL com representações eleitas
			Grau de autonomia dos atores para desenvolver atividades individuais sem sair do escopo do APL ou ferir a coletividade nele representada	Grau de pluriatividade econômica dos atores ligados ao APL
	1.1.3. Pluralismo	1.1.3.1. Avaliação participativa	Grau de engajamento e comprometimento da participação em rede dentro das atividades do APL	Existência de instâncias participativas de organização pluriativa do APL
	1.1.4. Bem-comum	1.1.4.1. Visão Comunitária	Visão interligada, por parte dos atores locais, em relação às atividades desempenhadas	Reconhecimento de uma visão comunitária por parte dos atores locais, de modo a vislumbrar que as ações tomadas por eles influenciarão toda a comunidade
	1.1.5. Identidade	1.1.5.1. Recursos históricos e culturais	Identificação de características históricas e culturais capazes de formar uma identidade local	História e cultura formadoras de uma identidade local
1.2. Governabilidade	1.2.1. Incentivo ao desenvolvimento	1.2.1.1. Ações de educação	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à educação na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de incentivo à educação diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL

		1.2.1.2. Ações de saúde	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à saúde na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de incentivo à saúde diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL
		1.2.1.3. Ações de segurança pública	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à segurança pública na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de segurança pública diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL
		1.2.1.4. Ações de saneamento e preservação ambiental	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à preservação ambiental e sustentabilidade na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de saneamento, tratamento da água, preservação ambiental e sustentabilidade diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL
		1.2.1.5. Garantia da justiça	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à justiça na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas garantidoras do direito à justiça diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL
	1.2.2. Ordenamento do Território	1.2.2.1. Organização territorial	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de ordenamento, organização e gestão do território	Plano diretor, planejamento de ruas e iluminação, organização das zonas territoriais direcionadas à relação com o APL
1.3. Sustentabilidade	1.3.1. Políticas, planos, projetos e iniciativas de incentivo à sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas naturais e das populações tradicionais	1.3.1.1. Unidades de Conservação, Áreas de Proteção, etc.	Ucs	Existência de unidades de conservação e áreas de proteção ambiental
		1.3.1.2. Saneamento e coleta adequados	Existência de instrumentos de coleta e saneamento	Capacidade do sistema de saneamento e coleta proteger as águas e os solos
		1.3.1.3. Proteção das águas e mananciais	Iniciativas de proteção das águas	Existência de espaços, políticas, projetos e/ou planos de proteção das águas e mananciais
		1.3.1.4. Proteção das comunidades tradicionais	Iniciativas de proteção e reconhecimento da comunidade caiçara	Existência de políticas, planos e projetos de reconhecimento, proteção e resguardo das populações tradicionais

		1.3.1.5. Proteção da fauna e flora	Existência de espaços, políticas, projetos e/ou planos de proteção da fauna e da flora	Iniciativas de proteção da fauna e flora
1.4. Viabilidade e Inclusão Econômica do APL	1.4.1. Viabilidade Econômica	1.4.1.1. Geração de receita	Incremento dos rendimentos a partir das atividades do Arranjo	Pujança das atividades como fator de incremento da receita dos locais
		1.4.1.2. Investimento	Nível de investimento privado a partir das atividades do APL	Investimento no desenvolvimento de atividades nos moldes do arranjo
		1.4.1.3. Complexidade do consumo de produtos e serviços	Busca por produtos variados na cesta de consumo dos turistas	Atratividade turística; Grau de consumo; Renda dos turistas
		1.4.1.4. Complexidade da oferta de produtos e serviços	Oferta de produtos variados pelos componentes do APL	Comércio e serviços ofertados no escopo do APL
	1.4.2. Inclusão Econômica	1.4.2.1. Geração e distribuição de empregos	Nível de emprego gerado pelo APL	Empregos diretos e indiretos gerados a partir da atividade central do APL distribuídos de maneira satisfatória por todos os níveis sociais
		1.4.2.2. Geração e distribuição de renda	Nível de renda gerado pelas atividades do APL e nível de equidade da distribuição desta renda	Geração e Distribuição de renda das atividades principais e secundárias
		1.4.2.3. Absorção de atividades culturais	Nível de absorção e inclusão das comunidades locais e sua cultura na geração de atrativos turísticos de consumo	Atividades econômicas relacionadas às peculiaridades culturais caíçaras
		1.4.2.4. Absorção da população local/tradicional na PEA do APL	Nível de absorção da população local da Ilha nas atividades do APL em comparação com a população externa	População local empregada
1.5. Bem-estar	1.5.1. Melhoria na vivência	1.5.1.1. Moradia e habitação	Condições de moradia e habitação para a comunidade local e influenciada diretamente pelo APL	Redução de riscos, melhoria das condições da residência, grau de afastamento da infraestrutura pública
		1.5.1.2. Cultura e Lazer	Melhoria na qualidade de vida relacionada à cultura e ao lazer local	Eventos culturais, existência de espaços/ações públicos(as) de lazer
		1.5.1.3. Desporto	Condições para a prática de desportos	Existência de espaços públicos de prática de desportos
		1.5.1.4. Transportes	Condições dos transportes de acesso e internos da Ilha	Gama e valor dos transportes para acesso externo e internos da ilha

	1.5.1.5. Segurança	Condição da segurança pública na Ilha	Número de postos de segurança na Ilha
	1.5.1.6. Educação e saúde	Condições de acesso à educação e saúde na Ilha	Número de escolas e unidades de saúde na Ilha
	1.5.1.7. Serviços	Condições de acesso à serviços básicos	Prestação de serviços básicos, como água, energia, internet, dentre outros
	1.5.1.8. Infraestrutura	Condições da infraestrutura pública básica necessária ao território	Infraestrutura geral, como ruas, iluminação pública, saneamento, dentre outros

Fonte: elaborado pelo autor.

Para cada um dos grupos, formou-se uma relação de subgrupos e itens de análise tal que o critério de avaliação será dado a partir da existência ou proximidade com cada item de análise. Como exemplo, tomamos o primeiro grupo “coesão social e territorial dos agentes”, e os subgrupos “inclusão”, “autonomia”, “pluralismo”, “bem-comum” e “identidade”, e seus respectivos itens de análise. Para cada item do subgrupo, foi atribuída uma nota, utilizando-se escala de Likert, que pode ser:

Quadro 15: critérios de análise do DTS

Critérios	
=0	Inexistente / Sem significância
0 > x ≤ 0,25	Pouco existente/ Pouco significativo
0,25 > x ≤ 0,5	Parcialmente existente/ Regularmente Significativo
0,5 > x ≤ 0,75	Existente/ Significativo
0,75 > x ≤ 1	Muito existente/ Muito Significativo

Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, o horizonte de classificação varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de zero pior, e quanto mais próximo de 1, melhor.

Posteriormente, foram atribuídos valores de avaliação para cada um dos índices, obtendo-se “notas”, e além da visualização em quadros, foram elaborados gráficos de tipo “barra” para a complementação da visualização.

O objetivo deste penúltimo instrumento é apontar o nível de significância, a partir dos Itens de Análise (ligados à construção do território e do próprio arranjo) e a Avaliação dos Grupos Dimensionais do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

#### 4.3.2.2 Proposições a partir de uma matriz SWOT e Classificação do APL

Com os resultados obtidos nas etapas anteriores, é possível montar um quadro com as principais forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA)<sup>7</sup>, buscando elementar, se possível, pelo menos cinco de cada, configurando um panorama de visualização da relação do APLTur e do desenvolvimento do território. A ideia é que este panorama mostre alinhamentos para possíveis ações tanto públicas quanto organizacionais dos próprios agentes do APL, ou que facilite a elaboração de demais pesquisas acerca deste aglomerado.

A matriz SWOT segue uma estrutura de dados cruzados que relaciona fatores positivos e negativos com o ambiente interno e externo de organizações econômicas a partir do objetivo da ação, tal que:



Fonte: Econsult (online)<sup>8</sup>.

Logo, buscou-se criar uma matriz a ser preenchida ao final da análise tal que:

Quadro 16: proposta de matriz SWOT para análise do APLTur da Ilha Grande

SWOT	Fatores	Fatores
------	---------	---------

<sup>7</sup> Tradução para o português da sigla SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://econsult.org.br/blog/o-que-e-e-como-fazer-uma-analise-swot/>>.

	Positivos	Negativos
Ambiente Interno	Forças:	Fraquezas:
Ambiente Externo	Oportunidades:	Ameaças:

Fonte: elaborado pelo autor

Após a análise deste último item e dos anteriores, também pretende-se classificar o APL de acordo com o proposto por Castro (2009), entre “Incipiente”, “Em Desenvolvimento” ou “Desenvolvido”, conforme o descrito no item 3.1.5 deste trabalho.

## 5. ANÁLISE E RESULTADOS

Seguindo a mesma divisão constante no capítulo 4 (metodologia), a análise e os resultados desta pesquisa foram subdivididos em duas partes, para facilitar o entendimento e a visualização da análise.

5.1 Primeiro momento: identificação, caracterização e diagnóstico do APL, Potencial Turístico e Perfil do turista

5.1.1 Identificação, caracterização e diagnóstico do APL

5.1.1.1 *Nome do Aglomerado*

Arranjo Produtivo Local do Turismo (APLTur) na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ;

5.1.1.2 *Localização geográfica e caracterização do socioeconômica e do território:*

A Ilha Grande A Ilha Grande é a maior Ilha do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial, sendo a 3ª maior ilha oceânica do Brasil e a 6ª em extensão territorial, com uma área de mais de 193km<sup>2</sup>, e uma população de 5021 habitantes (IBGE, 2010), e estimativa de aproximadamente 7.000 habitantes em 2021. Está inserida num arquipélago de 187 ilhas e ilhotas.

A Ilha corresponde ao 3º Distrito do município de Angra dos Reis/RJ, que por sua vez, localiza-se no sul fluminense, na região conhecida como “Costa Verde”. Encontra-se na microrregião territorial da “Baía da Ilha Grande” (CEPERJ, 2019 *apud* DE PAULA, 2022), estando também na área dos ‘Territórios Rurais da Baía da Ilha Grande’ (MDA, 2015), foco do

Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande. Além disso, faz parte do recorte hidrográfico da Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (PEPEDT, 2023).

A população do município de Angra dos Reis, segundo o IBGE (2010) era de 169.511 pessoas, estimada em 210.171 pessoas em 2021 (IBGE, 2021).

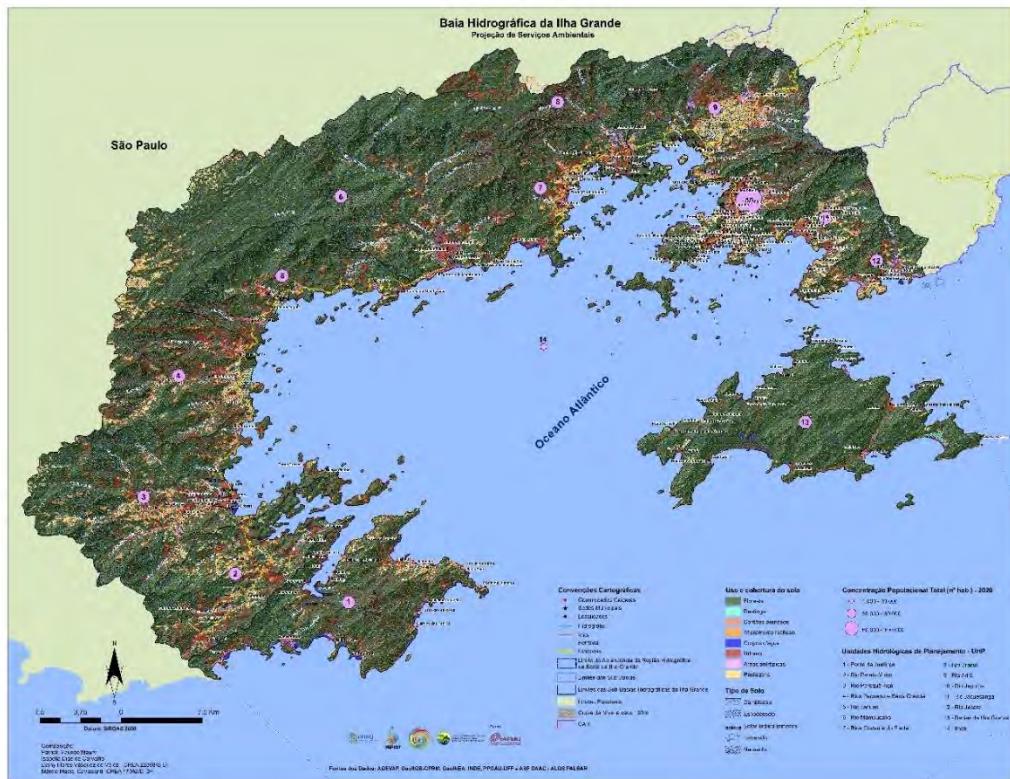
A região da Costa Verde é composta por sete municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro (Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty) e 4 no Estado de São Paulo (Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião).

Mapa 3: Costa Verde nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo



Fonte: elaborado pelo autor.

Mapa 4: Bacia Hidrográfica da Ilha Grande



Fonte: Portal PEPEDT, 2023<sup>9</sup>.

A Ilha Grande, ao sul, limita uma Baía homônima (Baía da Ilha Grande), e ao norte, vira-se ao mar aberto. Dista 130km da cidade do Rio de Janeiro e 420km da cidade de São Paulo (PDSIG, 2008, p.22 *apud* DE PAULA, 2022, p.11).

Seu principal núcleo é a Vila do Abraão, situada a noroeste da Ilha (lado virado para o continente), onde conta com a principal estrutura pública, como posto de saúde, correios, escolas, delegacia etc. Além disso, é lá que se localizam os dois píeres principais da ilha, onde há tanto serviço de transporte público (Barcas), quanto de transportes privados (flatboat, lanchas, etc). A Vila do Abraão é considerada “a porta de entrada, convivência de grupos diferentes, de atores sociais bastante díspares, com atributos e interesse diversos” (PRADO, 2003, p. 2 *apud* DE PAULA, 2022, p. 11).

Além disso, na Ilha há quatro Unidades de Conservação Ambiental (UCs), sendo o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, e a Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios. Além destas, a Ilha e suas proximidades continentais formam um complexo de UCs, tendo ainda o Parque Nacional da Serra da Bocaina, o Parque Estadual do Cunhambebe, a APA Cairuçu, dentre outras.

<sup>9</sup> Disponível em [www.pepedt.ufrrj.br](http://www.pepedt.ufrrj.br)

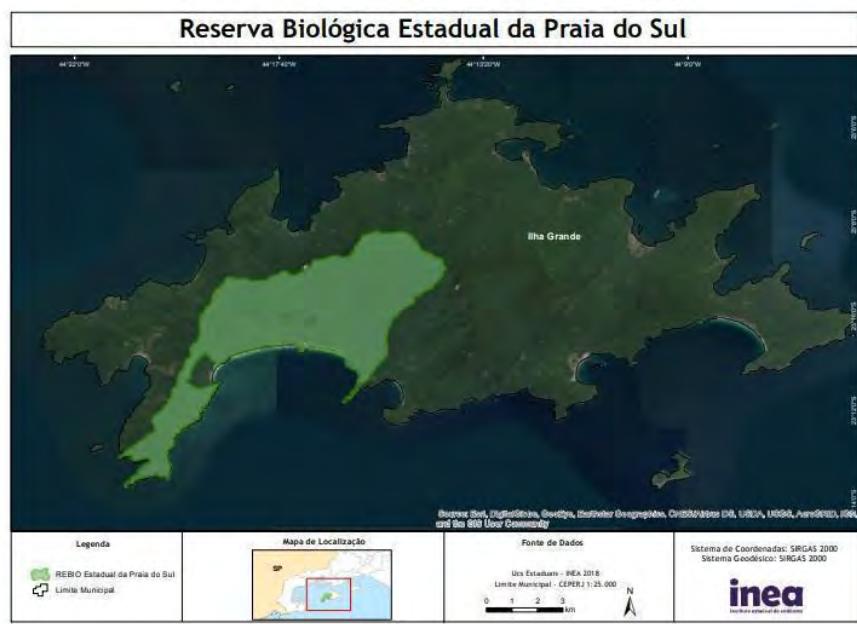
Mapa 5: Parque Estadual da Ilha Grande



Fonte: De Paula (2022, p. 28).

Tomando o descrito por DE PAULA (2022, p. 12), o Parque Estadual da Ilha Grande foi criado a partir do Decreto Estadual nº 15.273 em 1971. Houve a redução de  $\frac{2}{3}$  da área protegida pelo Decreto Estadual nº 2.062 de 1978. Atualmente é regulamentado pelo Decreto Estadual nº 40.602 de 2007 e apresenta 12.083,79 hectares.

Mapa 6: Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul



Fonte: De Paula (2022, p. 29).

A criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul é datada do de 1982, seguindo o decreto nº 4.972, ocorrendo uma re-delimitação no ano de 2014 pela Lei Estadual nº 6.793. A área

que preserva comunidade caiçara e uma vasta riqueza ambiental tem 3.309,63 hectares (INEA, 2022 *apud* DE PAULA, p. 13).

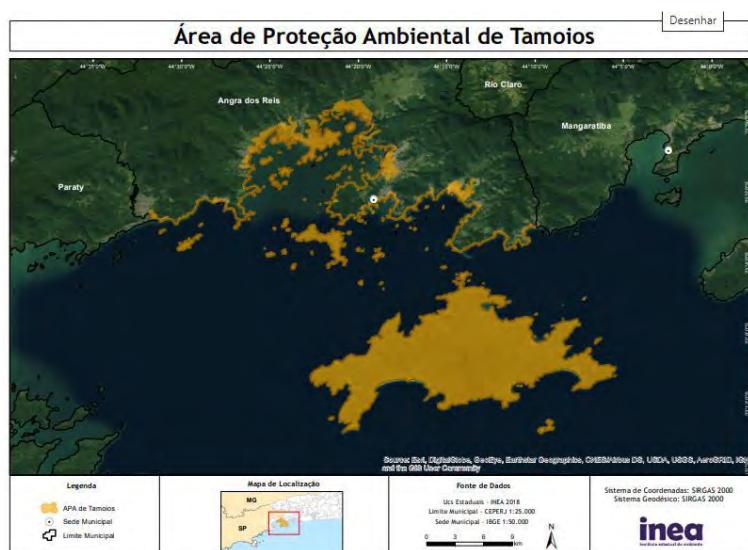
Mapa 7: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro



Fonte: De Paula (2022, p. 30).

Criada pela Lei nº 6.793 de 2014 e com objetivo de conciliar a cultura caiçara com ecossistemas locais a partir de práticas em bases sustentáveis desenvolvidas pela população tradicional da unidade. Tem como área 1.898,83 hectares. (INEA, 2022 *apud* DE PAULA).

Mapa 8: Área de Proteção Ambiental de Tamoios



Fonte: De Paula (2022, p. 30).

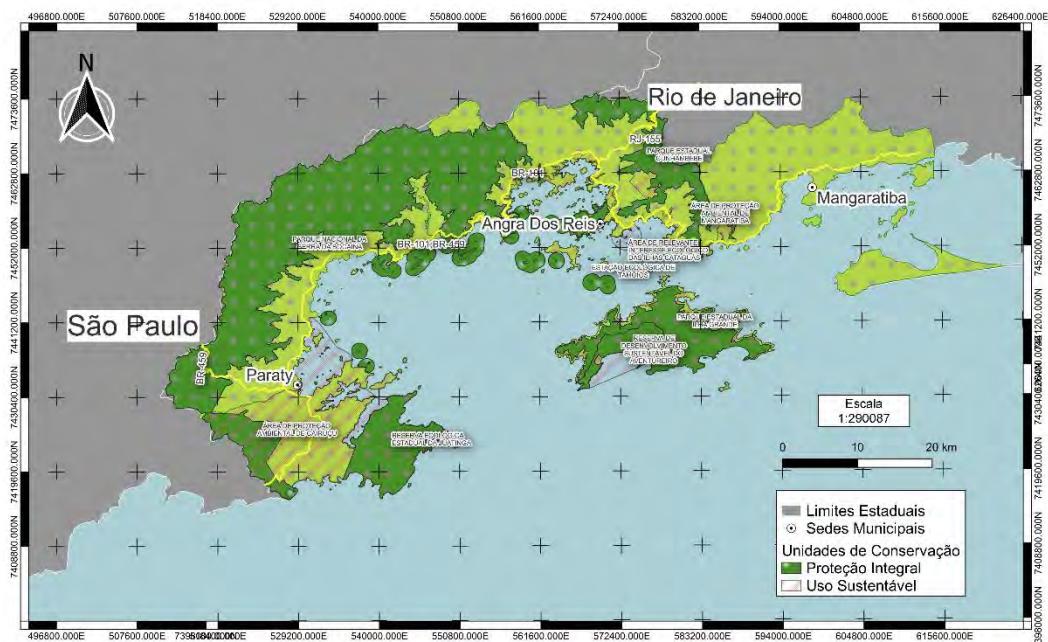
A Área de proteção de Tamoios foi criada a partir do Decreto Estadual nº 9.542 de 1986 com objetivo de proteger o ambiente natural, as paisagens e os sistemas geo-hidrológicos. Com área de 22.530,17 hectares. (INEA, 2022 *apud* DE PAULA, 2022, p. 14).

Além das questões ambientais, o território da Ilha Grande também é tombado como Patrimônio Nacional, pela Constituição Federal de 1988 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), como caracterizado por De Paula (2022, p. 15):

A Ilha Grande foi tombada em 1987 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), em 1988 tornou-se Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, em 1991 recebeu o status de reconhecimento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e também foi reconhecida internacionalmente para conservação de aves, pela *BirdLife International* sendo considerada uma área prioritária para conservação (PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE, 2021).

Considerando toda a região da Costa Verde, grande parte do território está inserida em áreas de proteção ambiental, seja integral ou não, como observado em:

Mapa 9: proteção ambiental na Costa Verde (RJ e SP)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Portal PEPEDT (2023).

O território da Ilha Grande destaca-se também pela existência de populações tradicionais caiçaras, que tem sua cultura e história diretamente interligados com a identidade do território. Os caiçaras da Ilha Grande são chamados de “badjecos”. Não foram encontrados dados relacionados ao quantitativo total da população caiçara da Ilha, porém, há dados relacionados às principais localizações destas populações na Ilha, que se estendem praticamente por todas as localidades da mesma.

Mapa 10: Populações Caiçaras e Localidades na Ilha Grande



Fonte: elaborado pelo autor com dados do Portal PEPEDT (2023).

A geografia da Ilha Grande proporciona considerável beleza natural, com preservada Mata Atlântica, composta por “Florestas Ombrófilas Densas a partir de um mosaico de florestas secundárias” (OLIVEIRA, 2002, p. 33). Além disso, destacam-se as praias de águas cristalinas compostas pela conexão de florestas e mar. São aproximadamente 113 praias (ILHA GRANDE, 2023) dos mais diversos tamanhos, algumas completamente isoladas e outras mais exploradas turisticamente. Destas 113, aproximadamente 23 localidades destacam-se segundo site da Ilha Grande (ILHA GRANDE, 2023).

Principais comunidades: 1 – Praia Vermelha | 3 – Enseada de Araçatiba | 4 – Longa | 5 – Ens. de Sítio Forte | 6 – Ens. do Bananal | 10 – Saco do Céu | 11 – Ens. das Estrelas | 12 – Ens. do Abraão | 13 – Ens. de Palmas | 19 – Dois Rios | 23 – Provetá. Núcleos habitados, praias semi desertas e desertas: 2 – Itaguaçú | 7 – Freguesia de Santana | 8 – Japariz | 9 – Funil | 14 – Jurubá | 15 – Castelhanos | 16 – Lopes Mendes | 17 – Santo Antonio | 18 – Caxadaço | 20 – Parnaioca | 21 – Aventureiro | 22 – Meros.

Mapa 11: Principais praias da Ilha Grande



Fonte: Site da Ilha Grande, 2023<sup>10</sup>.

Essa grande importância natural, social e cultural fez com que a Ilha Grande, junto ao município de Paraty recebesse, de forma pioneira no Brasil, a titulação de “Sítio Misto Patrimônio Mundial Natural e Cultural -Paraty e Ilha Grande” da UNESCO em 2019. A área que recebeu a titulação “compreende as seguintes unidades: o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, o Centro Histórico de Paraty e o Morro da Vila Velha” (IPHAN, 2019).

Mapa 12: o Sítio Misto Patrimônio Mundial-Paraty e Ilha Grande



Fonte: IPHAN (2019).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.ilhagrande.com.br/praias/>

Ou seja, a Ilha Grande e o município de Paraty têm diferenciais turísticos (naturais e culturais) reconhecidos internacionalmente. Em Paraty, há aproveitamento deste título em diversas ações publicitárias e de conservação ambiental e cultural, utilizando-o para dar visibilidade maior ainda às demandas das populações locais e de preservação. Porém, na Ilha Grande, apesar da enorme exploração turística local, não há menções significativas, placas, nem aproveitamento turístico presencial do título na Ilha. Nem mesmo nos dois principais portões de entrada da Ilha, os dois píeres localizados na Vila do Abraão, há qualquer menção significativa situando a Ilha Grande como patrimônio da Unesco.

Essa ausência de visibilidade é um caso a ser investigado, pois prejudica tanto as questões relacionadas à preservação e à sustentabilidade das comunidades tradicionais, quanto a própria exploração (leia-se, benéfica, e não predatória) turística da própria Ilha Grande, visto que seria mais um ponto de atração e reconhecimento da importância da preservação natural, social e cultural deste espaço.

#### *5.1.1.3 Breve caracterização histórica*

A história da Ilha Grande é extremamente rica, tendo diversos vieses no decorrer do tempo. Inicialmente habitada pelos indígenas Tamoios, que inclusive a batizaram como “*Ippaun Wasu*”, que traduz-se como Ilha Grande, foi avistada pelo navegador português Gonçalo Coelho em 6 de janeiro de 1502 (STADEN, 2010, p. 103).

Oliveira (2003) montou um quadro de divisão histórica e uso do território da Ilha no decorrer do tempo, sendo:

Quadro 17: uso e ocupação da Ilha Grande

<b>Tipo de uso e ocupação</b>	<b>Extensão</b>	<b>Ano</b>
Período Inicial: Extração		
Ocupação por pescadores, coletores e caçadores	Toda ilha	3000 AP
Ocupação indígena na época do contato com o europeu	Parte continental	1554-1557
Período Médio- extração		
Ilha como centro de abastecimento de embarcações	Parte continental	1580
Primeiro período de isolamento		
Período do contrabando: pau-brasil e escravos	Parte continental	
Período de pirataria	Redor marítimo e parte continental	XVI e XVII
Período de domesticação		
Cultivo da lavoura ou das grandes fazendas de escravos: cana-de-açúcar e café	Parte continental (Freguesia e Santana)	
Pesca e indústria de sardinha	Lado leste	
Presídios	Influência – toda Ilha	1903-1994
Isolamento, decadência das aldeias e venda de terras	Toda ilha	
Período atual		
Turismo	Toda ilha	1970

Fonte: Oliveira (2003) *apud* Xavier (2009, p. 52).

Xavier (2009) realiza uma profunda análise da história da Ilha em seu trabalho intitulado “aa”, de 2009, onde reitera que a Ilha Grande, durante o século XVI era utilizada também “para obtenção de água e alimento, tanto pelos portugueses, para evitar os Tamoios no continente, como por piratas e contrabandistas para evitar a fiscalização portuguesa” (XAVIER, 2009, p. 52). Além disso, essa atividade proporcionou o desenvolvimento dos primeiros núcleos populacionais nos moldes de cidade, onde “habitavam indivíduos que viviam do comércio que teria surgido para esse abastecimento” (XAVIER *op. cit.*).

Após um período de isolamento, a Ilha passa entre 1815 e 1822, a servir de entreposto para o contrabando de escravos e Pau-Brasil (Nesi, 1990 *apud* Xavier, 2009). Em seguida, é iniciado o plantio de culturas extensivas de cana-de-açúcar e posteriormente café:

Nos séculos XVIII e XIX, a floresta é desmatada para o plantio de cana-de-açúcar, sendo registrada a presença de seis usinas nas praias da Estrala, Matariz, Longa, Santana e Sítio Forte. Pouco depois, o cultivo de cana-de-açúcar dá lugar às lavouras de café, que se concentraram, principalmente, nas praias do Abraão e Sítio Forte. Em 1884, já em decadência das atividades agrícolas, em grande parte devido a precariedade do escoamento, é construído, por ordem do Imperador Don Pedro II, o Lazareto. (XAVIER, 2009, p. 53).

Fator importante a ser caracterizado é que após a construção do Lazareto, a população da Ilha concentrou-se na Vila do Abraão devido a oferta de empregos. Segundo Nesi (1990 *apud* Xavier, 2009, p. 53) “em 1911 a população já somava de oito a dez mil pessoas”.

Figura 7: ruínas do Lazareto



Fonte: Site do IlhaGrande.org

No início dos anos 1900, é criada a Colônia Correcional Cândido Mendes. Xavier (2009, p. 53) “Em 1903, o lazareto é transformado em presídio político e a Fazenda de Dois Rios é transformada na Colônia Correcional Cândido Mendes, que mais tarde passou a se chamar Colônia Agrícola do Distrito Federal”.

Nesi (1990) caracteriza que até 1962, a Ilha contava com dois presídios, quando houve ordem de demolição do Lazareto.

Durante muito tempo, a Ilha Grande foi conhecida como um local perigoso com presos fugitivos escondidos no mato e como uma ilha cercada por tubarões. As vilas que ficavam na rota de fuga, como a localizada na praia da Parnaioca, que chegou a ter mais de mil habitantes no final do século passado, foram abandonadas, a população foi afugentada pelo ataques dos presos. A criação em 1903 de colônias penais na Ilha Grande, onde é fundada a de Dois Rios consolida a utilização da ilha para uso correcional e torna-a um lugar de receio da população até o ano de 1994, com a desativação do último presídio existente na Ilha. (XAVIER, 2009, p. 54).

Sendo assim, a história da Ilha Grande é contada a partir de um longo período de utilização de seu território como área de isolamento e de proteção de nível nacional. Esse fator fez com que boa parte da natureza da Ilha ficasse preservada, e que o crescimento populacional ficasse estagnado, proporcionando a configuração territorial que observa-se atualmente. Possivelmente, caso a história da Ilha fosse outra, a exploração desordenada teria se

assemelhado à das demais regiões COSTA Verde. Ou seja, “essa situação levou a Ilha a apresentar, atualmente, um grande espaço natural em elevado estágio de conservação passível de ser explorado para a atividade turística (LEAL FILHA, 2006 *apud* XAVIER, 2009, p. 54).

Abaixo, demonstra-se em algumas imagens, pontos preservados da história da Ilha Grande.

Figura 8: painel sobre a história do IPCM no Museu do Cárcere, ECOMIG



Fonte: fotografado pelo autor.

Figura 9: roupas utilizadas na Colônia Penal em exposição no ECOMIG.



Fonte: fotografado pelo autor.

Figura 10: Maquinário antigo utilizado na estrada de Dois Rios pela administração da penitenciária.



Fonte: fotografado pelo autor.

Figura 11: Antiga lavanderia da Colônia Penal.



Fonte: fotografado pelo autor.

Figura 12: parte das ruínas restantes da demolição da Colônia Penal.



Fonte: fotografado pelo autor.

Figura 13: canoa tradicional caiçara no ECOMIG.



Fonte: fotografado pelo autor.

#### *5.1.1.4 Caracterização socioeconômica do aglomerado*

A pré-disposição natural, cultural, histórica e social do território da Ilha Grande, já destacada anteriormente, ocasionou o desenvolvimento de um aglomerado de atividades e serviços com o foco principal no turismo. Entretanto, toda uma malha de atividades subsequentes desdobra-se a partir destas.

De maneira geral, como o aglomerado conecta-se diretamente com o próprio território da Ilha, sendo explorada turisticamente toda a parte litorânea da mesma, a caracterização socioeconômica do território da Ilha é a própria caracterização socioeconômica do aglomerado.

A população da Ilha pode ser dividida entre a população tradicional caiçara e a população migrada, essa subdividindo-se em nichos socioeconômicos distintos, mas todos interligados no aglomerado:

i) Unidades de Conservação; ii) Instituições de Ensino (Superior, Médio, Técnico); iii) representações do poder público local; iv) representantes de organizações da sociedade civil (movimentos sociais, cooperativas, associações e sindicatos); v) representantes da prestação de serviços públicos essenciais; vi) população economicamente dependente do aglomerado, destacando como principais os: relacionados à hotelaria e hospedagem, relacionados ao serviço de transportes, relacionados à alimentação e gastronomia, relacionados ao atendimento ao turista e agenciamento de viagens, dentre outros.

#### *5.1.1.5 Caracterização econômica da região*

A região COSTA Verde, de modo geral, destaca-se pela atividade turística e prestação de serviços como as principais fontes de receita municipal. Além desta, destacam-se, segundo a Firjan (2023), as atividades de Fabricação de Equipamentos de Transporte, Construção de Embarcações e Estruturas Flutuantes, Comércio Varejista, Alojamentos, Construção de Edifícios, Serviços de Apoio Administrativo, Alimentação, Eletricidade, Gás e outros, e Geração de Energia Elétrica (sendo o município de Angra dos Reis, inclusive, sede das principais usinas nucleares do Brasil).

Abaixo observa-se o quadro do Painel Regional de Emprego Formal da Firjan, com os filtros dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, no período de janeiro de 2020 até março de 2023. A geração de empregos por setor espelha as principais atividades realizadas no território e o nível de pujança destas.

Figura 14: Painel Regional do Emprego Formal dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no período 2020 até 2023.



Fonte: Firjan (2023) com dados do novo CAGED/Ministério do Trabalho e Previdência.

### 5.1.1.6 Caracterização econômica do aglomerado

#### 5.1.1.6.1 Descrição da atividade principal

A atividade principal desenvolvida no Aglomerado é o Turismo, destacando-se principalmente no período de alta temporada, que se estende do início de dezembro até o final de março.

#### 5.1.1.6.2 Extensão do aglomerado e ligação com a região

O aglomerado tem seu núcleo na Ilha Grande, mais precisamente na Vila do Abraão, e estende-se por todo o território litorâneo da Ilha. Além disso, liga-se especialmente aos locais continentais dos quais saem linhas de transportes aquaviários de conexão com o núcleo, estes são: município de Mangaratiba (centro e Conceição de Jacareí) e Município de Angra dos Reis (centro). Além disso, também estende-se, menos intensamente, até o município de Paraty.

Figura 15: Navio de Cruzeiro ancorado na Vila do Abraão, Ilha Grande



Fonte: fotografado pelo autor.

#### 5.1.1.6.3 Principais atividades, produtos e serviços

Foi realizado um levantamento das principais atividades, e relacionados aos principais serviços e produtos correspondentes com o turismo na Ilha, chegando a seguinte listagem:

Quadro 18: relação entre atividades/nichos e serviços do arranjo

Atividade/Nicho	Serviço ou Produto correspondente
Exploração de Praias e balneários e Exploração de Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)	serviços de guia turístico e transportes até as praias, além de comercialização de trajes de banho;
Atividades de Mergulho com vida marinha	serviços de guias marítimos e barqueiros, além de comercialização de trajes adequados para mergulho;
Avistamento de animais nativos	serviços de guia turístico;
Trilhas, escalada e montanhismo	serviços de guia turístico e venda de materiais adequados à atividade, como roupas apropriadas;
Visitas à Museus e espaços de memória	serviços de guias e utilização de UCs e IEs;
Visitas à Monumentos históricos	serviços de guia turístico e barqueiros;
Visitas à Unidades de Conservação	Serviços de instrução e conscientização ambiental
Ideário populacional tradicional	Comercialização de produtos e experiências relacionadas à identidade caiçara, como pesca, produtos de artesanato, dentre outros

Transportes	Serviço de transporte público (barcas), e transportes particulares (flexboats, escunas e demais embarcações
	Aluguel de embarcações e jet-skis
Segurança	Serviço público de polícia e guarda-parques
Saúde	Serviço público de atendimento, e comércio de medicamentos
Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara
	Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa
	Bares
	Sorveterias, docerias, padarias
Hotelaria e Hospedagem	Mercados, mercearias, etc
	Hotéis e Pousadas
	Aluguéis por temporada
	Airbnb e campings

Fonte: elaborado pelo autor.

A exploração mais aprofundada destas atividades e distribuição no território foi completada na análise do Potencial Turístico.

#### 5.1.1.6.4 Principais mercados atendidos

Os principais mercados atendidos são os turistas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana de São Paulo, também se destacam o Estado de Minas Gerais, e o Estado do Espírito Santo. A nível internacional, os principais mercados atingidos são os turísticos da Europa e da América do Sul<sup>11</sup>.

#### 5.1.1.6.5 Grau de inovação incorporado, informações identitárias incorporadas ao produto e/ou processo, grau de ligação entre o produto e a região e possíveis fontes de vantagens comparativas

O grau de inovação incorporado aos produtos e processos é relativamente baixo, devido ao perfil das atividades serem predominantemente relacionadas à prestação de serviços de baixo incremento tecnológico.

No que diz respeito às informações identitárias incorporadas ao produto e/ou ao processo, a imagem da “Ilha Grande” é consideravelmente conhecida em âmbito nacional e

---

<sup>11</sup> Maior detalhamento pode ser encontrado no item “Perfil do Turista” desta dissertação.

internacional por sua atratividade turística natural, e principalmente por suas praias, contando até mesmo com site próprio, e amplas bases de imagens em vários mecanismos de pesquisa.

Exemplo disso é a existência do próprio site da Ilha, onde pode se encontrar a relação das praias, trilhas, hospedagens, e instruções de acesso e permanência na ilha:

Figura 16: print do site da Ilha Grande



Fonte: Site da Ilha Grande<sup>12</sup>

Entretanto, apesar da imagem da Ilha ser de fácil conhecimento, esta não é diretamente relacionada, por parte da exploração turística, à sua história e sua cultura, não tendo, por exemplo, indicações geográficas ou selos de origem para os produtos culturais e naturais feitos pela comunidade caiçara, tampouco inserção adequada da comunidade tradicional nas atividades turísticas, relegando-os, em grande maioria, a atividades de menor valor econômico agregado.

Entretanto existem, no território, museus e espaços de memória públicos dedicados à esta comunidade.

#### 5.1.1.6.6 Instituições de ensino e pesquisa ligadas (ou potenciais) ao aglomerado e Presença de instituições públicas e privadas na formação, operação e desenvolvimento do aglomerado

No território da Ilha há um campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente na Vila de Dois Rios (inclusive a Universidade é responsável pela administração da vila). O CEADS, Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável exerce papel crucial na preservação ambiental, no ordenamento territorial e na geração de pesquisas sobre o território da Ilha, principalmente no que concerne às ciências biológicas e marinhas.

Figura 17: CEADS/UERJ – Ilha Grande

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.ilhagrande.com.br/>



Fonte: fotografado pelo autor.

Como IES (Instituição de Ensino Superior), a UERJ, através do CEADS, é a única de fato estabelecida nos limites territoriais da Ilha Grande.

Entretanto, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao assumir a coordenação do antigo NEDET-BIG<sup>13</sup>, no molde do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande, via Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, após a descontinuação ocorrida em 2016 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, realiza diversas pesquisas no âmbito da Ilha Grande e de todo o seu entorno, configurando-se também como IES crucial para o desenvolvimento do aglomerado.

Além das duas supracitadas, existe, no município de Angra dos Reis um campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), que pode apoiar o desenvolvimento do arranjo. Também existem ações, mesmo que mais incipientes, relacionadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fato é que existe uma rede de IES presente no território da Ilha que podem realizar estudos mais aplicados relacionados ao desenvolvimento do arranjo, no que concerne traçar possíveis diretrizes de capacitação, resolução de problemas e incentivo à organização social, principalmente relacionada às ações de extensão universitária.

Existem também outros centros de formação que tem papel fundamental (que pode ser ampliado a partir de políticas de incentivo à expansão), como é o caso da “Brigada Mirim

---

<sup>13</sup> Ver tópico de Identificação Temática

Ecológica” que atua na missão de “promover a preservação sustentável do ambiente natural da Ilha Grande, contribuir para o desenvolvimento social da comunidade local e assegurar o pleno exercício da cidadania pelos jovens participantes de nossas atividades” (BRIGADA MIRIM, 2023). A brigada atua na formação de jovens em práticas de reciclagem, cultivo de algas marinhas, educação e conscientização ambiental, viveiro de mudas, educação e capacitação profissional em práticas relacionadas à temática do cultivo de mariscos, dentre outros.

#### 5.1.1.6.7 Presença de organizações sociais ligadas ao arranjo e governança

Foram identificadas algumas organizações sociais que se relacionam com o arranjo. A listagem abaixo foi organizada a partir da vivência da pesquisa de campo, e das bases disponíveis na Plataforma “Ilha Grande Humanidades”, e no trabalho de Mendonça (2010). A listagem obteve o seguinte resultado:

- AMAIG: Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande;
- AMHIG: Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande;
- Coletivo Educação Solidária;
- ATNA: Associação de Taxi Náutico do Abraão;
- AMA: Associação de Moradores do Abraão;
- Sindicato dos Pescadores e Pescadoras artesanais de Ilha Grande;
- APEB: Associação de Pousadas da Enseada do Bananal;
- ABIG: Associação de Barqueiros da Ilha Grande;
- AAPAA: Associação dos Artistas Plásticos e Artesãos do Abraão;
- Associação Curupira de Guias e Condutores de Visitantes da Ilha Grande;
- Associação de Empreendedores de Turismo da Enseada de Araçatiba;
- Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande;
- Associação de Moradores da Vila de Dois Rios;
- Associação de Moradores de Araçatiba;
- Associação de Moradores de Matariz;
- AMOP: Associação de Moradores de Provetá;
- AMAV: Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro;
- AMOTAP: Associação de Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaioca;
- APPAMP: Associação de Pescadores Profissionais, Artesanais e Maricultores de Provetá;

- Associação de Pousadas da Enseada de Bananal e Sítio Forte;
- Carreteiro Legal (associação dos carreteiros da Ilha);
- CODIG: Comitê de Defesa da Ilha Grande;
- OSIG: Organização para a Sustentabilidade da Ilha Grande;
- GEVIG: Grupo Ecológico de Voo da Ilha Grande;

Além disso, considerou-se o relatório preparado para a FUNBIO, supervisionado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), pela empresa Socioambiental Consultores Associados, intitulado “Concepção do Sistema de Ordenamento Turístico Sustentável da Ilha Grande e Sistema de Sustentabilidade Financeira das UC que a compõem”, de 2012, onde chegou-se a uma matriz de reconhecimento de atores sociais locais atuantes no território:

Quadro 19: Mapa dos principais atores sociais atuantes na Ilha Grande-RJ – PARTE 1

Quadro 2: Mapa dos principais atores sociais atuantes na Ilha Grande - RJ (preliminar)									
	Abrão	Saco do Céu/Japariz	Palmas/Lopes Mendes	Dois Rios/Parnaíoca	Aventureiro	Proveta	Araçatiba	Bananal	Sem localização especificada
Pousadas, hotéis, restaurantes e empreendimentos turísticos	Associação de meios de hospedagem da Ilha Grande - AMIG (Fred) Associação Conquista de Guia (Renato) Associação dos Carreteiros						Associação de Empreendedores de Turismo da Enseada de Araçatiba (Rogério Mel)	Associação de Pousadas da Enseada do Bananal (Preto)	Ilha Grande Convention & Visitors Bureau (Eduardo Galante)
Moradores	Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande - AMAIG (Luiz Oliveira e Paulo Diniz)	Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande - AMAIG*	Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande - AMAIG*	Associação dos Moradores de Dois Rios - AMVDR (Hélio) Associação de Moradores, Tradicionais e Amigos da Parnaíoca - AMOTAP (Janete)	Associação de Moradores e Amigos da Aventureiro - AMAV (Neuseli e Luiz do Aventureiro)	Associação dos Moradores de Proveta (Manoelzinho)	Associação de Moradores de Araçatiba (Mauricio Jose Santos)	Associação de Moradores de Matariz (Beto)	
Poder público municipal - turismo	TurisAngra (Jaqueline)				TurisAngra (Jaqueline)				TurisAngra (Marcos Barbosa)
Poder público municipal - urbanismo e meio ambiente	PMAR - Secretaria Municipal Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Cássio)								PMAR - Secretaria Municipal Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Cássio)
Academia				UERJ/CEADS (Marcos Bastos e Morelene Cadet) UFF	UFRRJ (Teresa Cristina Mendonça)				UFRJ
ONGs	CODIG (Alexandre Oliveira) Brigada Mirim Ecológica (Armando Klabin) Liga Cultural Afro-brasileira (Adriano da Guia) Organização para a Sustentabilidade da Ilha Grande - OSIG				Instituto Ondular (Henrique)		Organização das Pessoas de Araçatiba - OPA (Sara)	ONG Cio da Terra (Armando)	Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande CONSIG (Valdir e Carlos Borges) SAPE (José Rafael Ribeiro) Instituto BioAtlântico Parceria da Terra (Cristiano Pontes)

Fonte: Da-Ré, 2012, p. 8-9.

Quadro 20: Mapa dos principais atores sociais atuantes na Ilha Grande-RJ – PARTE 2

	Abraxão	Saco do Céu/Japaratú	Palmas/Lopes Mendes	Dois Rios/Parnaíoca	Aventureiro	Proveta	Araçatiba	Bananal	Sem localização especificada
Pesca e Maricultura							Associação dos Maricultores Sítio Forte (Roberto)		Colônia de Pescadores (Alexandre de Castro Silveira) Sindicato dos Produtores da Pesca da Baía de Ilha Grande - SINPPEBIG (Jediel de Castro)
Transporte náutico									Bancas S/A Associação de Barqueiros (Luis Felipe Rubato) Capitânia dos Portos Cooperar IGT (Ilha Grande Turismo)
Outros	Jornal O FOGO (Nelson Petrone) Grupo Vôo Livre (Luciano Gama).					Igreja Evangélica (Pastor Eliseu)			PMAR; Subprefeitura da Ilha Grande PMAR - Secretaria de Alianças Econômicas/Suli-Secretaria da Pesca Fundação Instituto de Pesca do Estado do RJ - FIPERJ Sindicato RJ OAB Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Câmara Municipal de Angra dos Reis Prefeitura Municipal de Mangaratiba Tursa Rio Polícia Militar

Fonte: Da-Ré, 2012, p. 8-9.

#### 5.1.1.6.8 Existência de mecanismos de apoio ao desenvolvimento por parte do setor público e privado

Existem alguns mecanismos diretamente ligados ao desenvolvimento da atividade do APL, direta ou indiretamente, desde as políticas de âmbito nacional já citadas no referencial teórico, no âmbito do MinTur, do MI, do MDA, dentre outros, até outras de âmbito mais focalizado. Destacam-se o papel da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (FLUMITUR), da Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra), bem como secretarias estaduais e federais e demais órgãos ligados à estruturação do turismo.

Algumas iniciativas de incentivo ao desenvolvimento a partir de atividades turísticas no território são:

- Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande, de 1997;
- Programa de Melhores Práticas de Ecoturismo – MPE, Pólo Ilha Grande, de 2002;
- Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande, de 2004;
- Turismo Qualificado e Sustentável – Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande, de 2007/2008;
- O Povo do Aventureiro: fortalecimento do Turismo de Base Comunitária, de 2009/2010;
- Programa de Sustentabilidade Socioambiental da Praia Longa, de 2009;

Quanto aos listados anteriormente, seu detalhamento pode ser encontrado, de maneira extremamente organizada no trabalho de tese de doutorado de Teresa Cristina de Miranda Mendonça (2010), intitulado “Que paraíso é esse?: a turismização da Ilha Grande”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Além dos acima listados, destaca-se a estruturação do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG), no âmbito do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande<sup>14</sup>, como mecanismo de apoio ao desenvolvimento territorial pautado na estruturação de observadores territoriais por unidade de gestão de bacia hidrográfica, tendo, inclusive, observadores na própria Ilha Grande.

#### 5.1.1.6.9 Existência de linhas específicas de crédito ou política tributária

Não foram identificadas políticas de crédito ou tributárias específicas ao incentivo ao desenvolvimento deste arranjo.

#### 5.1.2 Potencial Turístico

O Arranjo Produtivo Local referido tem como a principal atividade o turismo. Deste viés principal, destacam-se algumas atividades secundárias. Buscou-se elaborar uma lista das principais atividades turísticas realizadas na Ilha, da seguinte maneira:

- Exploração de praias e balneários;
- Exploração de cursos d’água banháveis, como rios, cachoeiras e outros;
- Atividades de nado e mergulho com vida marinha;
- Atividades de avistamento de animais nativos, como pássaros e outros;
- Trilhas;
- Escalada e Montanhismo;
- Visita à museus, espaços de memória, monumentos históricos;
- Visita à Unidades de Conservação;
- Vivência com a comunidade caiçara;
- Passeios de barco;
- Experiências gastronômicas;
- Experiências diversas de imersão na natureza.

---

<sup>14</sup> Ver tópico 4.2 “Identificação Temática e o Papel do Colegiado BIG”

Após a identificação das atividades, buscou-se adequar aos moldes da divisão de análise do Potencial Turístico, entre Atrativos e Recursos Turísticos, e Equipamentos, Infraestrutura e Serviços Turísticos. Nesta etapa, foram identificados fatores além das atividades, conforme o quadro constante:

Quadro 21: Recursos, Atrativos, Equipamentos, Infraestrutura e Serviços do Turismo presentes na Ilha Grande

Classificação	Tipo	Subtipo
Atrativos e Recursos Turísticos	Naturais	Praias e balneários
		Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)
		Mergulho com vida marinha
		Avistamento de animais nativos
		Trilhas, escalada e montanhismo
	Culturais, Históricos	Museus e espaços de memória
		Monumentos históricos
		Unidades de Conservação
		Ideário populacional tradicional
Equipamentos, Infraestrutura e Serviços turísticos	Transportes	Serviço de transporte público (barcas)
		Flexboat
		Escunas e demais embarcações
		Outros
	Segurança	Delegacias
	Saúde	Farmácias e postos de saúde
	Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara
		Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa
		Bares
		Sorveterias, doceterias, padarias
	Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas
		Aluguéis por temporada
		Airbnb e campings
	Diversos	Mercados, mercearias, etc

Fonte: elaborado pelo autor.

Após a listagem, buscou-se elementar 10 subáreas de exploração turística na Ilha Grande, escolhidas por terem as maiores concentrações populacionais, sem ordem de classificação dada a deficiência dos dados populacionais existentes para cada localidade. Cada uma das subáreas tem um núcleo (localidade mais conhecida/procurada ou com maior

adensamento populacional), e áreas subjacentes, que normalmente são visitadas em conjunto com o núcleo.

Ressalta-se aqui que as 10 áreas elencadas são exploradas turisticamente de alguma forma. Há áreas na Ilha Grande que não são exploradas turisticamente de maneira significativa, principalmente por pertencerem a áreas de Unidade de Conservação, ou serem de difícil acesso.

Logo, pode se organizar as localidades da seguinte forma:

Quadro 22: distribuição das localidades na Ilha Grande por concentração dos atrativos turísticos.

Número	Núcleo	Local
		Área direta de influência
1	Vila do Abraão	Abraãozinho; Júlia; Crena; Bica; Prêta; Galego
2	Provetá	Provetá
3	Saco do Céu	Feiticeira; Iguaçu; Camiranga; Perequê; Fora; Rapozinho; Praia do Amor; Jacinto
4	Matariz	Aripeba; Maguaraquissaba; Tapera; Sítio Forte; Ubatuba
5	Araçatiba	Araçatibinha; Praia Longa; Praia Vermelha; Praia da Cachoeira; Ponta do Acaíá e Gruta do Acaíá
6	Japariz	Freguesia de Santana; Lagoa Azul; Ilha dos Macacos
7	Palmas	Lopes Mendes; Praia do Mangue; Praia do Pouso; Praia da Aroeira; Arrecifes; Castelhanos
8	Dois Rios	Dois Rios
9	Bananal	Bananal Pequeno; Praia da Baleia
10	Aventureiro	Parnaioca

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.1 Vila do Abraão (Abraãozinho, Júlia, Crena, Bica, Prête, Galego)

Quadro 23: Avaliação do Potencial Turístico na Vila do Abraão e adjacências

Local Principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificação	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade				
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevante (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)										
Vila do Abraão (Abraãozinho; Júlia; Crena; Bica; Prête; Galego)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários					4		3,8	Diferenciad o	4,025	Exclusivo	4,2	Exclusivo				
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)					4											
			Mergulho com vida marinha				3												
			Avistamento de animais nativos				3												
			Trilhas, escalada e montanhismo						5										
		Culturais, Históricos	Museus e espaços de memória				3			4,25	Exclusivo	4,025	Exclusivo	4,2	Exclusivo				
			Monumentos históricos						5										
			Unidades de Conservação					4											
			Idéario populacional tradicional						5										
		Transportes	Serviço de transporte público (barcas)						5	4,5	Exclusivo	4,025	Exclusivo	4,2	Exclusivo				
			Flexboat					4											
			Escunas e demais embarcações						5										
			Outros					4											
		Segurança	Delegacias						4	4	Diferenciad o	4,4	Exclusivo	4,2	Exclusivo				
		Saúde	Farmácias e postos de saúde						5	5	Exclusivo								
		Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara			2				3,5	Diferenciad o								
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa					4											
			Bares					4											
			Sorveterias, docerias, padarias					4											
		Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas						5	4,333	Exclusivo	4,4	Exclusivo	4,2	Exclusivo				
			Alugueis por temporada					4											
		Diversos	Airbnb e campings					4											
		Diversos	Mercados, mercearias, etc						5	5	Exclusivo								

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.2 Provetá

Quadro 24: Avaliação do Potencial Turístico em Provetá e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade	
				Inexistente (0)	Exiguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)							
Provetá	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	3,8	Diferenciado	3,2	Diferenciado	3,0	Relevante	
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)				3									
			Mergulho com vida marinha				3									
			Avistamento de animais nativos					4								
			Trilhas, escalada e montanhismo					4								
		Culturais, Históricos e Outros	Museus	0						2,5	Relevante	2,8	Relevante	3,0	Relevante	
			Monumentos históricos		1											
			Unidades de Conservação					4								
			Ideário populacional tradicional						5							
	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0						3,0	Relevante	4,0	Diferenciado	3,0	Relevante	
			Flexboat					4								
			Escunas e demais embarcações					4								
			Outros					4								
		Segurança	Delegacias						4							
		Alimentação	Saúde	Farmácias e postos de saúde	0						0,0	Inexistente				
			Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara						4							
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa				3									
			Bares				3									
	Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas	Sorveterias, doceterias, padarias		2											
			Alugueis por temporada				3									
		Diversos	Airbnb e campings						4							
			Mercados, mercearias, etc				3				3,0	Relevante				

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.3 Saco do Céu (Feiticeira, Iguacu, Camiranga, Perequê, Fora, Rapozinho, Praia do Amor, Jacinto)

Quadro 25: Avaliação do Potencial Turístico no Saco do Céu e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificação	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade			
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)									
Saco do Céu (Feiticeira; Iguacu; Camiranga; Perequê; Fora; Rapozinho; Praia do Amor; Jacinto)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	4,6	Exclusivo	3,4	Diferenciado	2,5	Relevante			
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						5									
			Mergulho com vida marinha						5									
			Avistamento de animais nativos						4									
			Trilhas, escalada e montanhismo						4									
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	0						2,25	Relevante	3,4	Diferenciado					
			Monumentos históricos		1													
			Unidades de Conservação						4									
			Ideário populacional tradicional						4									
	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0						2	Pouco Relevante	3,4	Diferenciado					
			Flexboat						4									
			Escunas e demais embarcações						4									
			Outros	0														
		Segurança	Delegacias	0						0	Inexistente	3,4	Diferenciado					
			Saúde	Farmácias e postos de saúde	0													
		Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caíçara					3		3	Relevante	3,4	Diferenciado					
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa					3										
			Bares					3										
			Sorveterias, doceterias, padarias					3										
	Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas	Hotéis e Pousadas						4	3,667	Diferenciado	3,4	Diferenciado					
			Alugueis por temporada					3										
		Diversos	Airbnb e campings						4									
		Diversos	Mercados, mercearias, etc		1					1	Exíguo	3,4	Diferenciado	3,4	Relevante	3,4	Relevante	

Fonte: elaborado pelo autor.

#### 5.2.2.4 Matariz (Aripeba, Maguaraquissaba, Tapera, Sítio Forte, Ubatuba)

Quadro 26: Avaliação do Potencial Turístico em Matariz e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade						
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)												
Matariz (Aripeba; Maguaraquissaba; Tapera; Sítio Forte; Ubatuba)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	4,6	Exclusivo	4,1	Exclusivo	3,4	Diferenciado						
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						5												
			Mergulho com vida marinha					4													
			Avistamento de animais nativos					4													
			Trilhas, escalada e montanhismo					5													
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	0						3,5	Diferenciado	2,8	Relevante								
			Monumentos históricos						5												
			Unidades de Conservação					4													
			Ideário populacional tradicional					5													
			Serviço de transporte público (barcas)	0																	
	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Flexboat					4		3,0	Relevante	3,4	Diferenciado								
			Escunas e demais embarcações					4													
			Outros					4													
			Segurança	Delegacias	0					0,0	Inexistente	2,8	Relevante								
			Saúde	Farmácias e postos de saúde				4				4,0	Diferenciado								
		Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara					4		3,3	Diferenciado										
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa					4													
			Bares				3														
			Sorveterias, doceterias, padarias		2																
			Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas				4		3,7	Diferenciado										
			Alugueis por temporada			3															
			Airbnb e campings					4													
		Diversos	Mercados, mercearias, etc				3			3,0	Relevante										

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.5 Araçatiba (Araçatibinha, Praia Longa, Praia Vermelha, Praia da Cachoeira, Ponta do Acaíá, Gruta do Acaíá)

Quadro 27: Avaliação do Potencial Turístico em Araçatiba e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade			
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)									
Araçatiba (Araçatibinha; Praia Longa; Praia Vermelha; Praia da Cachoeira; Ponta do Acaíá e Gruta do Acaíá)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	4,6	Exclusivo	3,7	Diferenciado	3,1	Diferenciado			
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						5									
			Mergulho com vida marinha						5									
			Avistamento de animais nativos						4									
			Trilhas, escalada e montanhismo						4									
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	0						2,8	Relevante	3,7	Diferenciado					
			Monumentos históricos			2												
			Unidades de Conservação						4									
			Ideário populacional tradicional						5									
		Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0						3,0	Relevante	3,7	Diferenciado					
			Flexboat						4									
			Escunas e demais embarcações						4									
			Outros						4									
		Segurança	Delegacias	0						0,0	Inexistente	3,7	Diferenciado					
			Saúde	Farmácias e postos de saúde	1													
		Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara						5	4,3	Exclusivo	3,7	Diferenciado					
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa						5									
			Bares				3											
			Sorveterias, doceterias, padarias						4									
		Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas						5	4,3	Exclusivo	3,7	Diferenciado					
			Alugueis por temporada						4									
			Airbnb e campings						4									
		Diversos	Mercados, mercearias, etc					3		3,0	Relevante	3,7	Diferenciado					

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.6 Japariz (Freguesia de Santana; Lagoa Azul; Ilha dos Macacos)

Quadro 28: Avaliação do Potencial Turístico em Japariz e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade	
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)							
Japariz (Freguesia de Santana; Lagoa Azul; Ilha dos Macacos)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						4		4,4	Exclusivo	4,0	Diferenciado	3,0	Relevante
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						4							
			Mergulho com vida marinha						5							
			Avistamento de animais nativos						5							
			Trilhas, escalada e montanhismo						4							
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	1							3,5	Diferenciado	3,0	Relevante	3,0	Relevante
			Monumentos históricos						5							
			Unidades de Conservação						4							
			Ideário populacional tradicional						4							
		Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0							3,5	Diferenciado	2,0	Relevante	3,0	Relevante
			Flexboat						4							
			Escunas e demais embarcações						5							
			Outros						5							
			Segurança	Delegacias	0								0,0	Inexistente		
		Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Saúde	Farmácias e postos de saúde	0								0,0	Inexistente		
			Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara					4		3,3	Diferenciado	2,0	Relevante	3,0	Relevante
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa						4							
			Bares					3								
			Sorveterias, doceterias, padarias		2											
		Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas						4		3,3	Diferenciado	2,0	Relevante	3,0	Relevante
			Alugueis por temporada					3								
		Diversos	Airbnb e campings					3								
			Mercados, mercearias, etc			2						2,0	Pouco Relevante			

Fonte: elaborado pelo autor.

**5.2.2.7 Palmas (Lopes Mendes, Praia do Mangue, Praia do Pouso, Praia da Aroeira, Arrecifes, Castelhanos)**

Quadro 29: Avaliação do Potencial Turístico em Palmas e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificação	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)						
Palmas (Lopes Mendes; Praia do Mangue; Praia do Pouso; Praia da Aroeira; Arrecifes; Castelhanos)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	5,0	Exclusivo	4,1	Exclusivo	3,2	Diferenciado
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						5						
			Mergulho com vida marinha						5						
			Avistamento de animais nativos						5						
			Trilhas, escalada e montanhismo						5						
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	1						3,3	Diferenciado	2,3	Relevante	3,2	Diferenciado
			Monumentos históricos						4						
			Unidades de Conservação						4						
			Ideário populacional tradicional						4						
		Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0						3,3	Diferenciado	0,0	Inexistente	3,2	Diferenciado
			Flexboat						5						
			Escunas e demais embarcações						4						
			Outros						4						
		Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Segurança	Delegacias	0					3,3	Diferenciado	0,0	Inexistente	3,2	Diferenciado
			Saúde	Farmácias e postos de saúde	0										
			Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara					4						
				Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa					4						
		Hotelaria e hospedagem	Bares				3			4,3	Exclusivo	3,0	Relevante	3,2	Diferenciado
			Sorveterias, doceterias, padarias		2										
			Hotéis e Pousadas						5						
			Alugueis por temporada						4						
			Airbnb e campings						4						
		Diversos	Mercados, mercearias, etc					3							

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.8 Dois Rios

Quadro 30: Avaliação do Potencial Turístico em Dois Rios e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade		
				Inexistente (0)	Exíguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenci ado (3 < x ≤ 4)	Exclusi vo (4 < x ≤ 5)								
Dois Rios	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	5,0	Exclusivo	4,9	Exclusivo	3,02	Diferenciado		
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						5								
			Mergulho com vida marinha						5								
			Avistamento de animais nativos						5								
			Trilhas, escalada e montanhismo						5								
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória						5	4,8	Exclusivo	4,9	Exclusivo	3,02	Diferenciado		
			Monumentos históricos						5								
			Unidades de Conservação						5								
			Ideário populacional tradicional					4									
			Serviço de transporte público (barcas)	0													
Dois Rios	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Flexboat						5	1,8	Pouco Relevante	3,02	Diferenciado	1,2	Pouco Relevante		
			Escunas e demais embarcações	1													
			Outros	1													
			Segurança	Delegacias			3										
		Alimentação	Saúde	Farmácias e postos de saúde	1					1,3	Pouco Relevante	3,02	Diferenciado				
			Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara				3										
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa		1												
			Bares		1												
			Sorveterias, doceterias, padarias	0													
Dois Rios	Hotelaria e hospedagem	Hotéis e Pousadas	0							0,0	Inexistente	3,02	Diferenciado				
		Alugueis por temporada	0														
		Airbnb e campings	0														
		Diversos	Mercados, mercearias, etc	0													

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.9 Bananal (Bananal Pequeno, Praia da Baleia)

Quadro 31: Avaliação do Potencial Turístico no Bananal e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade	
				Inexistente (0)	Exígua (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)							
Bananal (Bananal Pequeno; Praia da Baleia)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						4		3,8	Diferenciado	3,2	Diferenciado	2,6	Relevante
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)		1											
			Mergulho com vida marinha						5							
			Avistamento de animais nativos					4								
			Trilhas, escalada e montanhismo						5							
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória		1						2,5	Relevante	2,0	Pouco Relevante	2,6	Relevante
			Monumentos históricos		1											
			Unidades de Conservação					4								
			Ideário populacional tradicional					4								
	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0							2,8	Relevante	2,0	Pouco Relevante	2,6	Relevante
			Flexboat					4								
			Escunas e demais embarcações					4								
			Outros				3									
		Alimentação	Segurança	Delegacias	0						3,5	Diferenciado	2,0	Pouco Relevante	2,6	Relevante
			Saúde	Farmácias e postos de saúde	0											
			Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara						4							
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa						5							
		Hotelaria e hospedagem	Bares				3				3,7	Diferenciado	2,0	Pouco Relevante	2,6	Relevante
			Sorveterias, doceterias, padarias		2											
			Hotéis e Pousadas					4								
		Diversos	Alugueis por temporada				3				2,0	Pouco Relevante	2,0	Pouco Relevante	2,6	Relevante
			Airbnb e campings					4								
		Mercados, mercearias, etc		2												

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.10 Aventureiro (Parnaioca)

Quadro 32: Avaliação do Potencial Turístico no Aventureiro e adjacências

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Avaliação						Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial Turístico por Tipo	Média Total por Classificaçã o	Avaliação do Potencial Turístico por Classificaçã o	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Turístico por Localidade
				Inexistente (0)	Exiguo (0 < x ≤ 1)	Pouco Relevante (1 < x ≤ 2)	Relevant e (2 < x ≤ 3)	Diferenciado (3 < x ≤ 4)	Exclusivo (4 < x ≤ 5)						
Aventureiro (Parnaioca)	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários						5	5	Exclusivo	4,0	Diferenciado	2,9	Relevante
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						5						
			Mergulho com vida marinha						5						
			Avistamento de animais nativos						5						
			Trilhas, escalada e montanhismo						5						
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	1						3	Relevante	1,8	Pouco Relevante	2,9	Relevante
			Monumentos históricos	1											
			Unidades de Conservação						5						
			Ideário populacional tradicional						5						
	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	0						2,75	Relevante	1,8	Pouco Relevante	2,9	Relevante
			Flexboat						5						
			Escunas e demais embarcações			3									
			Outros			3									
		Alimentação	Segurança	Delegacias	0					2	Pouco Relevante	1,8	Pouco Relevante	2,9	Relevante
			Saúde	Farmácias e postos de saúde	0										
			Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caiçara				3								
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa				3								
		Hotelaria e hospedagem	Bares		1					4	Diferenciado	1,8	Pouco Relevante	2,9	Relevante
			Sorveterias, doceterias, padarias		1										
			Hotéis e Pousadas					4							
		Diversos	Alugueis por temporada				3			5	Pouco Relevante	1,8	Pouco Relevante	2,9	Relevante
			Airbnb e campings						5						
			Mercados, mercearias, etc			2				2	Pouco Relevante	1,8	Pouco Relevante	2,9	Relevante

Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.2.2.11 Ilha Grande (total)

O somatório das avaliações individuais dos 10 sublocais ocasionou no quadro de avaliação do Potencial Turístico da Ilha Grande, obtendo critério Diferenciado.

Quadro 33: Avaliação do Potencial Turístico da Ilha Grande

Local principal (adjacências e área de influência)	Classificação	Tipo	Subtipo	Média Total por Tipo	Avaliação do Potencial por Tipo	Média Total por Classificação	Avaliação do Potencial por Classificação	Média Total por Local	Avaliação do Potencial Total do Local
Ilha Grande	Recursos e Atrativos Turísticos	Naturais	Praias e balneários	4,46	Exclusivo	3,84	Diferenciado	3,09	Diferenciado
			Cursos d'água banháveis (rios e cachoeiras)						
			Mergulho com vida marinha						
			Avistamento de animais nativos						
			Trilhas, escalada e montanhismo						
		Culturais, Históricos e Outros	Museus e espaços de memória	3,23	Diferenciado	2,35	Relevante	3,09	Diferenciado
			Monumentos históricos						
			Unidades de Conservação						
			Ídeário populacional tradicional						
	Equipamentos, Infraestrutura e serviços turísticos	Transportes	Serviço de transporte público (barcas)	2,95	Relevante	2,35	Relevante	3,09	Diferenciado
			Flexboat						
			Escunas e demais embarcações						
			Outros						
		Segurança	Delegacias	1,10	Pouco Relevante	2,35	Relevante	3,09	Diferenciado
			Farmácias e postos de saúde	1,10	Pouco Relevante				
		Alimentação	Restaurantes e estabelecimentos de comida tradicional caíçara	3,03	Diferenciado	2,35	Relevante	3,09	Diferenciado
			Restaurantes e estabelecimentos de comida diversa						
			Bares						
			Sorveterias, doceterias, padarias						
			Hotéis e Pousadas	3,50	Diferenciado	2,35	Relevante	3,09	Diferenciado
			Alugueis por temporada						
			Airbnb e campings						
		Diversos	Mercados, mercearias, etc	2,40	Relevante	2,35	Relevante	3,09	Diferenciado

Fonte: elaborado pelo autor.

De maneira geral, o observado foi que todas as localidades elencadas obtiveram avaliações “Relevante” (entre 2 e 3), “Diferenciado” (entre 3 e 4) ou “Exclusivo” (entre 4 e 5), ou seja, o território da Ilha Grande tem potencial turístico considerável, obtendo critério “Diferenciado” em seu total, com avaliação de 3,09.

Atenta-se que há maiores avaliações nos recursos e atrativos turísticos, principalmente os naturais, mas também os culturais e históricos, tendo grande relevância, por parte do turista, na escolha da Ilha Grande como destino turístico, obtendo avaliação “diferenciada” de 3,84. Os equipamentos, infraestrutura e serviços turísticos são menos relevantes no potencial turístico da

Ilha, em comparação com os recursos e atrativos, mas ainda assim são relevantes, obtendo classificação “relevante” de 2,35.

Dentro do grupo de Equipamentos, Infraestrutura e Serviços, as menores avaliações foram obtidas na Segurança (1,10) e na Saúde (1,10), visto que, mesmo havendo no território da Ilha delegacias e uma Unidade de Saúde, a concentração, a grande extensão territorial e a dificuldade de locomoção entre os locais pode afetar a eficiência da utilização desta infraestrutura pública.

Em relação aos transportes, o resultado da avaliação foi “relevante”, com 2,95. Essa avaliação é explicada pela ampla gama de meios de transporte existentes, mesmo sendo todos aquaviários, visto que o território é insular. Porém, mesmo tendo variadas opções como barcas (transporte público), flexboats, lanchas, escunas e demais embarcações privadas, há duas críticas principais a serem observadas:

- i) a única opção de transporte público (barcas), que fazem a conexão da Ilha com Mangaratiba e Angra dos Reis (continental), tem horários muito restritos tanto de saída quanto de chegada, sendo basicamente uma ida e uma volta por dia para cada um destes destinos, com horários variando entre dias úteis e finais de semana<sup>15</sup>. dificultando extremamente a possibilidade de movimentos pendulares diários por parte da população, e também o deslocamento dos turistas. Além disso, o tempo de viagem é alto, de aproximadamente 80 minutos, podendo variar para mais. O valor da passagem, em 2023, é de R\$ 20,50<sup>16</sup>. Aqui aponta-se a possibilidade e necessidade de embarcações públicas menores com maior oferta de horários.

Figura 18: Barca Mangaratiba x Ilha Grande no Cais de Mangaratiba

---

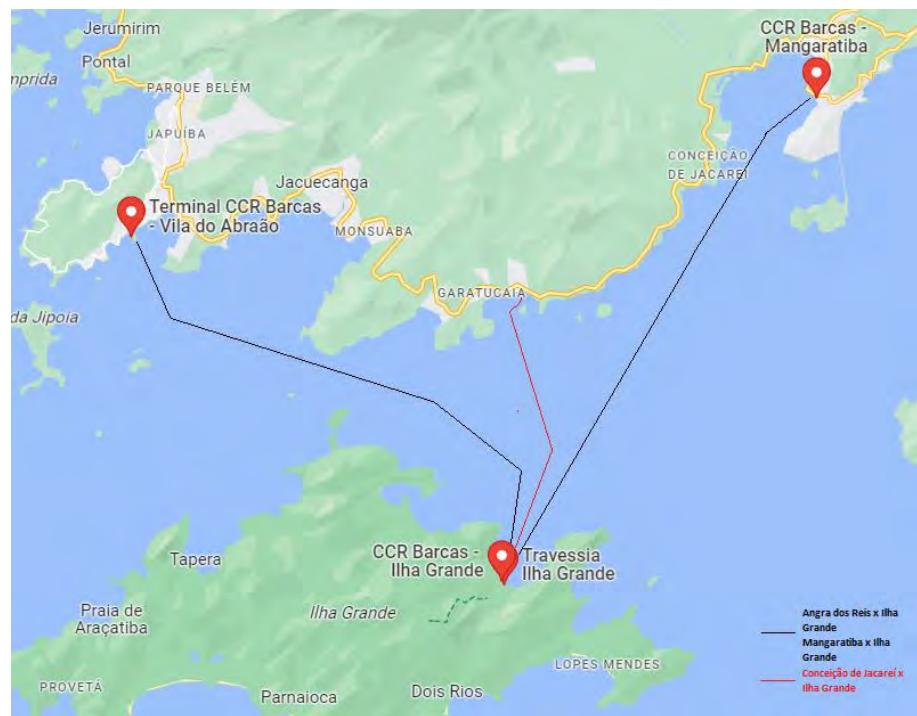
<sup>15</sup> Consultar grade de horários no site da empresa CCR, responsável pela administração do serviço de barcas.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://barcas.grupocr.com.br//linhas-horarios-tarifas>



Fonte: fotografado pelo autor.

Mapa 13: Rotas dos principais transportes de acesso à Ilha Grande



Fonte: elaborado pelo autor.

- ii) As embarcações privadas são mais rápidas, contam com píer exclusivo, e a possibilidade de viagens partindo de Conceição de Jacareí (localidade em Mangaratiba que é mais próxima da Ilha Grande do que o píer do centro de Mangaratiba e do que o píer de Angra dos Reis). Além disso, possuem variadas opções de horários, sendo pelo menos 6 opções por dia, diferente das barcas, podendo fazer o trajeto Ilha Grande x Conceição de Jacareí em até 25 minutos, dependendo da embarcação. Entretanto, o custo da viagem nas embarcações privadas é consideravelmente mais alto do que o das barcas, variando de 40 reais (valor mais baixo observado em uma escuna que leva 60 minutos para fazer a

travessia) até 120 reais (valor mais caro observado em um *flexboat* que leva 25 minutos para fazer a travessia), dependendo do dia e do horário da viagem. Além disso, as viagens de um local para outro da Ilha só podem ser realizadas pelos turistas com embarcações privadas, visto que na Ilha não há automóveis motorizados disponíveis para a população. O valor das viagens varia de acordo com o destino, mas os pacotes mais comuns, como “meia-volta” e “volta na Ilha” são vendidos, respectivamente, em média de R\$ 100 e R\$ 160.

Figura 19: Flexboat na Ilha Grande



Fonte: Agência Angra dos Reis Turismo<sup>17</sup>

Mapa 14: Rotas dos transportes privados do continente para a Ilha Grande, realizados pela empresa TopTransfer (uma das principais que realizam o serviço).

<sup>17</sup> Disponível em: <https://angradosreisturismo.com.br/products/travessia-ilha-grande>



Fonte: Site da TopTransfer<sup>18</sup>.

Discorrendo sobre Alimentação e Hospedagem & Hotelaria, temos avaliações “diferenciado” para ambos, respectivamente com 3,03 e 3,50. Há uma grande gama de restaurantes distribuídos nas 10 localidades principais da Ilha, principalmente na Vila do Abraão (também destacam-se Matariz e Provetá), a maioria de culinárias variadas, mas também há alguns de culinária caiçara, mesmo que escassos em comparação aos demais. Quando tratamos de bares, sorveterias, doceterias e padarias, há maior concentração na Vila do Abraão e em Provetá. Sobre os diversos, como mercados, mercearias e outros, o destaque maior também é para a Vila do Abraão, tendo escassas opções em outras localidades.

Acerca da Hospedagem & Hotelaria, a Ilha Grande oferece muitas opções, desde pousadas simples, casas de aluguel e “Airbnbs”, a chalés e pousadas de luxo. Há maior concentração de opções na Vila do Abraão e seus arredores, porém podem ser encontradas boas opções de hospedagem em todas as 10 localidades destacadas. Um fator importante é o valor das estadias na Ilha, sendo consideravelmente altos em relação à outros locais COSTA Verde, principalmente nas épocas de alta temporada, como férias de janeiro, dentre outros.

Analizando por Classificação, vê-se que há um destaque considerável, em todas as localidades, para os Recursos e Atrativos Turísticos, em comparação aos Equipamentos, Infraestrutura e Serviços. Principalmente nos Recursos e Atrativos Naturais, das 10 localidades analisadas, 7 obtiveram a avaliação “exclusivo” neste subitem, sendo as demais 3

<sup>18</sup> Disponível em: <https://toptransferbrasil.com.br/travessia-ilha-grande/>. Acesso em: maio de 2023.

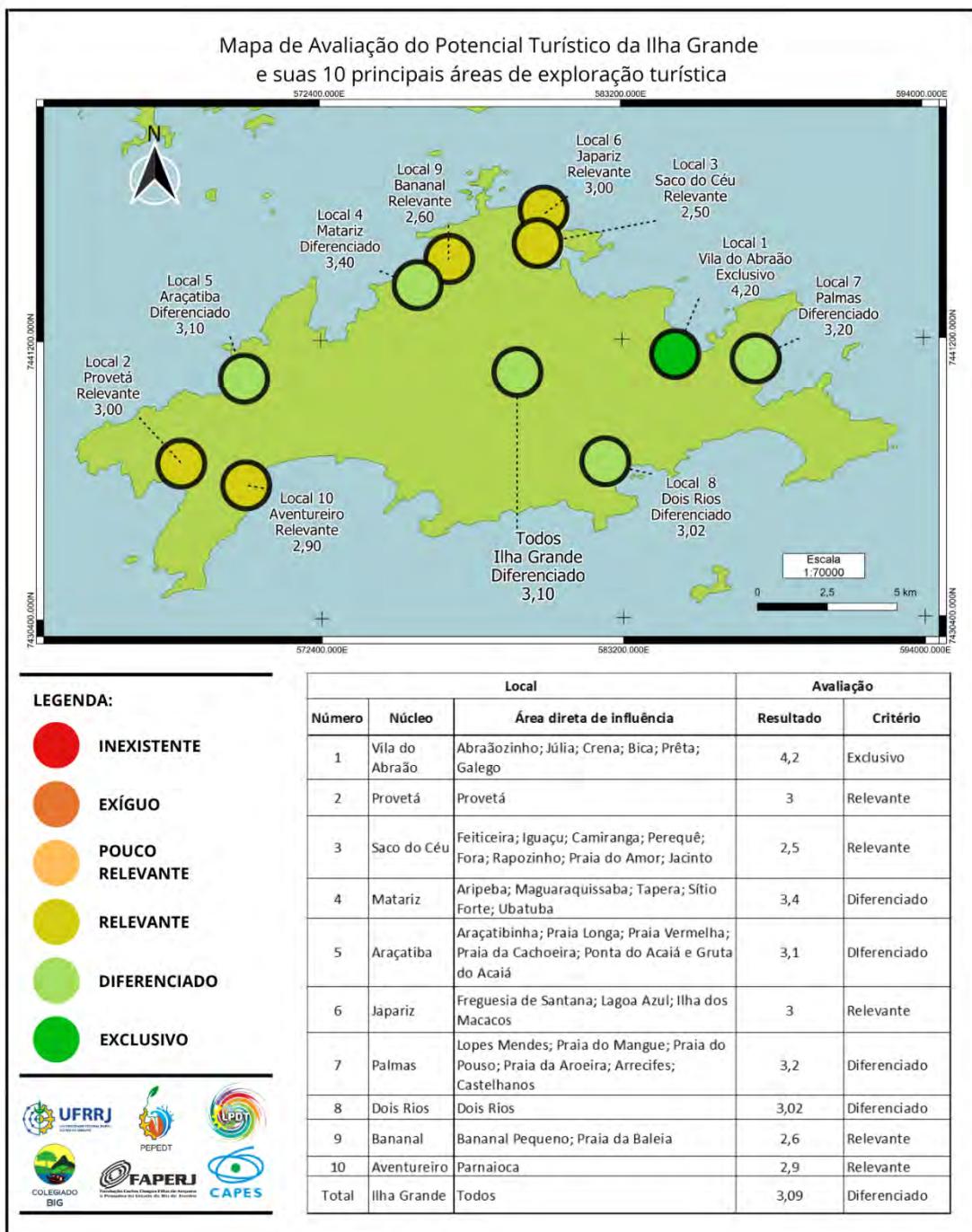
“diferenciado”, ressaltando a predisposição do território a partir de suas consideráveis belezas naturais.

Em relação aos recursos e Atrativos Culturais e Históricos, temos 2 sublocais considerados “exclusivos”, 3 “diferenciados” e 5 “relevantes”. Explica-se pela existência, nos locais exclusivos, de museus, espaços de memória e valorização da comunidade, monumentos históricos, o ideário da comunidade caiçara, dentre outros. Nos locais diferenciados, há alguns monumentos históricos (aquém da possível exploração sustentável) e o ideário da comunidade caiçara. Já e nos locais “relevantes”, há o ideário da comunidade caiçara, porém não há considerável utilização para fins turísticos, ou há dificuldade de inserção da população local nas atividades.

Reitera-se aqui, antes de passar ao próximo tópico, que em todos os locais, a comunidade local (principalmente a originária, composta por caiçaras) tem dificuldades de inserção nas atividades turísticas. Muitas vezes são obrigados a realizar consideráveis alterações em seu *modus operandi* para conseguir adequar-se de alguma maneira às atividades do arranjo, deixando por exemplo a pesca artesanal e sendo “obrigada” a realizar trabalhos de carga, transporte, dentre outros, ou então deixando a Ilha para buscar outras oportunidades de trabalho.

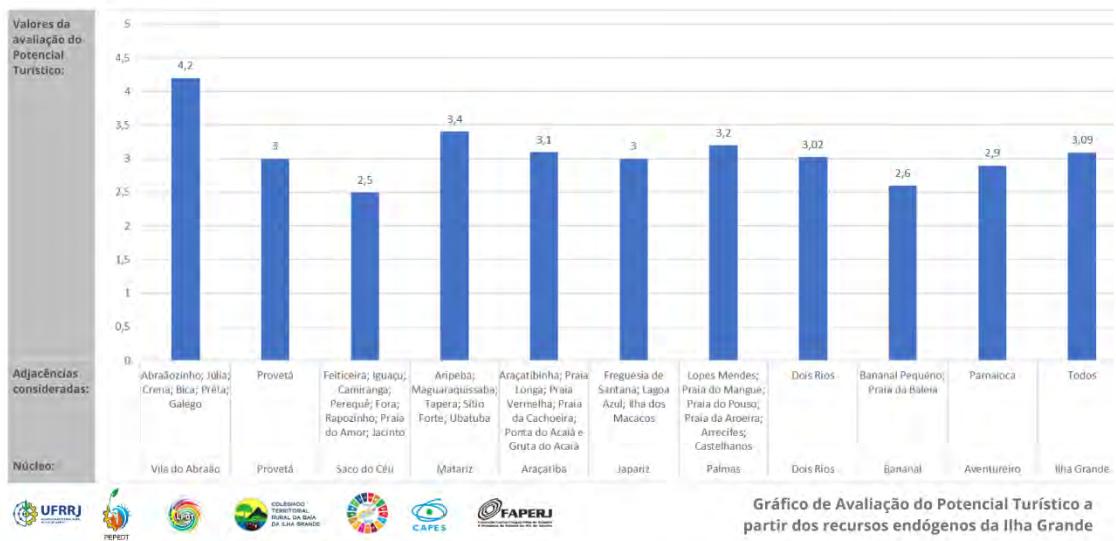
A partir dos dados obtidos das 10 localidades, construiu-se o mapa de avaliação do Potencial Turístico da Ilha Grande e o gráfico de avaliação do Potencial Turístico da Ilha:

Mapa 15: resultado da Avaliação do Potencial Turístico a partir dos recursos endógenos da Ilha Grande e suas 10 principais regiões de exploração turística.



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 1: resultado da Avaliação do Potencial Turístico a partir dos recursos endógenos da Ilha Grande e suas 10 principais regiões de exploração turística.



Fonte: elaborado pelo autor.

### 5.1.3 Perfil do Turista

Lopes Junior *et al* (2020), em publicação realizada na Revista Brasileira de Ecoturismo<sup>3</sup>, trouxeram importante contribuição ao traçar o perfil dos turistas com destino à Ilha Grande no verão de 2018. O artigo faz parte de uma pesquisa maior, intitulada “Percepção e estudo da sustentabilidade do turismo em equipamentos de hospedagem no município de Angra dos Reis, RJ”, que segundo os próprios autores, ‘envolve pesquisadores das Universidades Federal de São Carlos (UFSCar) e Federal Fluminense (UFF) — procura compreender as possíveis consequências de um intenso fluxo de turistas com destino à Angra dos Reis, especificamente em Ilha Grande.’ (LOPES JUNIOR *et al*, 2020, p.535). Dão destaque para a importância de locais litorâneos e o peso dos atrativos turísticos na demanda por serviços de infraestrutura e nos impactos ambientais no local. Os autores também explicitam que, escolheram a Ilha Grande como objeto devido ao fato de que:

(...) a Ilha Grande recebe intenso fluxo turístico nacional e internacional e detenha estruturas específicas para atender esta demanda, uma área de proteção ambiental. Assim, conhecendo o perfil socioeconômico e turístico de seus visitantes, é possível engendrar políticas que não só possibilitem mitigar os impactos ocasionados pela atividade, mas também contribuam positivamente com a localidade. (LOPES JUNIOR *et al*, 2020, p. 536).

Utilizou-se os resultados da pesquisa de Lopes Junior, Hanai e Ribas (2020), como principal ponto de análise do perfil turístico na Ilha Grande, por se caracterizar como o principal levantamento de perfil turístico da Ilha Grande realizado até então. Os autores demonstram, em primeiro passo, o nível de escolaridade dos turistas, sendo:

Gráfico 2: Escolaridade dos turistas na Ilha Grande em 2018.



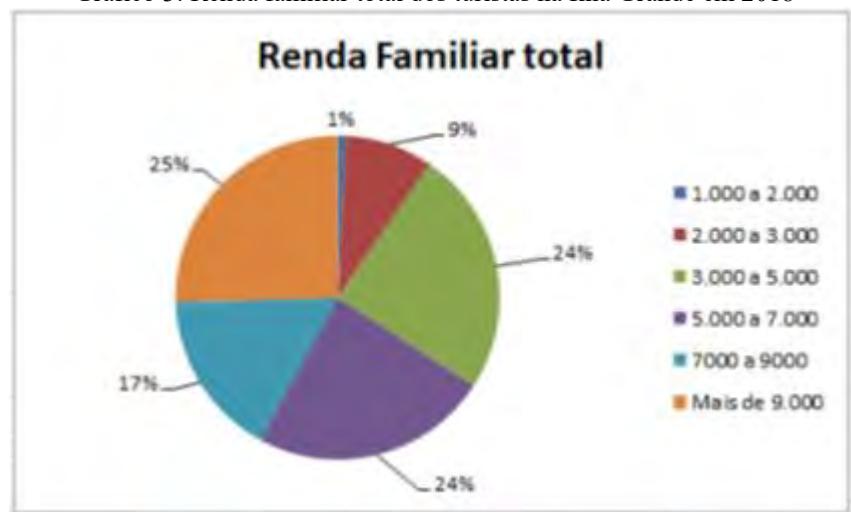
Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.544.

Pode-se constatar, portanto, que o número de turistas com grau de ensino superior é predominante, chegando a 60% do total (contabilizando ensino superior 42% e pós-graduação 18%), seguido por 25% com ensino superior incompleto, 14% com ensino médio completo e somente 1% com ensino médio incompleto.

A partir do exposto pelos autores, faz-se uma relação direta com a renda dos turistas, visto que no Brasil, há uma relação diretamente proporcional entre a renda e a escolaridade (SALVATO *et al*, 2010). Portanto, somente com essa variável já conseguiríamos explicitar que a gama de serviços turísticos consumida por esse perfil turístico seria de médio ou alto padrão.

Para comprovar a questão da renda, também buscou-se, no trabalho dos autores, a análise da renda familiar total:

Gráfico 3: Renda familiar total dos turistas na Ilha Grande em 2018



Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.545.

Analizando a renda, podemos verificar que apenas 10% dos turistas têm renda familiar próxima à três salários-mínimos<sup>4</sup>. 48% recebem de três à sete salários mínimos, e 42% recebem mais de sete salários mínimos.

Em relação à procedência dos turistas, os autores constataram que das 240 pessoas entrevistadas, constatou-se que 78% era de brasileiros (187), e 22% de estrangeiros (52). Quanto aos brasileiros, 82% eram da própria região sudeste, tendo maior peso para os estados de São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Quanto aos turistas internacionais, 53% vieram do continente europeu, seguidos pela América do Sul, América do Norte, Oceania e África.

Mapa 16: distribuição dos turistas nacionais por estado da região sudeste:



Fonte: Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.545.

Mapa 17: distribuição dos turistas internacionais por país:

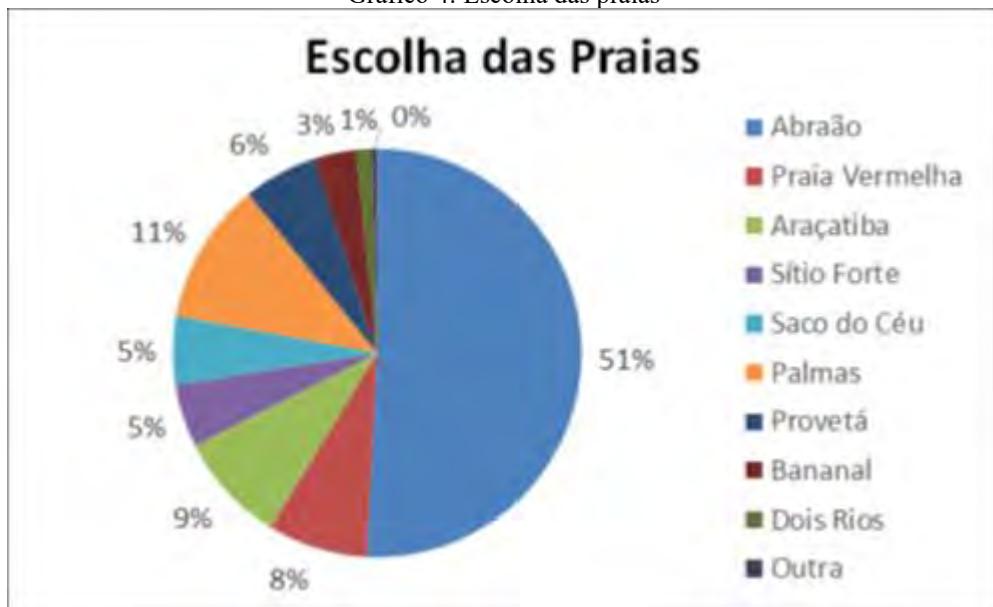


Fonte: Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.546.

Além dos critérios socioeconômicos (escolaridade, renda e localização geográfica), os autores também elencaram demais critérios qualquantitativos, como a escolha das praias, os tipos de hospedagem, a motivação da viagem e a ideia da visita. Ademais, também questionaram acerca da possibilidade de aceitação de uma taxa de preservação ambiental, “taxa de acesso à Ilha”.

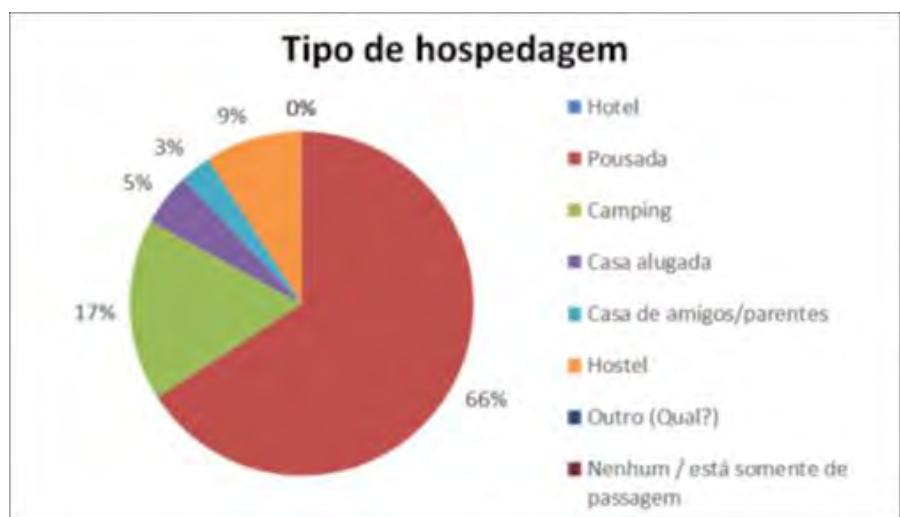
Abaixo seguem os dados obtidos por Lopes Junior *et al* (2020):

Gráfico 4: Escolha das praias



Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.547.

Gráfico 5: Tipo de hospedagem



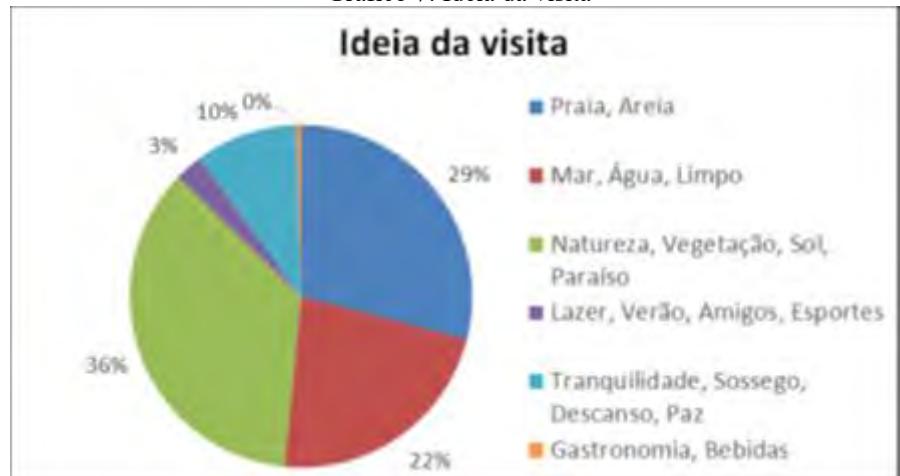
Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.547.

Gráfico 6: Motivação da viagem



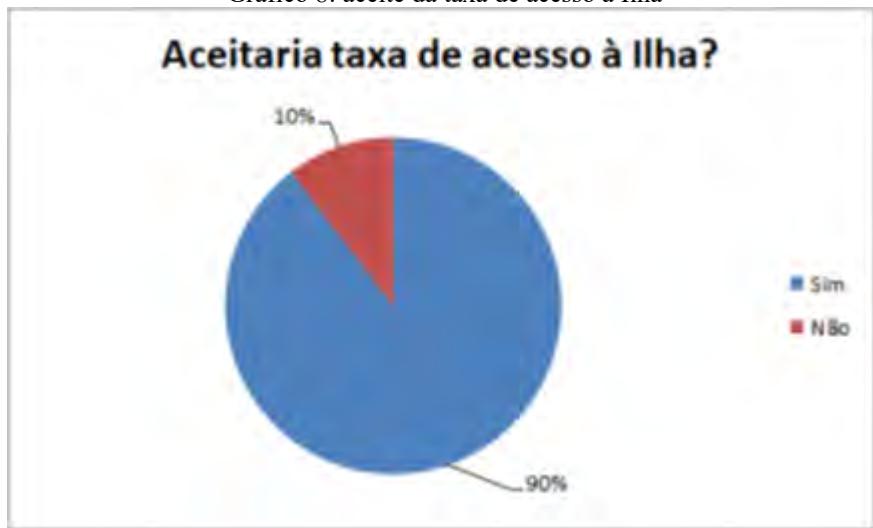
Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.548.

Gráfico 7: Ideia da visita



Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.548.

Gráfico 8: aceite da taxa de acesso à Ilha



Fonte: LOPES JUNIOR, *et al*, 2020, p.549.

Analizando o perfil dos últimos cinco gráficos, temos que:

- i. o perfil dos turistas predominantemente escolhe à praia do Abraão (51%), por ser a de melhor infraestrutura, fácil acesso à transporte, comércio, dentre outros;
- ii. o tipo de hospedagem é predominantemente em pousadas (66%);
- iii. a motivação da viagem é causada principalmente pelas motivações naturais, sendo discriminadas pelas praias (37%), pelo descanso/lazer (31%) e pela natureza (25%);
- iv. a ideia da visita, ou seja, o que formou o imaginário do turista e o levou até a localidade foi predominantemente relacionada às questões naturais, sendo: natureza/vegetação/sol/paraíso (36%), praia/areia (29%), mar/água/limpeza (22%);
- v. aceitação quanto à taxa de preservação ambiental: sim (90%), e não (10%).

Lopes Junior *et al* (2020) concluem sobre a importância dos atributos paisagísticos e patrimônios culturais como fator fundamental para o turismo na Ilha Grande, e chama atenção para a vontade, por parte dos turistas, de medidas para a preservação ambiental do local. Também reiteram a necessidade da realização de estudos de Capacidade de Carga Turística (CTT), para auxiliar na metrificação e nas proposições para o desenvolvimento da atividade, e sugerem medidas e meios de enfrentamento aos impactos ambientais causados pela atividade, apontando para medidas de sensibilização, percepção e melhora nas práticas ambientais durante as atividades, para contribuir num senso de conscientização.

Afirmam também que:

Políticas, programas, planos, projetos e ações, tanto de cunho ambiental, assim como do desenvolvimento turístico, e também das interfaces de integração turística-ambiental, condizentes com os princípios de sustentabilidade, devem ser concebidos, planejados e constantemente implementados na Ilha Grande, a fim de manter também a continuidade inclusive da dimensão econômica, já que o turismo é um setor de

destaque da economia local, impulsionado pelos atrativos naturais, conforme identificado no estudo.

Os diversos impactos advindos da prática da atividade turística em Ilha Grande devem ser evitados e/ou minimizados. Para isso, devem ser providos os investimentos em melhorias e ampliação da infraestrutura de saneamento básico (abastecimento e tratamento de água; coleta e destinação de resíduos sólidos coleta e tratamento de esgotos sanitários; sistemas de drenagem de águas pluviais) e em planejamento e ordenamento territorial da expansão urbana (pela efetivação de planos diretores).

(...)Nesse sentido, programas, projetos e ações de educação ambiental são relevantes para viabilizar compreensão, entendimento, envolvimento, participação, mobilização e possíveis mudanças de atitudes e comportamentos das pessoas sobre o meio ambiente, visando à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas litorâneos existentes na Ilha. (LOPES JUNIOR, et al, 2020, p. 549-550).

Concorda-se em totalidade com as proposições dos autores, principalmente no que diz respeito às medidas como políticas, programas, planos, projetos e ações públicas de desenvolvimento. Estas medidas não devem ser apenas ideológicas ou virtuais, também devem ser práticas e concretas, e alinharem-se ao planejamento do Arranjo Produtivo Local como condição *sine qua non*.

## 5.2 Segundo momento: análise dos indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável e proposições a partir de uma matriz SWOT

### 5.2.1 Indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável

A análise do instrumento de avaliação do DTS fez-se em cinco momentos distintos de acordo com a divisão proposta na metodologia.

Os resultados principais obtidos foram a visualização e a quantificação a partir de quadros e gráficos que permitem observar a configuração do Desenvolvimento Territorial Sustentável em questão de sua relevância e significância em relação às atividades do Arranjo Produtivo Local do Turismo, seguindo as proposições constantes na metodologia.

Quadro 34: resultado da avaliação do DTS – Parte 1

Grupo	Subgrupo	Item	Critério de Análise	Itens de Análise	Avaliação do DTS			
					Nota	Avaliação		
1.1. Coesão Social e Territorial dos Agentes envolvidos	1.1.1. Inclusão	1.1.1.1. Participação Social	Existência de redes e espaços de discussão reconhecidos formal ou informalmente para tratativas de resolução de problemas conjuntos do território e do aglomerado	Organizações sociais (públicas e/ou privadas, instituídas por lei ou não) que visam o bem-comum	0	0,1875	Parcialmente Existente / Regularmente Significativo	
			Participação dos agentes nos espaços de discussão e tomada de decisão	Participação e representação de atores locais nos espaços de decisão municipais;	0			
				Existência de sinergia de trabalho destas lideranças em uma espécie de rede de governança	0,25			
		1.1.1.2. Aceitação social, cultural, política e técnica	Relação intrapessoal de pertencimento e comunidade que perpassa divergências de classes sociais, políticas e técnicas	Sensação de unidade da comunidade e dos atores locais	0,5			
		1.1.2. Autonomia	Reconhecimento de determinados atores como lideranças representativas das demandas sociais do local e do próprio APL	Associações e/ou coletivos de assuntos ligados ao APL com representações eleitas	0,75	0,75		
			Grau de autonomia dos atores para desenvolver atividades individuais sem sair do escopo do APL ou ferir a coletividade nele representada	Grau de pluriatividade econômica dos atores ligados ao APL	0,75			
	1.1.3. Pluralismo	1.1.3.1. Avaliação participativa	Grau de engajamento e comprometimento da participação em rede dentro das atividades do APL	Existência de instâncias participativas de organização pluriativa do APL	0	0		
	1.1.4. Bem-comum	1.1.4.1. Visão Comunitária	Visão interligada, por parte dos atores locais, em relação às atividades desempenhadas	Reconhecimento de uma visão comunitária por parte dos atores locais, de modo a vislumbrar que as ações tomadas por eles influenciarão toda a comunidade	0,5	0,5		
	1.1.5. Identidade	1.1.5.1. Recursos históricos e culturais	Identificação de características históricas e culturais capazes de formar uma identidade local	História e cultura formadoras de uma identidade local	1	1		
1.2. Governabilidade	1.2.1. Incentivo ao desenvolvimento	1.2.1.1. Ações de educação	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à educação na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de incentivo à educação diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL	0,5	0,5	Parcialmente Existente / Regularmente Significativo	
		1.2.1.2. Ações de saúde	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à saúde na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de incentivo à saúde diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL	0,25			
		1.2.1.3. Ações de segurança pública	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à segurança pública na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de segurança pública diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL	0,5			
		1.2.1.4. Ações de saneamento e preservação ambiental	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à preservação ambiental e sustentabilidade na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de saneamento, tratamento da água, preservação ambiental e sustentabilidade diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL	0,75			
		1.2.1.5. Garantia da justiça	Iniciativas nacionais/estaduais/municipais voltadas à justiça na Ilha Grande	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas garantidoras do direito à justiça diferenciadas e/ou direcionadas à relação com o APL	0,5			
	1.2.2. Ordenamento do Território	1.2.2.1. Organização territorial	Existência de políticas, planos, projetos ou iniciativas de ordenamento, organização e gestão do território	Plano diretor, planejamento de ruas e iluminação, organização das zonas territoriais direcionadas à relação com o APL	0,25	0,25		

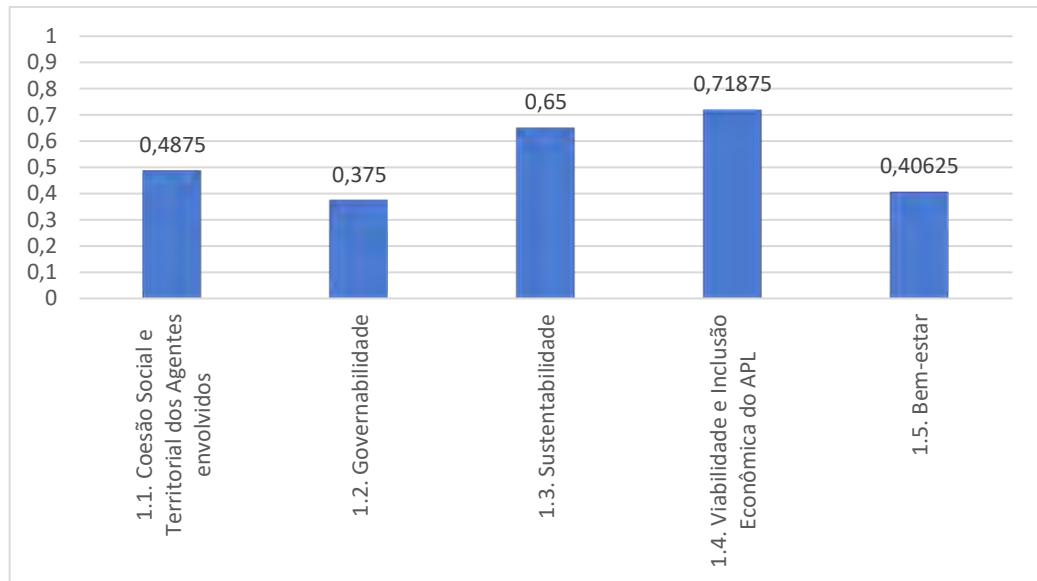
Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 35: resultado da avaliação do DTS – Parte 2

1.3. Sustentabilidade	1.3.1. Políticas, planos, projetos e iniciativas de incentivo à sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas naturais e das populações tradicionais	1.3.1.1. Unidades de Conservação, Áreas de Proteção, etc.	Ucs	Existência de unidades de conservação e áreas de proteção ambiental	1	0,65	0,65	Existente / Significativo		
		1.3.1.2. Saneamento e coleta adequados	Existência de instrumentos de coleta e saneamento	Capacidade do sistema de saneamento e coleta proteger as águas e os solos	0,25					
		1.3.1.3. Proteção das águas e mananciais	Iniciativas de proteção das águas	Existência de espaços, políticas, projetos e/ou planos de proteção das águas e mananciais	0,5					
		1.3.1.4. Proteção das comunidades tradicionais	Iniciativas de proteção e reconhecimento da comunidade caiçara	Existência de políticas, planos e projetos de reconhecimento, proteção e resguardo das populações tradicionais	0,5					
		1.3.1.5. Proteção da fauna e flora	Existência de espaços, políticas, projetos e/ou planos de proteção da fauna e da flora	Iniciativas de proteção da fauna e flora	1					
1.4. Viabilidade e Inclusão Económica do APL	1.4.1. Viabilidade Económica	1.4.1.1. Geração de receita	Incremento dos rendimentos a partir das atividades do Arranjo	Pujança das atividades como fator de incremento da receita dos locais	0,75	0,8125	0,71875	Existente / Significativo		
		1.4.1.2. Investimento	Nível de investimento privado a partir das atividades do APL	Investimento no desenvolvimento de atividades nos moldes do arranjo	0,75					
		1.4.1.3. Complexidade do consumo de produtos e serviços	Busca por produtos variados na cesta de consumo dos turistas	Atratividade turística; Grau de consumo; Renda dos turistas	1					
		1.4.1.4. Complexidade da oferta de produtos e serviços	Oferta de produtos variados pelos componentes do APL	Comércio e serviços ofertados no escopo do APL	0,75					
	1.4.2. Inclusão Económica	1.4.2.1. Geração e distribuição de empregos	Nível de emprego gerado pelo APL	Empregos diretos e indiretos gerados a partir da atividade central do APL, distribuídos de maneira satisfatória por todos os níveis sociais	0,75	0,625				
		1.4.2.2. Geração e distribuição de renda	Nível de renda gerado pelas atividades do APL e nível de equidade da distribuição desta renda	Geração e Distribuição de renda das atividades principais e secundárias	0,5					
		1.4.2.3. Absorção de atividades culturais	Nível de absorção e inclusão das comunidades locais e sua cultura na geração de atrativos turísticos de consumo	Atividades económicas relacionadas às peculiaridades culturais caiçaras	0,5					
		1.4.2.4. Absorção da população local/tradicional na PEA do APL	Nível de absorção da população local da ilha nas atividades do APL em comparação com a população externa	População local empregada	0,75					
1.5. Bem-estar	1.5.1. Melhoria na vivência	1.5.1.1. Moradia e habitação	Condições de moradia e habitação para a comunidade local e influenciada diretamente pelo APL	Redução de riscos, melhoria das condições de residência, grau de afastamento da infraestrutura pública	0	0,40625	0,40625	Parcialmente Existente / Regularmente Significativo		
		1.5.1.2. Cultura e Lazer	Melhoria na qualidade de vida relacionada à cultura e ao lazer local	Eventos culturais, existência de espaços/ações públicos(as) de lazer	0,5					
		1.5.1.3. Desporto	Condições para a prática de desportos	Existência de espaços públicos de prática de desportos	0,25					
		1.5.1.4. Transportes	Condições dos transportes de acesso e internos da ilha	Gama e valor dos transportes para acesso externo e internos da ilha	0,5					
		1.5.1.5. Segurança	Condição da segurança pública na ilha	Número de postos de segurança na ilha	0,75					
		1.5.1.6. Educação e saúde	Condições de acesso à educação e saúde na ilha	Número de escolas e unidades de saúde na ilha	0,5					
		1.5.1.7. Serviços	Condições de acesso à serviços básicos	Prestação de serviços básicos, como água, energia, internet, dentre outros	0,5					
		1.5.1.8. Infraestrutura	Condições da infraestrutura pública básica necessária ao território	Infraestrutura geral, como ruas, iluminação pública, saneamento, dentre outros	0,25					

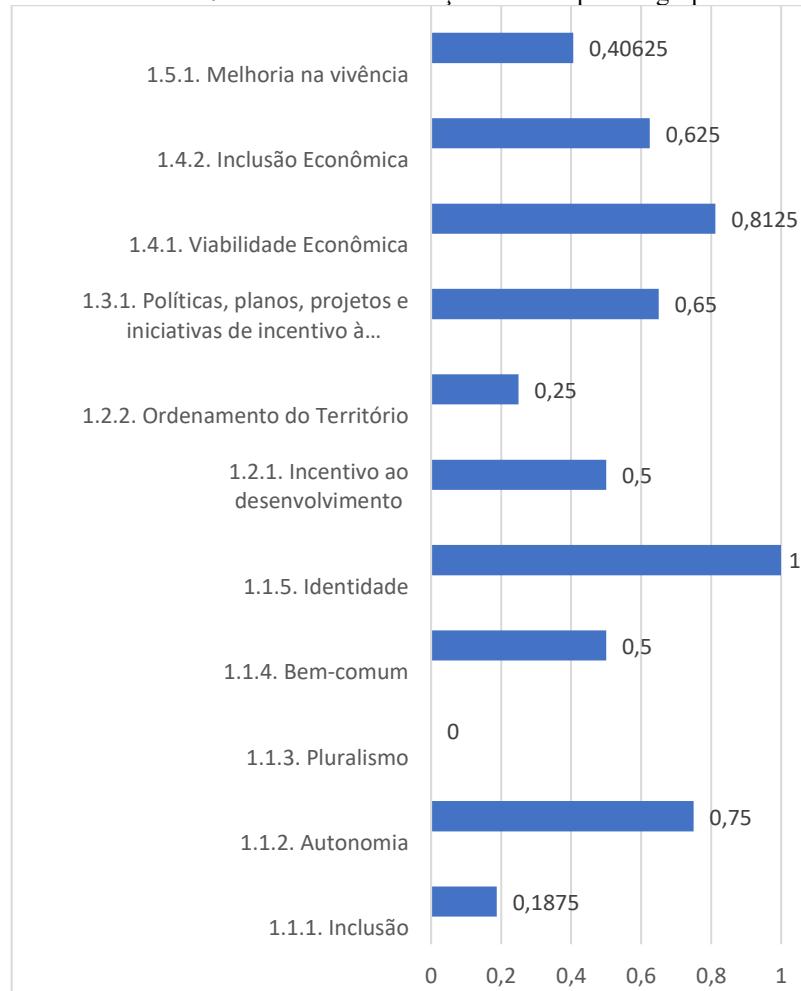
Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 9: resultado da avaliação do DTS por grupo



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 10: Resultado da avaliação do DTS por subgrupo



Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, seguem os tópicos e as respectivas considerações que motivaram as avaliações.

### *5.2.1.1 da coesão territorial e social*

- No que diz respeito à Inclusão:

Não foi observada organização referente ao espaço de trabalho específico do APL, como organização Colegiada. O constatado foi que há uma série de associações, sindicatos e demais que não estão organizados, de fato, num perfil de rede.

Há intensa dificuldade, na Ilha Grande, de eleger representantes políticos ilhéus para os poderes públicos municipais e demais escalas regionais.

Há certa sinergia entre os atores de liderança, porém estes atores locais atuam de forma desconexa, desempenhando um papel muito mais relacionado à uma lógica individualista do que cooperativista;

No que tange à sensação de unidade territorial e social, há uma relação de pertencimento por parcela dos atores locais, principalmente os relacionados à comunidade caiçara. Entretanto, a alta atratividade econômica cria uma lógica de “uso” do território como espaço de trabalho, por parte de agentes pendulares, que não tem identidade histórica e cultural com o território, enfraquecendo os laços entre os atores economicamente ativos no APL e o território.

Além disso há uma relação de instabilidade com alguns atores locais no que diz respeito, principalmente, à exploração dos recursos naturais e a não demarcação de territórios de utilização para as atividades tradicionais, como a pesca.

A avaliação obtida para este subgrupo foi de 0,1875.

- No que diz respeito à Autonomia:

Há o reconhecimento de atores locais como lideranças significativas no que tange às demandas sociais e econômicas tanto do arranjo quanto do próprio território.

Também há um bom grau de pluriatividade das atividades sem fugir do escopo principal do arranjo, possibilitando que os atores locais explorem uma gama de produtos e serviços secundários como forma de obtenção de complementaridade de renda.

Há presença, na Ilha, por parte da organização de movimentos sociais, principalmente relacionados ao Coletivo Educação Solidária, do incentivo às práticas da Economia Solidária e Economia Circular, importantes ferramentas de autogestão e qualificação da cadeia produtiva pautada na cooperação entre os atores e participação social, como também constatado em De Paula (2022).

A avaliação obtida neste tópico foi de 0,75.

- Relacionado ao Pluralismo:

Não foram observadas instâncias pluriativas e/ou redes de organização específicas do arranjo. O que há são movimentos de classe organizados de maneira individualizada, com clara distinção de atividades.

Não foram constatados espaços de discussão organizada conjuntamente por setores diversos do APL, como assembleias e fóruns.

A avaliação obtida neste tópico foi de 0.

- Relacionado ao Bem-comum:

De certa forma há a existência de visão comunitária, entretanto há duas visões distintas no território: a compartilhada pela relação de competição; e a compartilhada em relação à cooperação das atividades.

A avaliação obtida neste tópico foi de 0,5.

- Relacionado à identidade:

Sobre a identidade, há uma forte presença de questões identitárias relacionadas ao ideário caiçara. A história da Ilha Grande confunde-se com a própria história dessa comunidade, portanto há considerável valor histórico, cultural, social e natural, formador de uma identidade única e diferenciada

A avaliação deste tópico foi de 1.

#### *5.2.1.2 da governabilidade*

- Incentivo ao desenvolvimento:

Há parcialmente iniciativas de educação e formação no território relacionadas ao desenvolvimento da atividade.

Há iniciativas relacionadas à saúde na Ilha Grande, porém muito aquém do ideal devido às dimensões territoriais da Ilha, que fazem que a estrutura atual não comporte de maneira adequada o atendimento ideal à todas as localidades

Em relação à segurança há destaque positivo relacionado a presença da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, e as estruturas de segurança e orientação das UCs.

Há medidas de regularização do saneamento e águas na Ilha, porém não são suficientes para atender todo o território de maneira satisfatória, principalmente quando trata-se da coleta de resíduos sólidos

Há grandes dificuldades relacionadas à obtenção de apoio jurídico na Ilha, tendo sido realizadas algumas ações recentes da DPU no território, mas insuficientes para o pleno atendimento.

A avaliação deste tópico foi de 0,5.

- Ordenamento do Território:

Existe um Plano Diretor da atividade turística do ano de 1997, que além de não ser aplicado adequadamente, tem algumas seções ultrapassadas. Além disso, existem os planos de manejo das UCs que podem auxiliar na organização do território. Entretanto o que ocorre atualmente é a falta de fiscalização e de ordenamento territorial, com construções avançando sobre as áreas de proteção ambiental, poluição de águas e solos.

Além disso, as estradas da Ilha encontram-se em condições ruins, há poucas condições de acessibilidade e riscos frequentes em encostas.

A avaliação deste tópico foi de 0,25.

#### *5.2.1.3 da sustentabilidade*

- Relacionada às Políticas, Planos, Projetos e iniciativas de incentivo à sustentabilidade e preservação:

Existem 4 UCs no território, que cobrem a maior parte do território da Ilha e compartilham a administração ambiental da maior parte do território. De certa forma, há certo resguardo do território, porém nas áreas de maior exploração turística, há claramente impacto ambiental, como a dos solos e águas. Portanto, há necessidade de ampliação do sistema de coleta e tratamento de resíduos.

Há tentativas de regulamentação do uso das águas, tanto por parte das UCS, quanto do Plano Diretor e do Plano de Manejo Turístico.

A avaliação deste item foi de 0,65.

#### *5.2.1.4 da viabilidade e inclusão econômica*

- No que diz respeito à viabilidade econômica:

Em questões econômicas, há boa viabilidade relacionada ao APL, tendo grande pujança das atividades, altos índices de retorno e incremento de receita, boas perspectivas de mercado consumidor, principalmente durante a alta temporada, e níveis de investimento satisfatórios. O APL está em constante crescimento, e atraindo mais turistas.

Há considerável gama de serviços ofertados (já relacionados anteriormente).

- No que concerne à inclusão econômica:

Na questão da inclusão, há distorções em relação principalmente a distribuição de renda, relacionadas a um processo de concentração de renda que é prejudicial ao crescimento do arranjo como estratégia de desenvolvimento territorial, pois a concentração prejudica a cooperação e coloca os atores em diferenciação física e econômica.

Há boa geração de empregos, comprovada pelo alto índice de pessoas externas ao arranjo que, durante a alta temporada, realizam movimentos de deslocamento para a Ilha em busca de ofertas de trabalho principalmente nos hotéis e pousadas.

Existe uma boa absorção das comunidades tradicionais no escopo de trabalho do arranjo. A crítica aqui deixada é no modo de inserção destes trabalhadores, que na maioria das vezes são relegados a vagas de emprego de baixos rendimentos por não terem acesso facilitado à capacitação, como por exemplo, podendo estudar alguma língua estrangeira para atender e guiar os turistas, ou proporcionar experiências de pesca acompanhada de turistas, dentre outros.

A avaliação deste tópico foi de 0,62.

#### *5.2.1.5 do bem-estar*

- Relacionada à melhoria na vivência:

Não obteve-se melhoria relacionada à redução de riscos, condições de moradia e grau de afastamento da infraestrutura pública. Muito pelo contrário, quanto mais o limiar da urbanização avança sobre as áreas verdes da Ilha, que é composta majoritariamente por encostas, maiores são os riscos relacionados. Além disso, atualmente ocorre um processo de “favelização” principalmente na Vila do Abraão, onde as moradias estão cada vez mais sendo jogadas para cima, pressionadas pela valorização imobiliária e a especulação do centro da vila para fins comerciais.

Esse processo culmina também no afastamento destas residências da infraestrutura pública de coleta de resíduos, tratamento de águas, dentre outros, tendo impacto direto na sustentabilidade ambiental.

Em relação à cultura, lazer e desporto, existem na Ilha boas opções públicas relacionadas à estes temas, como quadra poliesportiva, museus e espaços de memória. Porém, há uma concentração dessas estruturas em locais muito específicos, dificultando o acesso pela população local. Também opções privadas, mas que com o valor elevado, impossibilita o acesso à parcela da população local, como restaurantes, bares, dentre outros.

Em relação à segurança, há presença de diversas frentes, como as relacionadas às UCs (guarda-parques), a presença da Polícia Militar, da Polícia Ambiental, dentre outros.

Em relação aos transportes, estes restringem-se aos aquaviários, devido a não ser permitida a circulação de veículos motores sem autorização na Ilha, e não haver acesso terrestre até ela. A estrutura conta, como já caracterizado na avaliação do potencial turístico, com uma opção pública (barcas) e diversas opções particulares, destacando-se os flexboats e as escunas. As barcas contam com uma grade nem limitada de horários, porém contém preços mais baixos. Já os privados contêm diversos horários, mas preços bem mais elevados. Esses fatores dificultam o acesso por parte da população que necessita realizar movimentos para o continente com certa frequência.

No que tange à educação e saúde, existem poucas opções no território, mas a principal problemática é relacionada à dificuldade de acesso. Sobre os serviços e infraestrutura básicos, estes não atendem de maneira otimizada à população, mas existem de forma razoável. A avaliação foi de 0,43.

## 5.2.2 Proposições a partir de uma matriz SWOT e classificação do APL

### 5.2.2.1 Matriz SWOT

Com os resultados obtidos após a análise dos itens anteriores, obteve-se o quadro de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do Arranjo Produtivo Local do Turismo na Ilha Grande com as seguintes proposições:

Quadro 36: Matriz SWOT do APLTur da Ilha Grande

SWOT	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Ambiente Interno	Forças: <ul style="list-style-type: none"> <li>Alto potencial turístico dos recursos e atrativos naturais;</li> <li>Alto potencial turístico dos recursos e atrativos históricos e culturais;</li> <li>Existência grandes áreas de preservação ambiental;</li> <li>Existência de uma ampla gama de atividades e serviços turísticos;</li> <li>Posição geográfica privilegiada;</li> </ul>	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa coesão social;</li> <li>Baixa coesão territorial;</li> <li>Equipamentos e Infraestrutura deficitários;</li> <li>Desvalorização das atividades tradicionais;</li> <li>Baixa governança do Arranjo;</li> <li>Turismo exaustivo e predatório;</li> </ul>
Ambiente Externo	Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de um Turismo de Base Comunitária;</li> <li>Desenvolvimento de atividades turísticas baseadas em Ecoturismo;</li> <li>Incentivo à participação social pautando a gestão social do território;</li> <li>Organização de uma governança participativa do APL;</li> <li>Criação de festividades locais que valorizem a identidade da Ilha Grande;</li> </ul>	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> <li>Alto grau de degradação ambiental;</li> <li>Exploração turística predatória;</li> <li>Exclusão da comunidade caiçara;</li> <li>Deficitário ordenamento do território;</li> <li>Urbanização desordenada;</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor.

#### 5.2.2.2 Classificação do APL

A partir da análise realizada e das proposições encontradas na matriz SWOT, pode-se classificar o APLTur da Ilha Grande em uma situação “Em Desenvolvimento”. Recuperando as definições de cada uma delas, segundo Castro (2009 *apud* Simonetti e Kamimura, 2017, p. 25-26):

1) Incipientes: quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, ocasionando assim uma integração de interesses, e a base produtiva é bem rudimentar, há uma carência no âmbito financeiro também. São os arranjos desarticulados, carentes de lideranças legitimadas. Falta integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada e uma visão mais ampla para o empresariado. Não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para elaborar/implementar novos processos produtivos;

2) Arranjos em desenvolvimento: a sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. São organizados em classes, com o foco sempre no regional e não no individual. Seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial. Novas atividades econômicas relacionadas com o arranjo produtivo começam a surgir e há uma demanda por maior competitividade ao longo da cadeia produtiva e também por serviços (*idem, ibidem*).

3) Arranjos desenvolvidos: há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade. Os

arranjos classificados como de terceiro nível apresentam-se mais bem articulados, de importância para o desenvolvimento local, pela capacidade de atrair novas empresas, fornecedores, prestadores de serviços, banco etc. Suas lideranças atuam, principalmente, em entidades de classe, com relacionamentos formais (*idem, ibidem*).

Essa classificação foi dada pois no caso do APLTur da Ilha Grande, há a presença de algumas lideranças locais, entidades representativas, e movimentos sociais bem estruturados, como é o caso, por exemplo, do Movimento Educação Solidária, caracterizado por De Paula (2022). Porém não foi observada grande cooperação entre estes atores locais numa estrutura de rede de governança. Também não há uma estruturação de política local ligada diretamente ao incentivo ao desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local, nem de cunho econômico nem de cunho social.

No local há a presença direta de centros de pesquisa e profissionalização que podem auxiliar no processo de formalização e capacitação dos atores locais, como é o caso da Universidade do estado do Rio de Janeiro, que contém campus na Ilha Grande, o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS/UERJ); da Universidade federal Rural do Rio de Janeiro, que atua diretamente no auxílio à organização social através da extensão universitária, mais precisamente a partir do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento territorial e Políticas Públicas (PEPEDT/UFRRJ); da Universidade Federal Fluminense, que realiza outras ações pontuais e tem campus no município de Angra dos Reis. Além das IES, existem também instâncias educativas de nível médio, como escolas e projetos educacionais, como por exemplo o da “Brigada Mirim” e obviamente, das quatro Unidades de Conservação encontradas no território (PE da Ilha Grande, ReBio da Praia do Sul, RDS do Aventureiro e APA Tamoios) que desempenham um papel crucial na estabilização do ecossistema da Ilha, da conscientização dos atores locais e dos turistas e da própria experiência turística. Observa-se que há necessidade de ampliar o processo de inserção e diálogo das instituições de ensino e da população local para ampliar não só o APL, mas os âmbitos do próprio Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O processo de crescimento econômico e acumulação de renda no APL é visível, com a atração de novos empreendimentos e inserção de novos agentes e diversificação de atividades, criando competitividade no arranjo. Entretanto, como a governança é fraca, essa competitividade torna-se predatória e acaba excluindo ou trocando de atividade os agentes economicamente menos favorecidos ou em posições sociais mais fragilizadas, cedendo espaço

à empreendimentos cada vez maiores, que podem prejudicar o desenvolvimento futuro do arranjo, uma vez que estarão em posição de vantagem em relação aos demais.

Na questão da sustentabilidade ambiental, há uma situação extremamente alarmante no que diz respeito à utilização dos recursos naturais pela atividade turística, pois esta está sendo realizada de maneira exaustiva e predatória, ocasionando em alguns locais centrais da Ilha (como a Vila do Abraão) uma situação clara de poluição dos solos e das águas, o que relaciona diretamente à sustentabilidade do próprio APL visto que este tem como principais atrativos os naturais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arranjo Produtivo Local do Turismo na Ilha Grande tem grande impacto no território da Ilha, e consequentemente no Desenvolvimento Territorial. Observou-se que a Ilha tem alto Potencial Turístico e bons indicadores de desenvolvimento do arranjo, mas que a atual configuração ainda não é ideal para o desenvolvimento sustentável do território a partir das seis dimensões caracterizadas, principalmente pela baixa governança do arranjo, pela debilidade nas políticas públicas de incentivo ao APL e de incentivo ao desenvolvimento do próprio território. Há presença de estruturas econômicas e sociais com boa diversidade, porém estas estruturas estão relativamente desconectadas, tendo impacto direto na avaliação do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Há debilidade nas políticas direcionadas à exploração consciente dos recursos naturais visando conservação do ecossistema da Ilha, como as possivelmente pautadas no Ecoturismo, o que ocasiona sufocamento e sobrecarga ambiental de algumas áreas. Há também debilidade nas políticas relacionadas à preservação da comunidade tradicional caiçara, que faz parte da identidade cultural da Ilha, e da identidade do próprio APLTur, como por exemplo ao incentivo de desenvolvimento de atividades de pesca, alimentação, artesanato, dentre outras, que possibilitariam a reprodução das tradições culturais e territoriais e também da melhoria na geração e distribuição de renda, pautando um turismo de base comunitária, diminuindo a evasão das comunidades tradicionais de suas atividades e da própria ilha.

No que concerne à representação política e o papel dos Conselhos Municipais de políticas públicas, há baixíssima participação social de ilhéus, tanto de modo geral quanto como representações em si, fazendo com que haja um “gap” entre as demandas dos atores locais e a possibilidade da elaboração de políticas públicas de resolução.

Ao analisar os critérios do Desenvolvimento Territorial Sustentável, observou-se que há baixo retorno na qualidade de vida, principalmente aos indicadores de bem-estar e sustentabilidade, seguindo-se por coesão social e territorial, governabilidade e inclusão econômica. O que se observa é que há grande geração de recursos econômicos, porém há pouca distribuição de renda, e além disso, há subutilização dos recursos naturais culturais, ameaçando-os diretamente, e consequentemente, ameaçando a própria sustentabilidade das comunidades tradicionais, do território e do próprio APL.

Alternativas possíveis seriam a utilização de um Turismo de Base Comunitária, pautado no incentivo à participação social, através de meios da gestão social, preservando a comunidade local e inserindo-a de forma saudável e ao seu tempo e cultura, no turismo da região. Apropriar-se do título de Patrimônio Mundial da Unesco também é importante, pois não há menções significativas relacionadas à tal no território da Ilha. Isso é fator de diferenciação em relação à demais locais, e deve ser utilizado de modo a auxiliar no processo de preservação e proteção da comunidade tradicional e dos atores locais de modo geral.

A classificação do APLTur da Ilha Grande como “em desenvolvimento” só se alterará para melhor caso haja retomada dos processos participativos das políticas públicas em escalas federal, estadual e municipal. No local, a dependência da articulação dos atores locais, ligados direta e indiretamente ao APL, em um aparato de governança participativa do arranjo é iminente e crucial. O incentivo aos movimentos sociais pautados na participação, como é o caso do Coletivo Educação Solidária da Ilha Grande e diversos outros presentes no local, necessita de ampliação e fortalecimento regional para a estruturação de redes. Estas redes no entorno do aparato de governança permitirão um mecanismo de reprodução social benéfico à localidade, permitindo o alcance de suas demandas de forma mais justa, alinhada aos demais níveis na formulação de políticas. Participar de Conselhos e Conferências de Políticas Públicas, estruturar associações sociais e econômicas, fóruns, movimentos sociais, dentre outros pode ser ponto-chave para a formação da governança.

Além disso, aliar a organização social aos demais âmbitos presentes no território, como é o caso das quatro Unidades de Conservação, do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, das universidades e instituições de ensino, bem como dos próprios dispositivos de administração presentes (como subprefeitura), contribuem para traçar alternativas como planos de desenvolvimento sustentável, planos de turismo sustentável, dentre outros que podem ter impacto positivo no local.

Os recursos naturais, culturais, históricos e o potencial turístico da Ilha Grande destacam-se por sua beleza e exuberância trazendo uma situação de diferenciação em relação a outros locais da região. O incentivo à gestão social e participativa do APL pode pautar uma governabilidade que interfira diretamente no Desenvolvimento Territorial Sustentável da Ilha, tornando a atividade turística mais justa para os locais. O incentivo à organização social e formação de redes de fortalecimento do APL demonstra-se como chave para o Desenvolvimento Territorial Sustentável da Ilha Grande e sua região de impacto.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2030, AGENDA/17ODS. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Disponível em: <<https://ppgcs.furg.br/agenda-2030>>. Acesso em 13 de julho de 2022.
- ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, p. 541-561, 2009.
- ARAÚJO, Limdemberg Medeiros de. Participação sociopolítica no Planejamento Turístico. Revista Turismo –Visão e Ação, v. 8. N-1, p. 153-164, jan/abril 2006.
- ARAUJO, Cristina Pereira de. Da Embratur à política nacional de turismo. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 31, p. 146-163, 2012.
- BACELAR, Tânia. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.
- BAGNASCO, Arnaldo. Tre italie. 1977.
- BAIROCH, Paul. **Storia delle città. Dalla proto-urbanizzazione all'esplosione urbana del terzo mondo**. Editoriale Jaca Book, 1992.
- BRASIL. Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm)>. Acesso em: 10 de julho de 2022.
- BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional – Sumário Executivo. Ministério da Integração Nacional, 2007. Brasília-DF.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. **Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de**, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, p. 203-230, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2006.

BRIGADA MIRIM. Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Nossa Missão. Disponível em: <<https://brigadamirim.org.br/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

BRUSCO, Sebastiano et al. The evolution of industrial districts in Emilia-Romagna. **Research Series-International Institute For Labour Studies**, p. 17-36, 1996.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, v. 2, p. 29-40, 1995.

CANÇADO, Airton Cardoso; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier Erthal. Gestão Social versus Gestão Estratégica. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social e Gestão Estratégica: experiências em desenvolvimento territorial. FGV Editora. Vol. 2. 2013. 369p.

CASSIOLATO, José Eduardo; DE MATOS, Marcelo Pessoa; LASTRES, Helena MM. Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento. **CEP**, v. 20, p. 006, 2008.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena MM. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará**, p. 21-34, 2003.

CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2007.

CASTELLS, Manuel; ESPANHA, Rita. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2007.

CASTRO, Rômulo de S. Relações de trabalho no processo de reestruturação produtiva na indústria têxtil e de confecção de Nova Friburgo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., SBS, 2009.

COSTA, Eduardo José Monteiro. Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional. **Brasília: Mais gráfica editora**, p. 405, 2010.

DA-RÉ, Marcos et al. Concepção do Sistema de Ordenamento Turístico Sustentável da Ilha Grande e Sistema de Sustentabilidade Financeira das UC que a compõem. Produtos I, II, II e IV. Socioambiental Consultores Associados. Preparado para Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Secretaria do Ambiente do Governo do Estado do Rio de Janeiro. 2012.

DE ARAUJO, Cristina Pereira. Da Embratur à política nacional de turismo. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 31, p. 146-163, 2012.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. Os" Limites do Crescimento" 40 Anos Depois. 2012.

DE PAULA, Thássia Andryna Silva. **Cultura Popular, Economia Solidária e Gestão Social: um estudo de caso da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos (2020-2022)**. 2022. 96p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, Seropédica, RJ, 2022.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão-do agrário ao territorial**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou" inovação por adição"? **Estudos avançados**, v. 24, p. 299-319, 2010.

FERREIRA, H. 2010. Prefácio. In: COSTA, Eduardo José Monteiro. Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional. **Brasília: Mais gráfica editora**, p. 405, 2010.

FIRJAN. Fundação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Retratos Regionais. Painel Regional do Emprego Formal. 2023. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/firjan/empresas/competitividade-empresarial/retratos-regionais/default.htm>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). Divisão Política Administrativa do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz\\_ceperj\\_imagens/Arquivos\\_Ceperj/ceep/informacoes-doterritorio/cartografiafluminense/Divis%C3%A3o%20municipal%20e%20regional%20fluminense%20-%202018%20-%20CEPERJ.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/informacoes-doterritorio/cartografiafluminense/Divis%C3%A3o%20municipal%20e%20regional%20fluminense%20-%202018%20-%20CEPERJ.pdf). Acesso em: 28 de abril de 2022.

GALVANESE, Carolina; FAVARETO, Arilson. Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 73-86, 2014.

GOMES, Cristiane Soares Cardoso Dantas. Potencial turístico de destinos: proposição de um modelo de avaliação com base nos Recursos Endógenos. 2019.

HARVEY, David. A compressão do tempo-espacó e a condição pós-moderna. **São Paulo: Loyola**, 1989.

HUMANIDADES, Ilha Grande. Banco de Dados. Entidades & Grupos. Disponível em: <[http://www.ilhagrandehumanidades.com.br/?q=entidades\\_grupo](http://www.ilhagrandehumanidades.com.br/?q=entidades_grupo)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IGNARRA, L. R. Fundamentos do turismo. 2 Ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ILHA GRANDE. Site da Ilha Grande. Disponível em: <<https://www.ilhagrande.com.br/>>. Acesso em 09 de janeiro de 2023.

ILHAGRANDE.ORG. Lazareto. Disponível em: <<http://ilhagrande.org/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Paraty e Ilha Grande (RJ) recebem título de Patrimônio Mundial da UNESCO. 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5164/paraty-e-ilha-grande-rj-ganham-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

JUFENG, X. U.; XINHUI, R. E. N. Tourism Resources and Tourist Attraction: Analysis on Their Meaning, Relation and Applicability. **Tourism Tribune/Lvyou Xuekan**, v. 29, n. 7, 2014.

JULLIARD, Jacques H.; GAUTHERON, Danièle C. High glutamate affinity proteolipid from pig-heart mitochondria. Is it a component of a glutamate translocator?. **FEBS letters**, v. 37, n. 1, p. 10-16, 1973.

LASTRES, Helena MM; CASSIOLATO, Jose Eduardo. Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usais. **Rio de Janeiro: SEBRAE/UFRJ–Instituto de Economia**, 2004.

LEFÉBVRE, Henri. A produção do espaço (1974) Paris. **Anthropos**, 1984.

LIMA, N. A. M. da R; MAURY, P. M.; CARVALHO, I. D.; VILLELA, L. E. **Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: a experiência da criação do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande-RJ**. III SLAEDR – Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, III ELAGS – Encuentro Latinoamericano de Gestión Social. 08 a 11 de novembro de 2022.

LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha. **O Município de Itaguaí a partir da chegada dos megaempreendimentos: análise sob as teorias do Desenvolvimento Sustentável e da Participação Social**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, p.49. 2020.

LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima; VILLELA, Lamounier Erthal. **Gestão Social, Participação Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável: uma análise do Desenvolvimento de Itaguaí-RJ**. In: Controle Social e Desenvolvimento Territorial – Edição Especial 11º ENAPEGS. v.7. n.11: 11ª Edição. 2021.

LOPES JÚNIOR, Wilson Martins; HANAI, Frederico Yuri; RIBAS, Luiz Claudio Passamai Serra. o Perfil dos turistas com destino à Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) em período do verão de 2018. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 13, n. 3, 2020.

LUSTOSA, Cecília; LAGES, Andre; ARAÚJO, Juliana Sheila; COSTA, Fábio José Castelo Branco. O Velho Chico e sua nova cadeia produtiva: diagnóstico da psicultura alagoana. Maceió, Edufal, 2008.

MAURY, Patrick Maurice; VILLELA, Lamounier Erthal; RAMOS, Diná Andrade Lima; LIMA, Nicholas Augusto Mendes da Rocha. Redes entre comunidades tradicionais e instituições de extensão na Baía da Ilha Grande/RJ. In: PORTO JR, Gilson; ZOIA, Alceu; SGUAREZI, Sandro Benedito; GAMBA, Fábio Brega; PIRES, Bruno Ricardo Carvalho (orgs.). **Povos Originários e Comunidades Tradicionais**. Vol.5. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p 97-123. Disponível em: <https://www.editorafi.org/povos>. Acesso em: 10/05/2021.

MCINTOSH, Robert W.; GOELDNER, Charles R.; BRENT RITCHIE, J. R. **TURISMO planeación, Administración y Perspectivas**. Editorial Limusa, 2004.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda et al. Que paraíso é esse?: a turismização da Ilha Grande. 2010.

NESI, Waldir. **Notícias Históricas Da Ilha Grande (RJ)**. Esdeva, 1990.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois. 2012.

PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE ( Rio de Janeiro) Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-ilha-grande/> Acesso em 29 out 2022.

PEPEDT. Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Sobre nós. Disponível em: <<https://pepedt.ufrj.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

- PERICO, Rafael Echeverri et al. **Identidade e território no Brasil**. IICA, 2009.
- PLANO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ILHA GRANDE **Agência 21**. Rio de Janeiro), 2008. Disponível em: [https://issuu.com/robottostes/docs/2008\\_-\\_livro\\_ilha\\_grande](https://issuu.com/robottostes/docs/2008_-_livro_ilha_grande). Acesso em 20 out. 2022.
- PLATAFORMA AGENDA 2030. ONU. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.
- PRADO, R. P. Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro vol 3, Nº 1 2003. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/25/23>. Acesso em 20 ago 2022.
- RESENDE, Guilherme Mendes et al. Brasil: Dez Anos Da Política Nacional De Desenvolvimento Regional (PNDR). 2015.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 40, p. 753-791, 2010.
- SANTOS, A. L. F. et al. Projeto Baías do Brasil. **Relatório Baías de Ilha Grande e Sepetiba-RJ. COPPE/UFRJ**, p. 42, 2018.
- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico. 1911.
- SIMONETTI, Erica Ribeiro de Sousa; KAMIMURA, Quésia Postigo. As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais. 2017.
- SIMONETTI, Erica Ribeiro de Souza; KAMIMURA, Quésia Postigo; OLIVEIRA, Edson Aparecida Araújo Querido. As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais. **Latin American Journal of Business Management**, v. 6, n. 1, 2015.
- STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 103.
- SWOT. Saiba o que é e como usar a análise SWOT para otimizar o planejamento estratégico da sua empresa de forma simples e eficiente**. ECONSULT. 01 de abril de 2019. Disponível em: <<https://econsult.org.br/blog/o-que-e-e-como-fazer-uma-analise-swot>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Comentando:" A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos". **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 32, 2005.
- TOPTRANSFER. Rota de transportes para travessia Ilha Grande. Disponível em: <https://toptransferbrasil.com.br/travessia-ilha-grande/>. Acesso em: maio de 2023.
- TURISMO, Agência Angra dos Reis. Disponível em: <<https://angradosreisturismo.com.br/products/travessia-ilha-grande>>. Acesso em: 05 de março de 2023.
- VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2004.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia análise & dados, Salvador**, v. 10, n. 4, p. 193-206, 2001.

VEIGA, José Eli. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, 2006.

VILLELA, Lamounier Erthal et al. Diferentes Modelos de Crescimento em Itaguaí-RJ, Brasil, e Província de Imbabura, Equador. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, 2018.

VILLELA, Lamounier Erthal. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social e Gestão Estratégica: experiências em desenvolvimento territorial. FGV Editora. Vol. 2. 2013. 369p.

WACHEUX, Frédéric et al. **Méthodes qualitatives de recherches en gestion**. 1996.

XAVIER, Thaís Ferreira. **Do território do cárcere ao território de proteção à natureza: conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande. Ilha Grande, RJ, 2009, 121 f.** 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Instituto de Geografia—Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.